

Número 8



Psiquiatria, Psicologia & Justiça

Julho de 2015



SUMÁRIO

Uma Década de Neonaticídios na Grande Lisboa: Contributos da Psicologia e Psiquiatria Forenses	
A Decade of Neonaticides in the Greater Lisbon Area: Contributions form Forensic Psychology and Psychiatry	
Catarina Klut Câmara/Olindina Graça/Tiago Costa/Jorge Costa Santos	4
Os Homicidas de Familiares de Primeiro Grau	
The Murderers of First-Degree Relatives	
Daniela Faria/Victor Mota	52
A Construção dos Sentimentos de Insegurança em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal	
The Construction of Insecurity Feelings in Battered Women	
Verónica Pinto/Olga Cruz/Helena Grangeia	85
A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade	
The (de)construction of a single story: Crossing crime, gender, social class, ethnicity, and nationality	
Vera Duarte/Sílvia Gomes	139



Corpo Editorial

Editor-Chefe

Prof. Doutor Fernando Almeida

Comissão Científica

Prof. Doutor Adriano Vaz Serra

Prof. Doutor Agostinho Santos

Prof. Doutora Ana Sani

Prof. Doutora Ana Sofia Neves

Prof. Doutora Anita Santos

Prof. Doutor António Pacheco Palha

Prof. Doutora Carla Antunes

Prof. Doutora Célia Ferreira

Prof. Doutora Cristina Soeiro

Doutoranda Diana Moreira

Prof. Doutor Duarte Nuno Vieira

Prof. Doutora Emília Marques

Prof. Doutor Eurico Figueiredo

Prof. Doutor Fernando Almeida

Prof. Doutor Fernando Barbosa

Prof. Doutor Francisco Machado

Prof. Doutor Gualberto Buela-Casal

Prof. Doutora Helena Grangeia



Dr. Hernâni Vieira

Prof. Doutor Ivandro Soares Monteiro

Prof. Doutor João Marques-Teixeira

Prof. Doutor João Salgado

Prof. Doutor Jorge Costa Santos

Prof. Doutor Jorge Trindade

Prof. Doutor José Pinto da Costa

Prof. Doutora Laura Nunes

Prof. Doutor Luís Fernandes

Prof. Doutor Luís Gamito

Prof. Doutora Maria José Carneiro de Sousa

Prof. Doutora Maria Luísa Figueira

Prof. Doutor Mário Simões

Prof. Doutora Marisalva Fávero

Prof. Doutora Marlene Matos

Prof. Doutora Marta Pinto

Prof. Doutora Olga Cruz

Prof. Doutora Paula Gomide

Prof. Doutor Pio Abreu

Prof. Doutora Rita Conde Dias

Prof. Doutora Sónia Caridade

Prof. Doutora Teresa Magalhães



Uma Década de Neonaticídios na Grande Lisboa: Contributos da Psicologia e Psiquiatria
Forenses

Catarina Klut Câmara¹, Olindina Graça², Tiago Costa², e Jorge Costa Santos^{2,3}

¹Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca

²Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

³Universidade de Lisboa

Notas de Autor

Catarina Klut Câmara, Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E, Amadora, Portugal. Olindina Graça, Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP, Lisboa, Portugal. Tiago Costa, Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP, Lisboa, Portugal. Jorge Costa Santos, Diretor do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP, Lisboa e Professor Associado da Faculdade de Medicina de Lisboa e investigador do CENCIFOR – Centro de Ciências Forenses, FCT, Lisboa, Portugal.

Autor de correspondência: Catarina Klut Câmara, Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E, Amadora, Portugal. Fax: +351 214 345 566; Tel: +351 214 348 200; Email: catarinaklut@hotmail.com



Resumo

O neonaticídio corresponde ao homicídio de uma criança durante as primeiras 24 horas de vida. Neste trabalho procurou-se caracterizar casos de neonaticídio ocorridos na área da Grande Lisboa, através de um estudo retrospectivo de todos os processos investigados na Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF), entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010. Identificaram-se cinco casos de neonaticídio (2.96 por 100000 nados-vivos), atribuíveis a cinco mães com uma idade média de 25 anos, cuja principal motivação foi a gravidez indesejada. Em todos os casos, a gravidez foi ocultada, evoluiu sem cuidados médicos pré-natais e o parto ocorreu em casa, sem assistência. Não foi identificada qualquer perturbação mental que verificasse os requisitos normativos de inimputabilidade para o crime. Embora raros, os casos de neonaticídio causam particular alarme social e levantam diversas questões jurídicas e médico-legais. O facto de se encontrarem associados à ocultação da gravidez e à ausência de perturbação mental evidente das suas autoras, dificulta a adoção de medidas preventivas, destacando-se a importância de um diagnóstico precoce de gravidez em mulheres em idade fértil.

Palavras-chave: neonaticídio, infanticídio, filicídio, denegação da gravidez,

Psicologia e Psiquiatria Forenses



Introdução

O termo neonaticídio, cunhado por Phillip Resnick em 1969 (Resnick, 1969), é o homicídio de uma criança perpetrado nas primeiras 24 horas de vida desta por um progenitor, constituindo o tipo mais comum e precoce de filicídio. Nesse artigo, o autor define ainda o conceito de infanticídio como um termo genérico para definir o homicídio infantil, embora este termo se tenha vindo a restringir ao homicídio de uma criança durante o primeiro ano de vida (Sadoff, 1995; Spinelli, 2004).

A sua prevalência é difícil de determinar, variando de acordo com o país e com as fontes consultadas. Dados do Reino Unido sugerem que os neonaticídios correspondem a cerca de 20-25% dos infanticídios, enquanto nos Estados Unidos esta proporção é de 5% e a taxa de 2.1/100000 nados-vivos (De Bortoli, Coles, & Dolan, 2013). Em França, Turz e Cook, descrevem incidências anuais de .39/100000 e 2.1/100000 nados-vivos, com base em dados de mortalidade e judiciais, respetivamente (Tursz & Cook, 2011).

Na sua obra seminal sobre este tema, Resnick (Resnick, 1970) efetuou uma revisão de 131 casos de filicídio e 37 casos de neonaticídio publicados na literatura mundial, entre 1751 e 1968, e concluiu tratar-se de uma entidade distinta dos demais filicídios, sobretudo em razão do diagnóstico psiquiátrico do autor e da motivação para a prática do crime. Estudos posteriores vieram confirmar as diferentes características deste grupo de agressores, reforçando a evidência de que os neonaticídios se distinguem das outras formas de filicídio por características de ordem sociodemográfica e familiar, mas também psicopatológica e contextual, estas últimas relacionadas com as circunstâncias da gravidez e do próprio crime.



Com efeito, ao contrário dos outros tipos de filicídio, o neonaticídio é mais frequentemente associado a agressores do sexo feminino (Resnick, 1970), idade mais jovem (Ciani & Fontanesi, 2012), estado civil solteiro (Putkonen, Weizmann-Henelius, Collander, Santtila, & Eronen, 2007) e baixo nível socioeconómico (Ciani & Fontanesi, 2012; Friedman & Resnick, 2009). Embora tenha sido reportada uma maior frequência de primíparas (Amon et al., 2012; Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970), a evidência não é consensual (Putkonen et al., 2007; Vellut, Cook, & Tursz, 2012). Uma má comunicação com o parceiro (Putkonen et al., 2007), a presença de dificuldades na expressão emocional (Vellut et al., 2012), e negligência emocional na família de origem (Spinelli, 2001), bem como antecedentes de abuso sexual na infância (Spinelli, 2001), foram também identificados nas amostras estudadas. Contudo, a existência de antecedentes criminais é rara (Amon et al., 2012; Resnick, 1970; Spinelli, 2001), assim como o risco de recidiva, baseado na existência de neonaticídios prévios (Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970; Vellut et al., 2012).

Estudos realizados em amostras da população geral revelam, na maioria dos casos, ausência de uma perturbação psiquiátrica major (Friedman & Resnick, 2009). Na literatura consultada, a prevalência reportada de perturbações psicóticas, quando da prática do crime, oscila entre 11.1% (Amon et al., 2012) e 17% (Resnick, 1970) e a de perturbações afetivas entre 8% (Resnick, 1970) e 27.8% (Amon et al., 2012). O neonaticídio habitualmente não surge associado a tentativa de suicídio do agressor (Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970), ao contrário do descrito para alguns casos de filicídio (Resnick, 1970). Num estudo retrospectivo, realizado por Putkonen e colaboradores (Hanna Putkonen, Collander, Weizmann-Henelius, & Eronen, 2007) observou-se que, na maioria dos autores que foram



sujeitos a uma avaliação psiquiátrica, o diagnóstico formulado foi o de perturbação da personalidade (71%), seguindo-se o de perturbação psicótica em 29%. Os traços de personalidade mais frequentemente assinalados prendem-se com a imaturidade (Resnick, 1970; Spinelli, 2001; Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012), a dependência (Putkonen et al., 2007; Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012), a passividade (Resnick, 1970) e a baixa autoestima (Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012), bem assim como sintomas dissociativos (Spinelli, 2001).

No que diz respeito à gravidez, esta geralmente não é planeada ou desejada (Resnick, 1970), sendo frequentemente ocultada de terceiros (Putkonen et al., 2007) e não vigiada por profissional de saúde (Vellut et al., 2012). Regista-se também que a maioria destas mulheres não utilizou qualquer método contraceptivo (Amon et al., 2012; Vellut et al., 2012).

A denegação da gravidez tem sido frequentemente associada ao crime de neonaticídio. De acordo com a literatura, este fenómeno parece ocorrer em aproximadamente 1 em 475 mulheres, às 20 semanas de gestação, com persistência de cerca de 1 em 2500 até à altura do parto, o que aponta para o seu carácter transitório na maioria dos casos (Jenkins, Millar, & Robins, 2011). Pode ser classificada em psicótica (quando ocorre no contexto de uma perturbação psicótica) ou não psicótica. Esta última, a mais comum, pode ainda ser subdividida em afetiva (quando a mulher se encontra cognitivamente consciente da gravidez, mas vivenciando-a com desapego ou indiferença emocional), pervasiva (quando não só a resposta emocional mas a totalidade da gestação é afastada da consciência) ou persistente (quando a gravidez é descoberta tardiamente, no terceiro trimestre, mas não são procurados cuidados pré-natais) (Jenkins et al., 2011).



No neonaticídio, o registo de preparação para o parto é raro (Amon et al., 2012; Putkonen et al., 2007; Resnick, 1970; Vellut et al., 2012), assim como a existência de planos para o período que se segue ao nascimento da criança (Putkonen et al., 2007), nomeadamente a escolha de um nome para a mesma (Vellut et al., 2012). O parto ocorre, com maior frequência, em casa (Amon et al., 2012) e sem assistência (Amon et al., 2012; Spinelli, 2001). Num estudo com 32 casos, cerca de metade das mulheres referiu ter pensado tratar-se de um nado-morto (Putkonen et al., 2007).

Os métodos de homicídio ativos sem lesões mecânicas invasivas parecem ser os mais comuns, em particular a asfixia por sufocação, estrangulamento ou submersão (Resnick, 1970), embora também tenha sido reportado um predomínio de homicídios passivos por negligência (Putkonen et al., 2007). O recurso a métodos ativos mais invasivos e de maior letalidade é raro, tendo sido encontrada uma prevalência de 13.2% (Ciani & Fontanesi, 2012). Numa elevada proporção de casos, observa-se uma tentativa de ocultação do cadáver após o crime (Ciani & Fontanesi, 2012).

A motivação para o crime é variada, mas a maternidade indesejada surge como o principal fator (Krischer, Stone, Sevecke, & Steinmeyer, 2007; Resnick, 1970). Outros motivos referidos incluem o medo de abandono ou a reação negativa por parte dos outros (Amon et al., 2012), situação de pânico, sentimento de incapacidade para cuidar da criança (Putkonen et al., 2007), e até mesmo a filiação ilegítima (Resnick, 1970). Não são raros os casos em que a acusada não consegue fornecer um motivo para o crime e aqueles em que esta manifesta sentimentos de culpa perante o sucedido (Putkonen et al., 2007).



A nível nacional, embora este tema já tenha merecido alguma atenção na literatura científica, nomeadamente num artigo de revisão recente (Duarte, Fontes, Laureano, & Cólón, 2014), existe uma escassez de dados originais, em parte justificável pela sua raridade ao nível dos países meridionais (Espanha, Itália, Grécia, Portugal) (Almeida, 2004). Esta situação encontra-se ilustrada nos resultados de um estudo original, destinado à caracterização do homicídio intra-familiar no Distrito Judicial do Porto durante o ano de 1990, em que não foi possível identificar qualquer caso de infanticídio (Almeida, 2004).

O objetivo deste trabalho foi, assim, o de caracterizar retrospectivamente os casos de neonaticídio estudados na Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (DS-INMLCF), em Lisboa, entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010, com base nos exames periciais realizados na Unidade Funcional de Psiquiatria e Psicologia Forenses às mães suspeitas de terem cometido o crime procurando-se, desta forma, contribuir para um melhor conhecimento deste fenómeno a nível nacional.

Método

Todos os casos de homicídio sujeitos a autópsia médico-legal na DS-INMLCF, em Lisboa, entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010, foram revistos mediante consulta da base de dados da Unidade Funcional de Patologia Forense da Delegação. Durante este período foram registados 444 homicídios, 25 dos quais em menores de 18 anos, em que cinco correspondiam a vítimas com idades inferiores a um ano. Estes cinco processos foram selecionados para ulterior análise.

Em quatro destes, o homicídio ocorreu nas primeiras 24 horas de vida, enquadrando-se, pois, na definição de neonaticídio. No caso restante, a vítima tinha 11 meses de idade à



altura da morte, tendo sido excluído da presente análise. Um quinto caso foi ainda identificado nos processos da Unidade Funcional de Clínica Forense (área da Psiquiatria e Psicologia Forenses) da DS-INMLCF, ocorrido na janela temporal em estudo e referente à avaliação pericial de uma mãe acusada de infanticídio, cujo cadáver não foi recuperado e, como tal, não constava na base de dados da Patologia Forense.

Foram assim reunidos os cinco processos clínico-forenses de todas as mães suspeitas de terem cometido neonaticídio, avaliadas na DS-INMLCF na década em estudo. Estes foram revistos e analisados, com base numa grelha elaborada para o efeito, contemplando variáveis sociodemográficas, clínicas, e circunstanciais relativas ao crime, selecionadas em função dos dados obtidos através da revisão de literatura sobre o tema.

A área de influência da DS-INMLCF compreende a área da Grande Lisboa (9 concelhos) e as regiões Oeste, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Sotavento Algarvio, e Barlavento Algarvio. Não obstante, apenas são autopsiados na DS-INMLCF, em Lisboa, as vítimas de homicídio ocorrido nas áreas de Lisboa, Loures, Amadora, Oeiras, e Sintra, que possuem uma população de 1.212.918 habitantes e onde foram registados 169097 nados-vivos entre 2001 e 2010 (“Instituto Nacional de Estatística”, 2014).

Resultados

Entre 2001 e 2010, foram investigados, na DS-INMLCF, cinco casos de neonaticídio que correspondem a 1.13% de todos os homicídios autopsiados no mesmo período, 20% dos homicídios infantis (idade <18 anos) e 2.96 por 100000 nados-vivos. Três das vítimas pertenciam ao sexo feminino, uma ao sexo masculino, não tendo a quinta sido identificada. Os crimes eram atribuídos a cinco mães, todas de nacionalidade portuguesa, com uma idade



média de 25 anos ($DP = 8.09$). Relativamente ao estado civil, três eram solteiras, uma casada e uma viúva, mas a maioria residia com o companheiro na altura do crime, registando-se apenas uma mulher a residir com os pais. Quanto à escolaridade, a mediana de anos de estudo nesta amostra era 9 ($DP = 5.32$). Quatro encontravam-se profissionalmente ativas (três a trabalhar e uma a fazer formação profissional remunerada) e uma desempregada. Todas reportaram dificuldades financeiras (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica das autoras de neonaticídio

Caso	Ano	Idade Materna (anos)	Escolaridade	Situação profissional	Estado Civil	Agregado Familiar	Dificuldades Financeiras
A	2004	29	5.º ano	Empregada Doméstica Ex-Prostituta	Solteira	Companheiro e 1 filho	Sim
B	2006	25	9.º ano	Trabalhos temporários	Casada	Marido, filha e sogros	Sim
C	2007	24	Licenciatura	Gestora Recursos Humanos	Solteira	Companheiro	Sim



D	2008	24	12.º ano	Formação Profissional Remunerada (Técnica de Ação Educativa)	Solteira	Pai, irmã e irmão	Sim
E	2008	43	4.º ano	Desempregada	Viúva	Companheiro e 2 filhas	Sim

Duas mulheres eram primíparas e as restantes três tinham já outros filhos ($M = 2$). Num destes casos, apenas um dos filhos residia com a mãe, tendo um sido entregue para adoção e dois ficado a residir com outros familiares.

Em dois casos o companheiro com quem a mãe se encontrava a residir era o pai da vítima e noutros dois casos existia a suspeita de ser fruto de uma relação extraconjugal. A quinta gravidez resultou de uma relação sexual esporádica, sem identificação do progenitor. Em quatro casos, o principal motivo para o crime foi o facto de se tratar de uma gravidez indesejada, embora nem sempre tivesse sido fácil clarificar os aspetos motivacionais. Estas mulheres referiram outros motivos, tais como o medo da reação do companheiro e outros familiares, dificuldades na comunicação com o companheiro, dificuldades financeiras e instabilidade profissional (Tabela 2). Num dos casos, a mãe referiu total desconhecimento da gravidez até à altura do parto e descreveu um comportamento automático de expulsão de um corpo estranho, que a própria manifestou dificuldade em caracterizar e compreender: “*O que for tem de sair... Como é que eu não percebi que aquela coisa áspera era uma cabeça?*” (sic)



Três das mulheres admitiam não usar contraceção regular e, em dois dos três casos onde esta informação estava disponível, a gravidez foi confirmada através de um teste imunológico adquirido em farmácia. Uma mãe referiu uma reação de espanto e descrença perante o conhecimento da gravidez, uma de receio, e uma outra admitiu ausência de resposta emocional: *“Primeiro andei uns dias apática (...) fui de férias com a minha mãe”* (sic). A ocultação da gravidez foi a regra na amostra em estudo e há relatos compatíveis com denegação da gravidez em três casos, dois de forma intermitente e um de forma contínua e pervasiva. Neste último caso, a mãe negava amenorreia ou a perceção de movimentos fetais e afirmava ter interpretado outros sintomas de gravidez e até mesmo as contrações uterinas como outras queixas somáticas referidas ao aparelho músculo-esquelético ou gastrointestinal.

Duas mães realizaram, pelo menos, uma tentativa de aborto durante a gravidez por ingestão medicamentosa. Nenhuma compareceu em consultas pré-natais (embora uma tivesse consultado o médico de família por outro motivo) nem fez planos para o nascimento do bebé, nomeadamente preparar o enxoval. Apenas uma mulher havia escolhido um nome para o bebé e revelou ambivalência entre ficar com ele ou entregá-lo para adoção, hipótese esta que chegou a investigar, afirmando ter contactado a Segurança Social, a fim de obter informação sobre as diligências a tomar.

Nos quatro casos onde esta informação estava disponível, o parto ocorreu no domicílio, sem assistência, três na casa de banho e um no exterior da casa, tendo sido utilizados métodos ativos de homicídio (Tabela 2). Após o crime, três mães descreveram medo e cansaço, duas referiram falhas mnésicas e uma “estado-de-choque”. No caso em que o cadáver não foi recuperado, a mãe refere não ter olhado para o mesmo por não ter *“coragem*



para o fazer” (sic). Quatro mães negaram premeditação do crime, não estando esta informação disponível num dos processos. Em quatro casos houve tentativa, pelo menos inicialmente, de ocultação do cadáver (Tabela 2).

Tabela 2

Caracterização do crime de neonaticídio

Caso	Motivo(s)	Método	Comportamento após o crime
A	Gravidez indesejada Dificuldades financeiras Dificuldades na comunicação com o parceiro	Asfíxia por submersão (afogamento)	Colocou o cadáver num saco de plástico dentro do armário e, posteriormente, no lixo. Foi conduzida ao SU para assistência médica, onde admitiu o sucedido.
B	Gravidez Indesejada Medo de perder o marido e a filha	Lesões traumáticas crânio-vasculo-encefálicas graves. Ação contundente	Informação não disponível.
C	Gravidez indesejada Medo da reação do companheiro Dificuldades financeiras	Asfíxia por sufocação	Suspeita de nado-morto. Colocou o cadáver num saco de plástico e escondeu-o no armário. Foi conduzida ao SU para assistência médica onde relatou o sucedido. Cadáver encontrado pelo companheiro.



D	Gravidez indesejada Medo da reação do pai (zanga/abandono) Receio de crítica das pessoas do seu meio. Idade jovem Ausência de um trabalho estável	Asfixia por estrangulamento	Colocou o cadáver num saco de plástico dentro do armário durante 1 mês por receio em ser vista a deitá-lo no lixo. Manteve atividade habitual. Cadáver encontrado pela irmã.
E	Desconhecido	Decapitação	Escondeu a cabeça dentro de um saco de plástico e colocou este dentro de um lagar. Lavou as toalhas ensanguentadas. Foi conduzida ao SU para assistência médica, continuando a negar a gravidez.

Do ponto de vista psicopatológico, foi diagnosticado a uma das mulheres, aquando da avaliação pericial, um episódio depressivo na altura da prática do crime, embora esta não tivesse tido acompanhamento psiquiátrico ou psicológico. Outra recebeu o diagnóstico de perturbação de adaptação, tipo agudo, com perturbação do comportamento (DSM- IV TR). Em ambos os casos foi proposta uma diminuição da imputabilidade, devido à influência do estado afetivo e do estado de consciência, respetivamente, sobre a capacidade de discernimento e o juízo crítico. Nenhuma das mulheres apresentava uma perturbação psicótica, nem cumpria os requisitos normativos de inimputabilidade relativamente aos factos praticados. Nenhuma das mulheres cometeu tentativa de suicídio após o crime.

Em relação às características da personalidade, avultam, nas avaliações psicométricas realizadas a quatro das mulheres, a imaturidade, a impulsividade, e as dificuldades no relacionamento interpessoal. Dois casos apresentavam uma estrutura de personalidade do tipo



borderline. Do ponto de vista cognitivo, não é possível identificar nenhum tipo predominante.

Em três casos há referência a alterações do estado de consciência das examinadas, em dois dos quais foi dada relevância a este aspeto na discussão da avaliação pericial (Tabela 3).

Tabela 3

Caracterização psicopatológica das autoras de neonaticídio

Caso	Perícia	Diagnóstico o psiquiátric o	Características da personalidade	Cognição	Outros sintomas
A	Psicológica (Artº 160º do C.P.P.)	Não	Personalidade imatura e frágil. Organização da personalidade com traços anti-sociais, ansiosos, narcísicos histeriformes e impulsividade. Estrutura da personalidade do tipo <i>borderline</i> . Dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais, sendo estas sobretudo de natureza superficial. Revela dificuldade em estabelecer vínculos afetivos, o que a leva a projetar a culpa e a hostilidade nos outros, que considera responsáveis pelos seus problemas.	QI 81 – Inteligência Normal reduzida.	-



B	Psicológica (Artº 160º do C.P.P.)	Não	Pouco diferenciada ideofetivamente. Capacidade limitada de empatizar e de sintonizar emocionalmente com os outros. Tendência ao controlo por inibição. Labilidade emocional, deficiente controlo dos impulsos com facilidade de passagem ao ato. Angústia e certo colorido depressivo.	Organização perceptivo-visual: nível superior; subteste de memória percentil 25 Inteligência geral e abstracta: Nível médio inferior; Inteligência Geral e prática: nível superior, com capacidade de planeamento.	Alterações da consciência referidas pela própria.
C	Psicológica (Artº 160º do C.P.P.)	Não	Traços ou características anti-sociais, ansiosos, e impulsividade. Estrutura da personalidade do tipo borderline. Fraco investimento no contacto e identificação com os outros. Dificuldades relacionais na gestão de conflitos	QI 113 - Normal - superior	
D	Psiquiátrica (Artº 159º do C.P.P.)	Perturbação de adaptação, tipo agudo, com perturbação do comportamento (DSM- IV TR)	Capacidade de se emocionar e de se ligar afetivamente às pessoas. Empática. Imaturidade emocional.	Não medida. Descrita como inteligente.	Obtusão da consciência.



E	Psiquiátrica (Artº 159º do C.P.P.)	Episódio Depressivo	Características de passividade, introversão, dependência, pessimismo, baixa autoestima e autoconfiança. Sistema defensivo imaturo e precário (negação, repressão e somatização).	Limite inferior da normalidade.	Turvação da consciên cia. Dor.
---	--	------------------------	--	---------------------------------------	---

Quatro mulheres descrevem conflitualidade e dificuldades na comunicação com as pessoas com quem residiam à data do crime (três com o companheiro e uma com o pai e a irmã). Apenas uma referiu antecedentes pessoais de abuso sexual e três relataram vivências de desproteção e abandono por parte de, pelo menos, um dos progenitores durante a infância ou a adolescência.

Confrontadas com o sucedido, quatro mulheres expressaram sentimentos de culpa e de arrependimento: *“Depois do que aconteceu sinto-me a pior pessoa do mundo”* (sic); *“Não vou aguentar isto tudo. Eu é que deveria ter morrido”* (sic).

Discussão

Os cinco casos de neonaticídio identificados entre 2001 e 2010 na área da Grande Lisboa traduzem uma prevalência de 2.96 por 100000 nados-vivos, e correspondem a 20% dos homicídios infantis (definidos como homicídios cujas vítimas apresentavam idade inferior a 18 anos) registados no mesmo período. Muito provavelmente, este valor não espelha a realidade, pois é de admitir que um número indeterminado de casos desta natureza não tenha sido descoberto ou chegado ao conhecimento das autoridades. Tursz e Cook (2011), relatam que, em 27 casos de neonaticídio ocorridos num período de cinco anos em França, foram identificados 18 agressores e que nos restantes nove casos, correspondentes à descoberta de



cadáveres pela polícia, não foi possível identificar o agente do crime (Tursz & Cook, 2011). Em um dos casos, tal como na nossa amostra, ocorreu precisamente a situação inversa, não tendo sido possível recuperar o cadáver. Esta situação foi identificada pela necessidade de cuidados médicos emergentes por parte da mãe. Admite-se, assim, que alguns casos de neonaticídio ocorridos em casa, não assistidos, com ocultação do cadáver e em que não foram necessários quaisquer cuidados de saúde, acabem por nunca ser identificados. A estes devem ser ainda adicionados os casos sujeitos a autópsia médico-legal em que a causa de morte resulta indeterminada.

Relativamente às características das agressoras, observa-se uma idade média de 25 anos, ligeiramente inferior à média nacional à data do nascimento do primeiro filho, de 28.9 anos (Pordata). No entanto, a maioria nas mulheres avaliadas não era primípara, o que aponta para um início mais precoce da vida reprodutiva. Observou-se também que a maioria encontrava-se a residir com o companheiro, embora o estado civil mais frequente fosse, efetivamente, o de solteiro. O estatuto profissional e a escolaridade encontram-se dentro da média nacional, havendo, contudo, uma referência frequente a dificuldades financeiras. A gravidez indesejada mas também o receio da reação dos outros foram as principais motivações para o neonaticídio referidas pelas examinadas. É de notar, neste contexto, que em dois casos havia a suspeita da ilegitimidade da gravidez e num outro caso, esta seria resultante de uma relação esporádica. Nesta amostra, ainda que reduzida, é evidente a dificuldade na comunicação interpessoal e, conseqüentemente, no recurso à rede de apoio primária para obtenção de ajuda perante uma gravidez inesperada ou indesejada. Duas mulheres admitem ter realizado uma tentativa de aborto durante a gravidez em causa.



Na maioria dos casos reportados, não existe psicopatologia do Eixo I, tal como descrito na literatura (Friedman & Resnick, 2009) e não foi observada qualquer sintomatologia psicótica ou quadro confusional que condicionasse inimizabilidade para o crime em apreço. Num dos casos, é admitida a presença de uma perturbação afetiva, com início anterior ao parto e noutra a existência de um distúrbio de adaptação de tipo agudo. Estas perturbações, através das alterações dos afetos e da consciência, respetivamente, eram suscetíveis de interferir, no momento da prática dos factos, quer com a capacidade de avaliação da ilicitude, quer com a capacidade de determinação de acordo com essa avaliação, justificando, porventura, uma eventual diminuição da imputabilidade das autoras.

Relativamente às características da personalidade, observa-se que aspetos como a imaturidade, impulsividade, e dificuldades no relacionamento interpessoal, se encontravam presentes em quatro das cinco mulheres, tal como referido em estudos prévios, e dois casos apresentavam uma estrutura de personalidade do tipo *borderline*. É de assinalar que em nenhuma avaliação foi sinalizada perigosidade ou risco de recidiva e nenhuma das mulheres apresentava antecedentes de neonaticídio ou antecedentes criminais em geral.

Na amostra considerada, todas as mulheres ocultaram a gravidez e a denegação não psicótica da mesma foi descrita em três casos, dois dos quais são enquadráveis na definição de denegação afetiva e um na de denegação perversiva. Apesar de ser um conceito controverso, a denegação não psicótica pode ser entendida como um mecanismo de *coping* maladaptativo, que dificulta a adaptação à gravidez, a criação de um vínculo com o feto em desenvolvimento e a preparação para o parto e maternidade, com consequências nefastas para a mãe e o recém-nascido. Este fenómeno parece ocorrer em espectro, com diferentes graus de intensidade e em



contínuo com a ocultação da gravidez, tratando-se assim de uma experiência subjetiva, de difícil avaliação (Jenkins et al., 2011). Trata-se de fatores que dificultam objetivamente não apenas a avaliação médico-legal para efeitos de determinação da (in)imputabilidade relativamente ao crime de neonaticídio, mas também a adoção de medidas preventivas consequentes.

Nos casos de denegação psicótica, embora a própria mãe possa interpretar os sintomas físicos de forma delirante, a gravidez tende a não ser ocultada dos familiares ou pessoas próximas, que poderão sinalizar a necessidade de apoio médico, psiquiátrico, e social. Nos casos de denegação não psicótica e ocultação da gravidez, as possibilidades de intervenção são mais reduzidas, uma vez que estas mulheres habitualmente não procuram qualquer tipo de ajuda. No entanto, um estudo revelou que 38% das mulheres em denegação foram observadas por um médico, sem que lhes tivesse sido diagnosticada a gravidez (Jenkins et al., 2011). Importa, assim, sublinhar a importância do diagnóstico precoce de gravidez em mulheres em idade fértil, mesmo quando o motivo da consulta resultar de queixas frequentemente inespecíficas (e.g., náuseas, aumento ponderal, e sintomatologia abdominal). Na amostra considerada, nenhuma mulher procurou assistência pré-natal, embora uma tenha consultado o seu médico de família por outro motivo. O parto ocorreu em casa, sem assistência, requerendo contudo cuidados médicos urgentes no pós-parto.

Os métodos ativos de menor violência encontram-se sobrerrepresentados e em todos os casos houve tentativa, mesmo que temporária, de ocultação do cadáver, resultados que vão ao encontro dos resultados de outros trabalhos dedicados ao tema (Resnick, 1970).

O crime de neonaticídio não se encontra expressamente previsto no Código Penal Português (CP), sendo enquadrado nos tipos criminais de infanticídio ou homicídio. O



primeiro, que constitui o corpo do artigo 136º, estabelece que “*a mãe que matar o filho durante ou logo após o parto e estando ainda sobre a sua influência perturbadora, é punida com pena de prisão de 1 a 5 anos*”. Embora a verificação de tal pressuposto em mulheres com evidência de patologia psiquiátrica *major*, nomeadamente perturbações psicóticas (sobretudo se existirem antecedentes psiquiátricos conhecidos), não coloque especiais dificuldades do ponto de vista da psiquiatria forense, a determinação retrospectiva do estado de saúde mental da arguida (relativo ao momento da prática dos factos), é, habitualmente, muito difícil nos restantes casos, até por não existirem registos médicos de alterações psicopatológicas transitórias precipitadas pelo parto, tais como um quadro confusional orgânico ou uma reação aguda de stress, suscetíveis de influenciar a capacidade de discernimento e o juízo crítico.

Apesar das limitações deste estudo, em que avultam a reduzida dimensão da amostra e a área geográfica onde esta foi obtida (parte da área da Grande Lisboa), as quais inviabilizam a generalização dos resultados a todo o território nacional trata-se, ainda assim, de uma contribuição original inaugural num domínio de reconhecido alcance social, sanitário, e judicial.

Conclusão

Foram identificados cinco casos de neonaticídio durante o período de 10 anos em estudo. Embora a reduzida dimensão da amostra limite a definição consistente de um perfil das autoras, as características encontradas mostram que, nos casos em apreço, se tratava de mulheres jovens, profissionalmente ativas, com problemas financeiros, que coabitavam com os companheiros, experimentando dificuldades de comunicação com a sua rede de apoio



primário, cuja gravidez foi indesejada e ocultada, sem cuidados médicos pré-natais, tendo o parto ocorrido em casa, sem assistência.

Os métodos utilizados na consumação do crime foram todos ativos (três por asfixia e dois por traumatismos graves, dos quais um envolvendo decapitação), tendo ocorrido tentativa de ocultação do cadáver. Não se apurou a existência de qualquer perturbação mental suscetível de condicionar uma decisão judicial de inimputabilidade das autoras, embora tenham sido registados casos de denegação da gravidez e outras condições pessoais compatíveis com imputabilidade diminuída. Entre estas condições, avultavam os traços de personalidade imatura, impulsiva, e com dificuldades de relacionamento interpessoal. Apesar da baixa associação referida na literatura entre neonaticídio e patologias psiquiátricas *major*, estas estão presentes numa minoria dos casos, pelo que é importante a sua pesquisa ativa por parte dos profissionais de saúde que contactam com mulheres grávidas, promovendo o seu tratamento atempado e uma ação preventiva. Não menos importante a nível da prevenção é o diagnóstico precoce da gravidez em mulheres em idade fértil e a identificação de sinais de stresse, de molde a proporcionar-lhes, em tempo útil, o apoio psicológico e social de que carecem para lidar com dificuldades na adaptação ao papel parental ou para tomar uma decisão informada relativamente à interrupção da gravidez ou ao seu prosseguimento, seja para ficar com a criança, seja para a entregar para adoção.

Embora infrequentes, os casos de neonaticídio geram compreensível alarme social e suscitam diversas e delicadas questões jurídicas e médico-legais. Estas questões, por sua vez, podem ser perpetuadas exatamente pela sua raridade, o que limita a aquisição de competências no seu manejo, por parte dos técnicos envolvidos. Uma possibilidade de



minimização deste problem poderá passar pela concentração destes processos em estruturas especializadas, com incremento da experiência e, idealmente, da produção científica nesta área específica. A sua abordagem faz apelo a uma intervenção transdisciplinar e a uma ampla partilha de toda a informação coligida. Medidas ditadas precisamente pela complexidade destes casos.



Referências

- Almeida, F. (2004). Homicídio na família. *Polícia E Justiça, III Série* (Número Especial Temático), 57-89.
- Amon, S., Putkonen, H., Weizmann-Henelius, G., Almiron, M. P., Formann, A. K., Voracek, M., ... Klier, C. M. (2012). Potential predictors in neonaticide: the impact of the circumstances of pregnancy. *Archives of Women's Mental Health, 15*(3), 167-174. doi:10.1007/s00737-012-0268-0
- Ciani, A., & Fontanesi, L. (2012). Mothers who kill their offspring: Testing evolutionary hypothesis in a 110-case Italian sample. *Child Abuse & Neglect, 36*, 519-527.
- De Bortoli, L., Coles, J., & Dolan, M. (2013). A Review of Maternal Neonaticide: A Need for Further Research Supporting Evidence-based Prevention in Australia. *Child Abuse Review*. doi:10.1002/car
- Duarte, M., Fontes, H., Laureano, C., & Cólón, M. (2014). O Filicídio e a perspetiva da Psiquiatria Forense. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça, 6*.
- Friedman, S., & Resnick, P. (2009). Neonaticide: Phenomenology and considerations for prevention. *International Journal of Law and Psychiatry, 32*, 43-47.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Retrieved from http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001346&contexto=bd&selTab=tab2



- Jenkins, A., Millar, S., & Robins, J. (2011). Denial of pregnancy: a literature review and discussion of ethical and legal issues. *Journal of the Royal Society of Medicine*, *104*(7), 286-291.
doi:10.1258/jrsm.2011.100376
- Krischer, M., Stone, M., Sevecke, K., & Steinmeyer, E. (2007). Motives for Maternal Filicide: Results from a Study with Female Forensic Patients. *International Journal of Law and Psychiatry*, *30*, 191-200.
- Putkonen, H., Collander, J., Weizmann-Henelius, G., & Eronen, M. (2007). Legal outcomes of all suspected neonaticides in Finland 1980-2000. *International Journal of Law and Psychiatry*, *30*, 148-254.
- Putkonen, H., Weizmann-Henelius, G., Collander, J., Santtila, P., & Eronen, M. (2007). Neonaticides may be more preventable and heterogeneous than previously thought - neonaticides in Finland 1980-2000. *Archives of Women's Mental Health*, *10*(1), 15-23.
doi:10.1007/s00737-006-0161-9
- Resnick, P. (1969). Child Murder by Parents: A Psychiatric Review of Filicide. *American Journal of Psychiatry*, *3*(126), 325-334.
- Resnick, P. (1970). Murder of the Newborn: A Psychiatric Review of Neonaticide. *American Journal of Psychiatry*, *10*(126), 1414-1420.
- Sadoff, R. (1995). Mothers who kill their children. *Psychiatric Annals*, *25*(10), 601-605.
- Spinelli, M. (2001). A systematic investigation of 16 cases of neonaticide. *The American Journal of Psychiatry*, *158*(5), 811-813. Retrieved from
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11329409>



- Spinelli, M. (2004). Reviews and Overviews Maternal Infanticide Associated With Mental Illness: Prevention and the Promise of Saved Lives, (September), 1548-1557.
- Tursz, A., & Cook, J. (2011). A population-based survey of neonaticides using judicial data. *Archives of Disease in Childhood. Fetal and Neonatal Edition*, 96(4), F259-263.
doi:10.1136/adc.2010.192278
- Vellut, N., Cook, J., & Tursz, A. (2012). Analysis of the relationship between neonaticide and denial of pregnancy using data from judicial files. *Child Abuse & Neglect*, 36, 553-563.



A Decade of neonaticides in the Greater Lisbon area: Contributions from Forensic Psychology
and Psychiatry

Catarina Klut Câmara¹, Olindina Graça², Tiago Costa², e Jorge Costa Santos^{2,3}

¹Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca

²Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

³University of Lisbon

Author Note

Catarina Klut Câmara, Prof. Dr. Fernando Fonseca Hospital, Amadora, Portugal.

Olindina Graça, Forensic Clinic and Pathology Service, South Branch of National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences, Lisbon, Portugal. Tiago Costa, Forensic Clinic and Pathology Service, South Branch of National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences, Lisbon, Portugal. Jorge Costa Santos, Forensic Clinic and Pathology Service, South Branch of National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences, Lisbon, Portugal; Associate Professor of the Faculty of Medicine, Lisbon University, Lisbon, Portugal; Researcher at CENCIFOR – Centre for Forensic Sciences, FCT, Lisboa, Portugal.

Corresponding Author: Catarina Klut Câmara, Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E, Amadora, Portugal. Fax: +351 214 345 566; Tel: +351 214 348 200; Email: catarinaklut@hotmail.com

Abstract



Neonaticide is the homicide of a child by a parent during the first 24 hours of life. The goal of this paper is to characterize cases of neonaticide that have occurred in the Great Lisbon area. The clinical files of all neonaticide cases that were studied at the Delegação do Sul, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF, IP), between January, 1st 2001 and December 31st 2010 were reviewed and analyzed. Five cases of neonaticide were identified (2.96 per 100000 live births), perpetrated by five mothers with an average age of 25 years, whose main motivation was unwanted pregnancy. The pregnancies were concealed, no pre-natal care was obtained and delivery was unassisted and occurred at home. There were no cases of mental disorders that could justify, under a medico-legal point of view, a decision of not guilty by reason of insanity. Although rare, neonaticide cases affect societies and raise forensic questions. Due to its lower association with major psychopathology, low care-seeking behavior, opportunities for prevention are reduced. Therefore, the early detection of pregnancy in women of fertile age may provide a valuable chance to offer the required support.

Keywords: neonaticide, filicide, infanticide, denial of pregnancy, Forensic Psychology and Psychiatry



Introduction

The term neonaticide was introduced by Phillip Resnick in 1969 (Resnick, 1969) and is defined as the murder of a child within the first 24 hours after birth, by a parent, and is the most premature and common type of filicide. In that article, the author also described infanticide as a generic term for child murder, although this term has been narrowed down to the murder of a child during the first year of life (Sadoff, 1995; Spinelli, 2004).

Its rate is hard to determine and seems to vary according to the country and the utilized sources. Data from the United Kingdom suggest that neonaticides correspond to approximately 20 to 25% of all infanticides, while in the United States they correspond to 5%, with a rate of 2.1/100000 live births (De Bortoli, Coles, & Dolan, 2013). In France, Turz and Cook, report annual rates of .39/100000 and 2.1/100 000 live births, based on data from mortality and judicial sources, respectively (Tursz & Cook, 2011).

In his seminal paper, Resnick (Resnick, 1970) undertook a review of 131 cases of filicide and 37 cases of neonaticide that were published in the worldwide literature, from 1751 to 1968. He concluded that neonaticide can be differentiated from the remaining filicides, especially in relation to the presence of a mental illness in the perpetrator and motivation for the crime. Later studies seem to confirm the separation of this group of offenders, thereby strengthening the evidence that lends support to its distinction from the other types of filicide, regarding psychopathology, socio-demographic and family characteristics and also contextual variables, related to the circumstances of pregnancy and the crime.

Effectively, unlike other filicides, neonaticide is more frequently associated with aggressors of the female sex (Resnick, 1970), younger age (Ciani & Fontanesi, 2012), single



marital status (Putkonen, Weizmann-Henelius, Collander, Santtila, & Eronen, 2007) and with a low socioeconomic status (Ciani & Fontanesi, 2012; Friedman & Resnick, 2009). Although an increased frequency of primiparous women has already been reported (Amon et al., 2012; Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970), this is not a consensual finding (Putkonen et al., 2007; Vellut, Cook, & Tursz, 2012). The experience of difficulties in communicating with the partner (Putkonen et al., 2007), in emotional expression (Vellut et al., 2012) and emotional neglect in the family of origin (Spinelli, 2001), as well as a history of childhood sexual abuse (Spinelli, 2001), were also identified in the studied samples. However, the presence of past criminal records was rare (Amon et al., 2012; Resnick, 1970; Spinelli, 2001), as well as the risk of recurrence, based on the existence of previous neonaticides (Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970; Vellut et al., 2012).

General population studies show that, in the majority of cases, no major psychiatric disorder was found in relation to this crime (Friedman & Resnick, 2009). In the reviewed literature, the reported prevalence of psychotic disorders by the time of the crime, ranges from 11.1% (Amon et al., 2012) and 17% (Resnick, 1970) and affective disorders from 8% (Resnick, 1970) to 27.8% (Amon et al., 2012). Neonaticide is usually not associated with the suicide of the perpetrator (Ciani & Fontanesi, 2012; Resnick, 1970), unlike what has been described in some cases of filicide (Resnick, 1970). In a retrospective study, undertaken by Putkonen et al. (Putkonen, Collander, Weizmann-Henelius, & Eronen, 2007), it was reported that in the offenders that underwent a psychiatric evaluation, the main diagnosis were personality disorders (71%), followed by psychotic disorders in 29%. Immaturity (Resnick, 1970; Spinelli, 2001; Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012), dependency (Putkonen et al., 2007; Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012), passivity (Resnick, 1970) and low self esteem



(Tursz & Cook, 2011; Vellut et al., 2012) were the most commonly reported personality traits. Dissociative symptoms have also been described (Spinelli, 2001).

The pregnancy is not usually planned or desired (Resnick, 1970), is frequently concealed (Putkonen et al., 2007) and not subjected to any medical follow up (Vellut et al., 2012). Frequently, it was found that no contraceptive method was used by the women (Amon et al., 2012; Vellut et al., 2012).

Denial of pregnancy has been frequently described in association to the crime of neonaticide. According to the literature, this phenomenon seems to occur in approximately 1 in every 475 women at 20 weeks of pregnancy and persist until delivery in only 1 in 2500, pointing to its transient nature in the majority of cases (Jenkins, Millar, & Robins, 2011). It can be classified as psychotic (when it occurs in the context of a psychotic disorder) or non psychotic, The latter is the most common type and can subsequently be divided in affective (when the women is cognitively aware of the pregnancy but experiences it with detachment or emotional indifference), pervasive (when the entire gestation is kept away from conscience) or persistent (when the pregnancy is only discovered at a later stage, usually in the third trimester, and no pre-natal care is pursued) (Jenkins et al., 2011).

In neonaticide cases, preparation for delivery is rare (Amon et al., 2012; Putkonen et al., 2007; Resnick, 1970; Vellut et al., 2012), as well as any plans for the post natal period (Putkonen et al., 2007), namely the choice of a name for the child (Vellut et al., 2012). The delivery is usually unassisted (Amon et al., 2012; Spinelli, 2001) and occurs at home (Amon et al., 2012). In a study with 32 cases, nearly half of the women reported having thought of being a still birth (Putkonen et al., 2007).



Active homicide methods without invasive mechanic injuries seem to be the most common, particularly suffocation, strangulation, or drowning (Resnick, 1970), even though passive murder by negligence has also been reported as the most common (Putkonen et al., 2007). The use of high lethality, invasive methods is rare, occurring in 13.2% of cases (Ciani & Fontanesi, 2012). Frequently, there is an attempt to hide the body, after the crime is committed (Ciani & Fontanesi, 2012).

The motivation for the crime varies but unwanted pregnancy seems to be the most common reason (Krischer, Stone, Sevecke, & Steinmeyer, 2007; Resnick, 1970). Other reported motives include fear of abandonment or rejection by others (Amon et al., 2012), panic, feeling incapable of taking care of the child (Putkonen et al., 2007) and even illegitimate paternity (Resnick, 1970). In some cases the accused offender cannot provide a reason for the crime and feelings of guilt have also been reported (Putkonen et al., 2007). On a national level, this subject has attracted some attention, namely in a recent literature review (Duarte, Fontes, Laureano, & Cólón, 2014), but original data are scarce, which is partly justified by its rarity in meridional countries (Spain, Italy, Greece, Portugal) (Almeida, 2004). This situation is reflected in the results of an original study, that aimed to characterize within-family murder cases, in the judicial Porto region, during a whole year (1990), where no infanticide cases could be identified (Almeida, 2004).

The aims of the present study were to retrospectively characterize all the neonaticide cases, under investigation at the South Delegation of the National Institute of Legal Medicine and Forensic Sciences (DS-INMLCF), which occurred in Lisbon, from January 1st 2001 and December 31st 2010, through the analysis of the forensic psychiatric and psychological reports



of the suspected offenders. Therefore, we intend to increase the body of knowledge on this subject on a national level.

Methods

All the homicide cases that were subjected to autopsy at the DS-INMLCF, in Lisbon, from January 1st 2001 and December 31st 2010, were reviewed through the Forensic Pathology Unit's database. In the 10-year period, 444 homicides were retrieved, 25 of which the victim was under 18 years old. The five cases that belonged to infants under a year of age were selected for analysis.

In four cases, the homicide took place during the first 24 hours of life, thereby fitting the definition of neonaticide. In the remaining case, the victim was 11 months old and, therefore, excluded from the analysis. A fifth case that occurred in the studied time-frame was identified in the files of the Forensic Clinical Unit (Forensic Psychiatry and Psychology Area) of the DS-INMLCF. It belonged to the evaluation of a mother accused of neonaticide that discarded the corpse so that it could not be retrieved or autopsied. The five neonaticide cases were then reviewed and analyzed, through the use of table designed to permit a more homogenous recollection of socio-demographic, clinical and contextual data from each file, based on the main literature findings in this area.

DS-INMLCF's catchment area includes Greater Lisbon (9 districts), and the following areas: Oeste, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Sotavento Algarvio, and Barlavento Algarvio.

Notwithstanding, the autopsies that are performed in DS-INMLCF, in Lisbon, are the victims of homicide that occur in the Lisboa, Loures, Amadora, Oeiras, and Sintra areas, with



a population of 1.212.918 inhabitants. During the studied time-frame 169097 live-births were recorded (“Instituto Nacional de Estatística”, 2014).

Results

Between 2001 and 2010, five cases of neonaticide were investigated at the DS-INMLCF, which accounted for 1.13% of all homicides (that were the subject of autopsy) during the same period, 20% of all child homicides (age<18) and correspond to 2.96/100000 live births. Three victims were female, one male and in the remaining was not able to determine.

The crimes were attributed to five mothers, all of Portuguese nationality, with an average age of 25 ($SD = 8.09$). Regarding marital status, one three women were single, one married and one widow, but the majority lived with the partner at the time of the crime, with only one young woman living with her parents. Regarding educational level, the median number of school years was 9 ($SD = 5.32$). Four women were professionally active and one was unemployed. All reported financial difficulties (Table 1).

Table 1

Socio-demographic characteristics of offenders

Case	Year	Age (years)	Educational Level	Professional Status	Marital Status	Family	Financial Difficulties
A	2004	29	5 th grade	Cleaning worker Former Prostitute	Single	Partner and 1 son	Yes



B	2006	25	9 th grade	Temporary Employment	Married	Husband, 1 son an father in law	Yes
C	2007	24	University	Human Resources Manager	Single	Partner	Yes
D	2008	24	12 th grade	Paid Trainig (educational auxiliary)	Single	Father, Sister and Brother	Yes
E	2008	43	4 th grade	Unemployed	Widow	Partner and 2 daughters	Yes

Two women were pimirous but the remaining three had other children ($M = 2$). In one of these cases, only one of the four children was living with the mother (two were given for adoption and one was living with relatives). In two cases, the partner was the father of the child but in two other, doubts regarding illegitimate paternity existed. The fifth pregnancy resulted from a sporadic sexual relationship, without identification of the father.

In four cases, the main reported reason for the crime was unwanted pregnancy. Other motives were also referred, such as fear of the partner's and other family members' reactions, difficulties communicating with the partner and family, financial difficulties and an unstable



professional situation (Table 2). In one case, the mother stated total unawareness of the pregnancy until starting into labor, at which point she describes an automatic expulsion movement of a perceived foreign body that she was difficult to describe: “*Whatever it may be, it has to come out... How couldn't I see that that rough surface was a head?*” (sic).

Three women admitted to not using contraception and in two (of the three cases where this information was available), the pregnancy was confirmed by a pharmacy test. One woman described a feeling of surprise and disbelief when discovering she was pregnant, another woman a feeling of fear and a third one emotional numbness: “*In the first days I was apathetic (...) went on holidays with my mother*”, she stated. In this sample, all women concealed their pregnancies and, in three cases, some form of denial was also present. In two cases, this denial seemed to be intermittent and in the third case it was continuous and pervasive with reported amenorrhea and absence of fetal movements. This woman stated having interpreted the symptoms of pregnancy and uterine contractions as other somatic complaints attributed to the gastro-intestinal and muscle-skeletal systems.

Two women attempted abortion through medication intake, during the pregnancy. None received any pre-natal care (although one consulted her general practitioner for other reasons) or made plans for the baby's birth, namely buy clothes or linen. Only one woman had thought of a name for the child and showed ambivalence between keeping it and giving it away for adoption. She stated having contacted Social Security in order to gather information about adoption proceedings.

In the four cases where this information was available, the delivery took place at home, unassisted. Three occurred in the bathroom and another just outside the house, and active homicide methods were used (Table 2). After having committed the crime, three



women describe fear and fatigued, two reported memory gaps and another a state of shock. In the case where the body could not be retrieved, the mother said that she avoided looking at the corpse because she didn't "have the courage to do so". Four women denied any premeditation for the crime and in four cases there was an attempt to hide the corpse (Table 2).

Table 2

Characteristics of the crime

Case	Motive(s)	Methods	Behavior after the crime
A	Unwanted Pregnancy Financial difficulties Difficulty in communicating with the partner.	Asphyxiation by Drowning.	Placed the corpse in a plastic bag inside the closet and then in the garbage container. Went to the hospital for emergent health care, having confessed the crime.
B	Unwanted Pregnancy Fear of losing the husband and daughter.	Severe traumatic head lesions. Scathing trauma.	Information not available.
C	Unwanted Pregnancy Fear of the partner's reaction Financial difficulties.	Asphyxiation by Suffocation.	Suspected still birth. Placed the corpse in a plastic bag and hid it in the closet. Went to the hospital for emergent health care, having confessed the crime.



The corpse was discovered by the partner.

D	Unwanted Pregnancy Fear of the father's reaction (wrath/abandonment). Fear of social criticism. Young age. Unstable employment status.	Asphyxiation by Strangulation.	Placed the corpse in a plastic bag inside the closet for a month (fear of being seen discarding it in the trash). Maintained regular daily activities Corpse found by the sister.
E	Unknown.	Decapitation.	Hid the head of the baby in a plastic bag and placed it inside a press. Washed the blood soaked towels. Went to the hospital for emergent health care. Continued to deny the crime.

Regarding psychopathology, on forensic psychiatric examination, one woman was diagnosed with a probable depressive episode at the time of the crime, that didn't receive any sort of medical or psychological help. Another was diagnosed with adjustment disorder, acute type, with altered behavior (DSM-IV-TR). In both situations, a suggestion of diminished guilt was made, due to the influence of affect and consciousness on judgment and reasoning, respectively. No woman was found to have a psychotic disorder, or any clinical picture that could justify, under a medico-legal point of view, a decision of not guilty by reason of insanity. There were no suicide attempts following the crime in the studied sample. The results of the psychometric evaluations that were carried out in four women revealed frequent personality traits of immaturity, impulsivity and difficulties in interpersonal relationships. Two cases presented with a borderline personality structure. No trend in



cognitive functioning was found. In three cases, there is reference to altered states of consciousness that were taken into consideration by the experts in the report's conclusions (Table 3).

Table 3

Psychopathological characteristics of the offenders

Case	Evaluation	Psychiatric Diagnosis	Personality Features	Cognition	Other symptoms
A	Psychological (Article 160, C.P.P.)	No	Immature and frail personality. Anti-social, anxious, narcissistic, hysterical and impulsive personality traits. Borderline personality structure. Difficulties in interpersonal relationships that tend to be superficial. Insecure attachment.. Tendency towards projection of guilt and hostility.	IQ 81 – Normal/ Diminished Intelligence	-
B	Psychological (Article 160, C.P.P.)	No	Little ideo-afective differentiation Limited capacity to empathize and connect with other on an emotional level. Tendency towards control by inhibition Emotional lability, poor impulse control, low threshold for acting out. Depressive background.	Superior visuo-perceptive organization; memory subtest 25 th percentile; Lower/Medium general and abstract intelligence; Superior	Self-referred consciousness alterations



General and practical intelligence, with planning ability.

C	Psychological (Article, 160, C.P.P.)	No	Antisocial, anxious and impulsive traits. Borderline personality structure. Limited investment in interpersonal relationships, with difficulties in conflict management.	IO 113 - Normal - superior	
D	Psychiatric (Article 159, C.P.P.)	Adjustment disorder, acute type, with altered behavior (DSM-IV-TR)	Preserved ability to empathize and connect with others. Emotional immaturity	Not evaluated. Described as intelligent.	Clouding of consciousness
E	Psychiatric (Article 159, C.P.P.)	Depressive Episode	Characterized by passivity, introversion, dependency, pessimism, low self-esteem and self confidence. Immature defenses (denial, repression, somatization)	Lower limit of normality	Clouding of consciousness. Pain

Four women described frequent conflicts and communication difficulties with the people they lived with at the time of the crime (three with their partner/husband and one with



her father and sister). Only one referred personal history of sexual abuse and three admit to feeling neglected or abandoned by, at least one of their parents, during childhood or adolescence. When confronted with the crime, four women express feelings of guilt and regret: “After what happened I feel like the worst person in the world”; *“I can’t bare all of this. I was the one that should have died”*.

Discussion

The five cases of neonaticide that were identified between 2001 and 2010 in the Greater Lisbon area, correspond to a prevalence of 2.96/100000 live births and to 20% of child homicides (defined as a homicide where the victim is under 18 years old) that were recorded in the same period. Most likely, this figure does not reflect reality as it is, and we have to admit the possibility that an undetermined number of such cases have not been discovered, or come to the attention of the authorities.

Tursz and Cook, report that in 27 cases of neonaticide, occurring in a five-year period in France, 18 offenders were identified and in the remaining nine cases, that correspond to newborn corpses found by the police, it was not possible to identify the crime agent (Tursz & Cook, 2011). In one of their cases, as in our sample, precisely the reverse situation occurred where it was not possible to recover the body. This was only identified by the need of emergent medical care by the mother. It is assumed, therefore, that some cases of neonaticide that occur at home, unattended, with hiding of the corpse and without the need for any health care, can end up never be identified. To these, the cases where the cause of death is undetermined by forensic autopsy there, must be added.

Regarding the characteristics of the offenders, there is an average age of 25, slightly below the national average for the first child birth date, of 28.9 years (Pordata). However, for



most evaluated women, this was not their first pregnancy, which points to an earlier onset of reproductive life. It was also observed that the majority was living with a partner, although the most frequent marital status was, effectively, being single.

The professional status and education are within the national average, with, nevertheless, a frequent reference to financial difficulties. Unwanted pregnancy, but also fears of other people's reactions were the main reasons for neonaticide reported by examined. It should be noted in this context that, in two cases, there was a suspicion of illegitimacy of pregnancy and in another case the pregnancy resulted from a sporadic relationship. In this small sample, difficulties in interpersonal communication are evident, which seem to pose a challenge to obtaining help from the close social network or primary health care structures, when faced with the news of an unexpected or unwanted pregnancy. Two women admit to having carried out an attempted abortion during pregnancy.

In most reported cases, there is no axis I psychopathology, as described in the literature (Friedman & Resnick, 2009) and no psychotic symptoms or delirious states that could justify, under a medico-legal point of view, a decision of not guilty by reason of insanity were observed. In one case, the presence of an affective disorder, beginning before childbirth, is admitted and in another the existence of an acute adjustment disorder is reported. These disturbances, through their impact on affect and consciousness, respectively, were susceptible to interfere with capacity to evaluate unlawfulness, or with the ability to behave in accordance with that assessment during the practice of the facts, justifying, perhaps, a partial reduction in the liability of the authors.

With regard to personality characteristics, it is observed that aspects such as immaturity, impulsiveness and difficulties in interpersonal relationships, were



overrepresented, appearing in four of the five women, as noted in previous studies, and two patients had a borderline personality structure.

It should be noted that no forensic evaluation reported danger or risk of relapse and none of the women had a background of previous neonaticides or criminal records in general. In the studied sample, all women concealed their pregnancy and non psychotic denial was described in three cases, two of which are contemplated by the definition of affective denial and one by pervasive denial. Although it is a controversial concept, non psychotic denial can be understood as a maladaptive coping mechanism, which makes it difficult to adapt to pregnancy, to create a bond with the developing fetus and to prepare for childbirth and motherhood, with disastrous consequences for the mother and the newborn.

This phenomenon seems to occur in spectrum, with varying degrees of intensity and in continuum with the concealment of pregnancy, therefore corresponding to a subjective experience, which is difficult to assess (Jenkins et al., 2011). These are factors that objectively hinder, not only the forensic evaluation for the purposes of determining the liability in relation to the crime of neonaticide, but also the adoption of appropriate preventive measures.

In cases of psychotic denial, though the pregnant women can interpret the physical symptoms in a delusional way, pregnancy does not tend to be hidden from family members or close friends, which may signal the need for medical, psychiatric and social support. In cases of non psychotic denial and concealment of pregnancy, the possibilities of intervention are lower, since these women usually do not seek any help. However, one study found that 38% of women in denial were observed by a physician, without having them being diagnosed pregnancy (Jenkins et al., 2011). It is therefore necessary to stress the importance of early diagnosis of pregnancy in women of childbearing age, even when the reason for



consultation seems to be nonspecific complaints (e.g., nausea, weight gain and abdominal symptoms). In the considered sample, no woman sought prenatal care, although one had consulted her family doctor for another reason. All the deliveries took place at home, without assistance, however most required immediate medical attention post-partum.

The active methods of minor violence are over-represented and in all cases there was an attempt, even if temporary, to conceal the corpse, findings that are consistent with the results of other studies devoted to the subject (Resnick, 1970).

The neonaticide crime is not expressly provided for in the Portuguese Penal Code (C.P.P.), being placed in the criminal frame of infanticide or homicide. The first, which is the body of the Article 136 provides that “the mother who kills her child during or shortly after birth and still standing on its disruptive influence, is punished with imprisonment from 1 to 5 years”.

While verifying this assumption in women with evidence of major psychiatric disorders, particularly psychotic disorders (especially if there is known psychiatric history), does not place particular problems from a forensic psychiatry point of view, retrospective determination of mental health status of the defendant (concerning the time of practice of the facts), is usually very difficult in other cases, especially if there are no medical records of any transient psychopathological changes precipitated by birth (such as a delirious state or an acute reaction to stress), susceptible to influence capacity for discernment and critical judgment.

Despite the limitations of this study, namely the small sample size and the geographical area where it was obtained (part of the Greater Lisbon area), which make it



impossible to generalize the results to the entire national territory, it is still a valuable original contribution in a field of recognized social, health and judicial impact.

Conclusions

Five neonaticide cases were identified during the 10-year period of study. Although the small sample size may limit the definition of a typical offender profile, the most frequently reported features in the studied cases were being a young woman, professionally active, with financial problems, living with her partner, experiencing communication difficulties with her close social network, whose pregnancy was unwanted and concealed, without prenatal medical care, and that had the birth at home without assistance.

The methods used in the consummation of the crime were all active (three asphyxiation and two with serious injuries, including one involving decapitation), with attempted concealment of the corpse. The existence of any mental disorder susceptible to condition a judgment of not guilty by reason of insanity of the authors, was not established, although there were cases of denial of pregnancy and other personal conditions compatible with diminished accountability. Among these conditions, personality traits of immaturity, impulsivity and interpersonal difficulties could be identified.

Despite the low association, reported in the literature, between neonaticide and major psychiatric disorders, these are indeed present in a minority of cases, so active research by health professionals who come into contact with pregnant women, is very important, promoting their timely treatment and preventive action. Not least in terms of prevention is early diagnosis of pregnancy in women of childbearing age and the identification of any signs of distress. This can allow for the timely provision of the psychological and social support they may need to help deal with difficulties in adaptation to the parental role or to make an



informed decision regarding the termination of pregnancy or its continuation, to stay with the child, or deliver it for adoption.

Although rare, cases of neonaticide generate understandable public alarm and raise delicate legal and medico-legal issues that are perpetuated by its rarity, which may limit the acquisition of skills in their management. One possibility to minimize this problem could be the concentration of these processes in specialized structures, aiming to increase experience and, ideally, the scientific production in this specific area. This approach calls for transdisciplinary action and a wide sharing of all collected information in each case. These measures are precisely dictated by the complexity of such cases.



References

- Almeida, F. (2004). Homicídio na família. *Polícia E Justiça, III Série* (Número Especial Temático), 57-89.
- Amon, S., Putkonen, H., Weizmann-Henelius, G., Almiron, M. P., Formann, A. K., Voracek, M., ... Klier, C. M. (2012). Potential predictors in neonaticide: the impact of the circumstances of pregnancy. *Archives of Women's Mental Health, 15*(3), 167-174. doi:10.1007/s00737-012-0268-0
- Ciani, A., & Fontanesi, L. (2012). Mothers who kill their offspring: Testing evolutionary hypothesis in a 110-case Italian sample. *Child Abuse & Neglect, 36*, 519-527.
- De Bortoli, L., Coles, J., & Dolan, M. (2013). A Review of Maternal Neonaticide: A Need for Further Research Supporting Evidence-based Prevention in Australia. *Child Abuse Review*. doi:10.1002/car
- Duarte, M., Fontes, H., Laureano, C., & Cólón, M. (2014). O Filicídio e a perspetiva da Psiquiatria Forense. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça, 6*.
- Friedman, S., & Resnick, P. (2009). Neonaticide: Phenomenology and considerations for prevention. *International Journal of Law and Psychiatry, 32*, 43-47.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Retrieved from http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001346&contexto=bd&selTab=tab2



- Jenkins, A., Millar, S., & Robins, J. (2011). Denial of pregnancy: a literature review and discussion of ethical and legal issues. *Journal of the Royal Society of Medicine*, *104*(7), 286-291.
doi:10.1258/jrsm.2011.100376
- Krischer, M., Stone, M., Sevecke, K., & Steinmeyer, E. (2007). Motives for Maternal Filicide: Results from a Study with Female Forensic Patients. *International Journal of Law and Psychiatry*, *30*, 191-200.
- Putkonen, H., Collander, J., Weizmann-Henelius, G., & Eronen, M. (2007). Legal outcomes of all suspected neonaticides in Finland 1980-2000. *International Journal of Law and Psychiatry*, *30*, 148-254.
- Putkonen, H., Weizmann-Henelius, G., Collander, J., Santtila, P., & Eronen, M. (2007). Neonaticides may be more preventable and heterogeneous than previously thought - neonaticides in Finland 1980-2000. *Archives of Women's Mental Health*, *10*(1), 15-23.
doi:10.1007/s00737-006-0161-9
- Resnick, P. (1969). Child Murder by Parents: A Psychiatric Review of Filicide. *American Journal of Psychiatry*, *3*(126), 325-334.
- Resnick, P. (1970). Murder of the Newborn: A Psychiatric Review of Neonaticide. *American Journal of Psychiatry*, *10*(126), 1414-1420.
- Sadoff, R. (1995). Mothers who kill their children. *Psychiatric Annals*, *25*(10), 601-605.
- Spinelli, M. (2001). A systematic investigation of 16 cases of neonaticide. *The American Journal of Psychiatry*, *158*(5), 811-813. Retrieved from
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11329409>



- Spinelli, M. (2004). Reviews and Overviews Maternal Infanticide Associated With Mental Illness: Prevention and the Promise of Saved Lives, (September), 1548-1557.
- Tursz, A., & Cook, J. (2011). A population-based survey of neonaticides using judicial data. *Archives of Disease in Childhood. Fetal and Neonatal Edition*, 96(4), F259-263.
doi:10.1136/adc.2010.192278
- Vellut, N., Cook, J., & Tursz, A. (2012). Analysis of the relationship between neonaticide and denial of pregnancy using data from judicial files. *Child Abuse & Neglect*, 36, 553-563.



Os Homicidas de Familiares de Primeiro Grau

Daniela Faria¹ e Victor Mota²

¹Unidade Local de Saúde do Alto Minho

²Hospital de Magalhães Lemos

Nota de Autor

Daniela Faria, Unidade Local de Saúde do Alto Minho, Viana do Castelo. Victor Mota, Unidade Funcional de Psiquiatria e Psicologia Forense, Hospital de Magalhães Lemos, Porto.

Autor de correspondência: Daniela Faria, Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E., Rua Estrada de Santa Luzia, 4901-858, Viana do Castelo, Portugal. Fax: +351 258 802 511; Tel: +351 258 802 100/+351 258 802 326; Email: daniela83faria@gmail.com



Resumo

A família não é um espaço onde apenas estão presentes sentimentos de amor e harmonia, sendo vários os tipos de violência ocorridos no seio familiar. Estão incluídos nos homicídios de familiares de primeiro grau o patricídio, o matricídio, o fratricídio, e o filicídio. Este trabalho foi realizado com o objetivo de caracterizar os indivíduos que os cometem. Foi conduzido um estudo retrospectivo baseado na revisão de 3154 relatórios de avaliações psiquiátricas forenses realizadas entre 1986 e 2011. Procedeu-se à seleção dos casos em que o examinando foi constituído arguido de um crime de homicídio de familiar de primeiro grau. Com base nos resultados encontrados, pode concluir-se que os homicídios de familiares de primeiro grau são crimes pouco frequentes e que são cometidos maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, solteiros, sem ocupação laboral, que assassinam o pai ou a mãe, apresentam perturbação psiquiátrica psicótica, principalmente a Esquizofrenia, e são considerados inimputáveis. O conhecimento do perfil do homicida de familiares de primeiro grau, bem como dos fatores de risco associados a estes crimes, são os primeiros passos a considerar na sua prevenção.

Palavras-chave: homicídio na família, parricídio, patricídio, matricídio, fratricídio, filicídio



Introdução

A família não é um espaço onde apenas estão presentes sentimentos de amor e harmonia, sendo vários os tipos de violência ocorridos no seio familiar. As várias manifestações da chamada violência familiar ou doméstica podem levar a situações de ruptura de relações, conflitos, agressões, chantagens, disputa de interesses e até no seu ponto máximo, de morte violenta entre os seus membros (Brito, 2007).

De acordo com os dados do Relatório Anual de Segurança Interna, em Portugal no ano de 2013 foram registados 116 homicídios consumados, dos quais 38.7% ocorreram em contexto familiar. Mais especificamente, 26.7% dos homicídios familiares foram homicídios conjugais ou passionais e 12.0% foram homicídios parentais ou familiares (RASI, 2013).

Estão incluídos nos homicídios de familiares de primeiro grau o patricídio, o matricídio, o fratricídio, e o filicídio. O patricídio corresponde ao homicídio do próprio pai. Em Portugal o termo patricídio é frequentemente substituído pelo termo parricídio, embora este signifique o ato de matar o pai, a mãe, ou ambos. O matricídio corresponde ao homicídio da própria mãe, o fratricídio ao homicídio de um irmão ou irmã, e o filicídio ao homicídio de um filho ou filha.

O assassinato de parentes de primeiro grau é um fenómeno que se tornou histórico desde os nossos antepassados. Conta a lenda da mitologia grega que Édipo assassinou o seu próprio pai, Laios, e casou com a sua mãe, Jocasta. Já no cristianismo, Abraão ficou conhecido por quase matar o seu filho, Isaque, num ato de fé e submissão ao seu deus (Launer, 2004).



Qualquer tentativa de prevenção dos homicídios entre os familiares de primeiro grau implica sem dúvida a necessidade de conhecimento e compreensão das características dos indivíduos que os cometem. Contudo, a literatura existente atualmente sobre o assunto é limitada e fragmentada nos vários crimes, o que em grande parte pode ser explicado pela baixa frequência deste tipo de crimes. O parricídio (patricídio e matricídio) representa menos do que 4.0% dos homicídios (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014; Dakhlaou, Khémiri, Gaha, & Haffani, 2009; Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007), e é cometido maioritariamente por indivíduos do género masculino, jovens, solteiros, que vivem com a vítima, e sofrem de doença mental, especialmente de Psicose Esquizofrénica (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). O matricídio é predominantemente associado a perturbações psicóticas, maioritariamente a Esquizofrenia. O patricídio é um pouco menos associado a doença mental grave, sendo um crime quase sempre impulsivo (Almeida, 1999). O fratricídio é também um crime raro, no qual os ofensores são na maioria das vezes adultos jovens, do género masculino, com antecedentes de consumo de álcool, e drogas ilícitas (Bourget & Gagné, 2006), ocorrendo maioritariamente em meios degradados (Almeida, 1999). Já o filicídio, apesar de também pouco frequente, apresenta taxas variáveis e possivelmente subestimadas ao longo do mundo. É um crime cometido, em mais de metade dos casos, por indivíduos do género masculino (Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003), e existe uma associação com a presença de doença mental, principalmente perturbações depressivas e psicóticas (Flynn, Shaw, & Abel, 2013; Bourget, Grace, & Whitehurst, 2007, Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).



Objetivo

Este estudo foi realizado com o objetivo de caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico e clínico, os indivíduos que cometem crimes de homicídio de familiares de primeiro grau, podendo o perfil encontrado contribuir de alguma forma para a prevenção deste tipo de crimes.

Material e Métodos

Foi conduzido um estudo retrospectivo baseado na revisão de 3154 relatórios de avaliações psiquiátricas forenses realizadas no período compreendido entre 1986 e 2011. As referidas avaliações foram realizadas no Hospital de Conde Ferreira entre 1986 e 2001, e no Hospital de Magalhães Lemos desde 2002 a 2011. Do total dos 3154 relatórios revistos procedeu-se à seleção dos 39 casos (1.2%) em que o examinando foi constituído arguido de um crime de homicídio de familiar de primeiro grau, 25 (.8%) na forma consumada e 14 (.4%) na forma tentada.

Resultados

Em relação ao género dos indivíduos da amostra ($N=39$), foi encontrada uma predominância do género masculino, contando com 94.9% ($N=37$) dos casos. No que diz respeito à idade, a média situou-se nos 40.6 anos (mínimo de 18 e máximo de 68; $DP = 14.2$), e 30.8% ($N=12$) dos casos tinham idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos. Nas restantes faixas etárias encontraram-se 17.9% ($N=7$) entre os 18 e os 25 anos; 15.4% ($N=6$) entre os 26 e os 35 anos; 15.4% ($N=6$) entre os 46 e os 55 anos; 15.4% ($N=6$) entre os 56 e os 65 anos; e 5.1% ($N=2$) com idade superior a 65 anos. Quanto ao estado civil destacaram-se os solteiros, correspondendo a 74.4 % ($N=29$) dos casos. Apenas 12.8% ($N=5$) eram casados ou



estavam em união de facto, 7.7% ($N=3$) estavam divorciados, e 5.1% ($N=2$) eram viúvos. Relativamente à profissão, 59.0% ($N=23$) encontravam-se sem qualquer tipo de ocupação à data do crime, sendo que 35.9% ($N=14$) estavam desempregados, 23.1% ($N=9$) reformados por invalidez, e 41.0% ($N=16$) estariam a exercer algum tipo de atividade laboral. É de notar que apenas um dos indivíduos apresentava uma profissão que implicasse formação académica universitária. A distribuição da amostra de acordo com os dados sociodemográficos descritos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição da amostra de acordo com a faixa etária, o estado civil, e a condição profissional por tipo de crime e género

Caso	Ano	Idade Materna (anos)	Escolaridade	Situação profissional	Estado Civil	Agregado Familiar	Dificuldades Financeiras
A	2004	29	5º ano	Empregada Doméstica Ex-Prostituta	Solteira	Companheiro e 1 filho	Sim
B	2006	25	9º ano	Trabalhos temporários	Casada	Marido, filha e sogros	Sim



C	2007	24	Licenciatura	Gestora Recursos Humanos	Solteira	Companheiro	Sim
D	2008	24	12º ano	Formação Profissional Remunerada (Técnica de Ação Educativa)	Solteira	Pai, irmã e irmão	Sim
E	2008	43	4º ano	Desempregada	Viúva	Companheiro e 2 filhas	Sim

Em relação ao tipo de crime cometido verificaram-se em 33.3% ($N=13$) dos casos a ocorrência de patricídio, em 33.3% ($N=13$) de matricídio, em 20.5% ($N=8$) de fratricídio, e em 12.8% ($N=5$) de filicídio. Cruzando as variáveis tipo de crime e género encontramos nos crimes de patricídio, matricídio, e fratricídio uma totalidade de perpetradores do género masculino. Os dois casos em que o crime foi cometido pelo género feminino foram relativos a filicídio.

Considerando as patologias psiquiátricas presentes nos indivíduos da amostra, foram encontradas em 76.9% ($N=30$) dos casos Perturbações Psicóticas, entre as quais a Esquizofrenia, responsável por 64.1% ($N=25$) dos diagnósticos. Outras patologias encontradas foram: as Perturbações associadas aos consumos de álcool e drogas ilícitas em 28.2% ($N=11$) dos casos, a Debilidade Mental em 17.9% ($N=7$), as Perturbações Depressivas



em 7.7% ($N=3$), as Perturbações da Personalidade em 5.1% ($N=2$), a Demência em 2.6% ($N=1$). Num dos casos (2.6%) não foi encontrada qualquer perturbação psiquiátrica. É de notar a existência de casos em que está presente comorbilidade entre duas ou mais patologias psiquiátricas.

Analisando a distribuição das patologias psiquiátricas encontradas por tipo de crime e género (Tabela 2) verificamos que nos patricidas ($N=13$), na sua totalidade do género masculino, estavam presentes vários tipos de perturbações, sendo as mais prevalentes as Perturbações Psicóticas ($N=8$), principalmente a Esquizofrenia ($N=6$), as Perturbações associadas ao consumo de álcool e drogas ilícitas ($N=5$) e a Debilidade Mental ($N=4$). Relativamente aos matricidas ($N=13$) identificados na amostra, todos pertenciam ao género masculino e todos apresentavam o diagnóstico de Perturbação Psicótica, na sua maioria ($N=10$) a Esquizofrenia. Quanto aos fraticidas ($N=8$), foram também totalmente representados pelo género masculino, e todos apresentavam Esquizofrenia. Já os filicidas ($N=5$) distribuíram-se entre géneros, masculino ($N=3$) e feminino ($N=2$), e entre várias patologias.

Quanto à responsabilidade perante o crime, 84.6% ($N=33$) foram considerados inimputáveis e 15.4% ($N=6$) foram considerados imputáveis.

Tabela 2

Distribuição das patologias psiquiátricas encontradas por tipo de crime e género

Caso	Motivo(s)	Método	Comportamento após o crime
------	-----------	--------	----------------------------

A	Gravidez indesejada. Dificuldades financeiras. Dificuldades na comunicação com o parceiro.	Asfixia por submersão (afogamento).	Colocou o cadáver num saco de plástico dentro do armário e, posteriormente, no lixo. Foi conduzida ao SU para assistência médica, onde admitiu o sucedido.
B	Gravidez Indesejada. Medo de perder o marido e a filha.	Lesões traumáticas crânio-vasculo-encefálicas graves. Ação contundente.	Informação não disponível.
C	Gravidez indesejada. Medo da reação do companheiro. Dificuldades financeiras.	Asfixia por sufocação.	Suspeita de nado-morto. Colocou o cadáver num saco de plástico e escondeu-o no armário. Foi conduzida ao SU para assistência médica onde relatou o sucedido. Cadáver encontrado pelo companheiro.
D	Gravidez indesejada. Medo da reação do pai (zanga/abandono). Receio de crítica das pessoas do seu meio. Idade jovem. Ausência de um trabalho estável.	Asfixia por estrangulamento.	Colocou o cadáver num saco de plástico dentro do armário durante 1 mês por receio em ser vista a deitá-lo no lixo. Manteve atividade habitual. Cadáver encontrado pela irmã.
E	Desconhecido.	Decapitação.	Escondeu a cabeça dentro de um saco de plástico e colocou este dentro de um lagar. Lavou as toalhas ensanguentadas. Foi conduzida ao SU para assistência médica, continuando a negar a gravidez.



Discussão

O número de estudos existente acerca do tema em questão é limitado e fracionado nos vários tipos de crime. Não foi encontrada na literatura nenhuma publicação especificamente relacionada com os homicídios de familiares de primeiro grau. Foram encontrados alguns estudos relativos ao parricídio (patricídio e matricídio), matricídio, fratricídio e filicídio, contudo numa boa parte deles o tamanho da amostra é muito reduzido o que não permite a análise estatística dos dados. De uma forma geral os resultados encontrados no presente estudo foram concordantes com aqueles encontrados em outros estudos publicados.

A franca predominância (94.9%, $N=37$) de perpetradores do género masculino encontrada na amostra já tinha sido descrita por vários autores em estudos relativos ao parricídio, matricídio, e fratricídio. Um estudo realizado em Portugal encontrou 6 ofensores do género masculino em 7 casos de parricídio (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). Bourget e colaboradores verificaram que 92.8% dos parricídios e 90.0% dos fratricídios foram cometidos por homens (Bourget, Gagné, & Labelle, 2007; Bourget & Gagné, 2006). O matricídio é descrito como um crime tipicamente masculino (Ogunwale & Abayomi, 2012; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010). No que diz respeito ao filicídio há alguma contradição em relação ao género do perpetrador, embora nos últimos anos sejam vários os autores que apontam para uma ligeira predominância do género masculino (Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).

Em relação à idade dos indivíduos que cometem homicídios de familiares de primeiro grau verificou-se neste estudo uma média de idades de 40.6 anos, encontrando-se a maioria deles (30.8%, $N=12$) na faixa etária compreendida entre os 36 e os 45 anos. A revisão da



literatura descreve idades médias relativamente inferiores. Valores médios de 29.0 e 31.4 anos foram encontrados nos parricidas (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007), de 32.5 anos nos fraticidas (Bourget & Gagné, 2006), e de 27.0 e 33.1 anos nos filicidas (Flynn, Shaw, & Abel, 2013; Farooque & Ernest, 2003).

Os perpetradores solteiros (74.4%, $N=29$) foram realçados relativamente aos casados, ou a viver maritalmente, aos divorciados, e aos viúvos. O predomínio deste estado civil foi também verificado em estudos sobre o parricídio, matricídio, e fraticídio (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010; Bourget & Gagné, 2006). Quanto ao filicídio, os dados são escassos e não conclusivos. No presente trabalho, dos cinco casos de filicídio encontrados, dois dos agressores eram casados, dois eram viúvos e um era solteiro. Das duas mães filicidas, uma era casada e a outra solteira.

No que diz respeito à situação profissional da amostra em questão, constatou-se que uma razoável maioria (59.0%, $N=23$) encontrava-se sem ocupação laboral, isto é desempregado ($N=14$) ou reformado por doença psíquica ($N=9$). Sendo muitos dos sujeitos da amostra portadores de Perturbação Psicótica, a disfunção ocupacional encontrada pode ser interpretada neste sentido. Contudo a taxa de indivíduos que se encontrava a exercer algum tipo de profissão (41.0%, $N=16$) foi alta. A revisão da literatura não permite fazer grandes comparações. Estar desempregado foi citado como uma das características do perfil típico do parricida (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008). Os filicidas são também apontados como tendencialmente desempregados (West, 2007; Freire & Figueiredo, 2006).

No estudo apresentado os crimes de parricídio representaram dois terços ($N=26$) dos crimes de homicídio cometidos pelos indivíduos da amostra, um terço ($N=13$) relativo a



patricídios, e outro terço ($N=13$) relativo a matricídios. O restante terço distribuiu-se entre fratricídios (20.5%, $N=8$) e filicídios (12.8%, $N=5$). Um estudo realizado em Portugal encontrou 1 caso de patricídio, 3 casos de matricídio, e 2 casos de fratricídio numa série de 53 homicidas. Não foi encontrado nenhum caso de filicídio (Almeida, 1999). A bibliografia existente não apresenta outros resultados passíveis de serem comparados.

Relativamente às patologias psiquiátricas presentes na população do estudo, as mais frequentes foram sem dúvida as Perturbações Psicóticas (76.9%, $N=30$), principalmente a Esquizofrenia (64.1%, $N=25$). Seguiram-se as Perturbações associadas ao consumo de substâncias (28.2%, $N=11$) e a Debilidade Mental (17.9%, $N=7$). As Perturbações Depressivas foram menos frequentes (7.7%, $N=3$), contudo é importante notar que estavam presentes em 2 dos 5 casos de filicídio encontrados. A associação entre os homicídios de familiares de primeiro grau e doença mental foi descrita por vários autores. A doença mental, em especial a Esquizofrenia seguida das Perturbações Depressivas, e o abuso de álcool e outras substâncias são considerados fatores de risco para parricídio. (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014; Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga 2008). Num estudo comparativo entre patricídio e matricídio, Bourget e colaboradores verificaram que as Perturbações Psicóticas estavam presentes em 46.0% dos patricidas e 54.2% dos matricidas, e as Perturbações Depressivas em 5.6% dos patricidas e 16.7% dos matricidas (Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). O matricídio é considerado um crime tipicamente esquizofrénico (Ogunwale & Abayomi, 2012; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010; Almeida, 1999) embora outras entidades psiquiátricas, como a Depressão e o abuso de substâncias, tenham sido encontradas nos perpetradores deste crime (Ogunwale & Abayomi, 2012; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). Numa publicação referente ao fratricídio, em 10 casos foram encontrados 2 em que o



ofensor apresentava o diagnóstico de Perturbação Psicótica, 1 em que apresentava Perturbação Depressiva, e 6 deles estavam sob o efeito do álcool no momento do crime (Bourget & Gagné, 2006). Já em relação ao filicídio, existe uma importante relação com doença mental, mais proeminente nos casos perpetrados pelo género feminino, especialmente com Perturbações Afetivas e com Perturbações Psicóticas (Pae, 2014; Flynn, Shaw, & Abel, 2013; Bourget, Grace, & Whitehurst, 2007; West, 2007; Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).

A maior parte dos indivíduos da amostra (84.6%, $N=33$) foi considerada inimputável, isto é, não apresentava, no momento do crime, capacidade de crítica e de julgamento para avaliar a ilicitude do ato cometido ou de se determinar de acordo com essa avaliação. Este elevado valor pode ser interpretado como associado à elevada prevalência de doença psiquiátrica grave na amostra, especialmente perturbações psicóticas, nas quais o juízo crítico e insight estão habitualmente afetados. A maioria dos estudos não faz referência à responsabilidade perante o crime. Dantas e colaboradores encontraram apenas um caso de inimputabilidade, e que seria concordante com o único caso de Perturbação Psicótica (Esquizofrenia), entre os 10 descritos de parricídio (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). A alegação de insanidade mental dos parricidas por parte da defesa é muitas vezes requisitada e passível de ser aceite pelo juiz e júri por se tratar de um crime relativamente inconcebível (Hillbrand & Cipriano, 2007).

De acordo com a revisão da literatura, a prevenção destes graves crimes intrafamiliares é uma tarefa difícil e que deverá ter em conta a presença de múltiplos fatores. Uma cuidadosa avaliação dos fatores de risco para cada um dos tipos de crime parece constituir a chave em termos de prevenção. Nos casos de parricídio, as descompensações



psicóticas, incluindo aquelas motivadas pela descontinuação da terapia farmacológica, a existência de uma rede social de apoio pobre, o uso de substâncias e o desemprego, são importante fatores a valorizar (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga 2008). A intervenção dos profissionais de saúde através de estratégias educativas, bem como dos assistentes sociais para apoio das problemáticas familiares e reintegração social, representam importantes medidas preventivas (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). Tendo por base a clara associação entre os homicídios de familiares de primeiro grau e doença mental, uma identificação precoce da mesma, bem como a instituição de tratamento adequado, constituem um ponto fulcral. Programas de desabilitação podem também ser considerados, especialmente nos crimes de fratricídio, dada a sua relação com consumo de substâncias (Bourget & Gagné, 2006). No que diz respeito ao filicídio, o leque de fatores de risco é ainda mais vasto que para os restantes tipos de homicídio, incluindo maternidade não desejada, dificuldades económicas e antecedentes de violência, pelo que a prevenção pode mesmo implicar questões judiciais de regulação de poder paternal (West, 2007).

O presente estudo encontrou algumas limitações. Para começar tratou-se de um estudo retrospectivo, pelo que, as características abordadas restringiram-se àquelas contidas nos respetivos relatórios das avaliações psiquiátricas forenses. Além disso, estas avaliações limitam-se a uma área geográfica restrita, nomeadamente a zona Norte de Portugal. Por último, é importante não esquecer que os dados existentes na literatura acerca do tema em questão são escassos, associados a várias limitações e que muitas vezes não permitem comparações e conclusões totalmente válidas.

Conclusão



Com base nos resultados apresentados, pode concluir-se que os homicídios de familiares de primeiro grau são cometidos maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, solteiros, sem ocupação laboral, que assassinam o pai ou a mãe, apresentam perturbação psiquiátrica psicótica, principalmente a Esquizofrenia, e são considerados inimputáveis. Felizmente são crimes pouco frequentes e que, apesar de muitas vezes subestimados, constituem uma minoria da totalidade dos homicídios ocorridos. Estão claramente associados à presença de doença psiquiátrica grave, na qual a capacidade de crítica e julgamento perante o ato criminoso ou de determinação estão afetados, embora nem sempre tal se verifique. As Perturbações Psicóticas, em particular a Esquizofrenia, representam a maioria dos diagnósticos dos perpetradores, contudo as Perturbações relacionadas com o consumo de álcool e outras substâncias, a Debilidade Mental e as Perturbações Depressivas assumem também uma importante relação com estes crimes.

O conhecimento do perfil do homicida de familiares de primeiro grau, bem como dos fatores de risco associados a estes crimes, são os primeiros passos a considerar na sua prevenção. A abordagem e implementação de estratégias de intervenção nos indivíduos que aparentem um maior risco são também importantes medidas preventivas. Contudo, são necessários mais estudos acerca do tema, e sobretudo estudos com amostras maiores, para uma melhor caracterização destes indivíduos.



Referências

- Almeida, F. (1999). *Homicidas em Portugal*. Maia: Instituto Superior da Maia.
- Bourget, D., & Gagné, P. (2006). Fratricide: A Forensic Psychiatric Perspective. *J Am Acad Psychiatry Law*, 34, 529-533.
- Bourget, D., Grace, J., & Whitehurst, L. (2007). A Review of Maternal and Paternal Filicide. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 74-82.
- Bourget, D., Gagné, P., & Labelle, M. (2007). Parricide: A Comparative Study of Matricide Versus Patricide. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 306-312.
- Brito, S. (2007). *Homicídio em Família: uma Análise dos Indícios nos Discursos das Testemunhas nos Processos Judiciais*. (Dissertação de Mestrado não publicada. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo). Acedido a partir do endereço: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp146524.pdf> em Novembro de 2014.
- Dakhlaou, O., Khémiri, O., Gaha, N., & Haffani, F. (2009). Psychotic Parricide: Clinical and Analytic Study About 16 Cases. *La tunisie Medicale*, 87, 824-828.
- Dantas, S., Santos, A., Dias, I., Dinis-Oliveira, R., & Magalhães, T. (2014). Parricide: A forensic approach. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 22, 1-6.
- Dreyer, J., Picon, F., & Falceto, O. (2010). Matricídio: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 12(2-3), 174-183.
- Farooque, R., & Ernest, F. (2003). Filicide: A Review Of Eight Years Of Clinical Experience. *Journal of The National Medical Association*, 95(1), 90-94.



- Flynn, S., Shaw, J., & Abel, K. (2013). Filicide: Mental Illness in Those Who Kill Their Children. *PLOS ONE*, 8(4), e58981.
- Freire, A., & Figueiredo, B. (2006). Filicídio: Incidência e factores associados. *Análise Psicológica*, 4(XXIV), 437-446.
- Galleguillos, T., Leslie, A., Tapia, J., & Aliaga, A. (2008). Caracterización psiquiátrica del delito de parricidio. *Rev Chil Neuro-Psiquiat*, 46(3), 216-223.
- Hillbrand, M., & Cipriano, T. (2007). Commentary: Parricides – Unanswered Questions, Methodological Obstacles, and Legal Considerations. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 313-316.
- Launer, J. (2004). Fathers and sons. *QJMed* 97, 635-636.
- Ogunwale, A., & Abayomi, O. (2012). Matricide and schizophrenia in the 21st century: a review and illustrative cases. *Afr J Psychiatry*, 15, 55-57.
- Pae, C. (2014). Filicide: Needing Psychiatrists' Attention. *Psychiatric Investig*, 11(2), 214-215.
- Sistema de Segurança Interna (2013). Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2013. Acedido a partir do endereço: <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf> em Novembro de 2014.
- West, S. (2007). An Overview of Filicide. *Psychiatry*, 4 (2) 48-57.



The Murderers of First-Degree Relatives

Daniela Faria¹ and Victor Mota²

¹Unidade Local de Saúde do Alto Minho

²Magalhães Lemos Hospital

Author Note

Daniela Faria, Alto Minho Local Health Unit, Viana do Castelo. Victor Mota, Functional Unit of Forensic Psychiatry and Psychology, Magalhães Lemos Hospital, Porto.

Corresponding Author: Daniela Faria, Alto Minho Local Health Unit, E.P.E., Rua Estrada de Santa Luzia, 4901-858, Viana do Castelo, Portugal. Fax: +351 258 802 511; Tel: +351 258 802 100/+351 258 802 326; Email: daniela83faria@gmail.com



Abstract

Love and harmony are not the only feelings present in the family context and several types of violence may also occur. Homicides of first-degree relatives include patricide, matricide, fratricide, and filicide. The present study was conducted with the objective of characterize individuals who commit those. A retrospective study was conducted based on forensic psychiatric assessment reports carried out between 1986 and 2011. The cases in which the examinee had been made defendant for a homicide of first-degree relative were selected. Based on the results, it may be concluded that homicides of first-degree relatives are infrequent crimes mainly committed by males, between 36 and 45 years old, single, with no labor occupation, who murder father or mother, evidence psychotic psychiatric disorder, particularly schizophrenia, and are considered unaccountable. Knowing the profile of a murderer of first-degree relatives, as well as the risk factors associated with these crimes, are the first steps to consider in prevention.

Keywords: family homicide, parricide, patricide, matricide, fratricide, filicide



Introduction

Love and harmony are not the only feelings present in the family context and several types of violence may also occur. The several manifestations of the so-called family or domestic violence can lead to situations of breaking up relationships, conflicts, aggressions, blackmail, conflict of interests, and even, in extreme situations, to violent deaths among its members (Brito, 2007).

According to the data from the Internal Security Annual Report, 116 consummated homicides were recorded in 2013 in Portugal, from which 38.7% were in the family context. More specifically, 26.7% of family homicides were marital or passionate homicides and 12.0% were parental or family homicides (RASI, 2013).

Homicides of first-degree relatives include patricide, matricide, fratricide and filicide. Patricide corresponds with his own father homicide. In Portugal the term patricide is frequently replaced by parricide, although this means the killing of the father, mother or both. Matricide corresponds to the mother's homicide, fratricide to the murder of a brother or sister, and filicide to the homicide of a child.

The homicide of first-degree relatives is a historical phenomenon from our ancestors. Legend has that Oedipus killed his father, Laius, and married his mother, Jocasta, in ancient Greece. Christianity believes that Abraham almost killed his son, Isaac, in an act of faith and submission to his god (Launer, 2004).

Any attempt to prevent homicides of first-degree relatives does imply the need for knowing and understanding the characteristics of the individuals who commit them. However, the currently available literature on the subject is limited and fragmented in the several of



crime, which can be explained by the low frequency of such crimes. Parricide (patricide and matricide) represents less than 4.0% of all homicides (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014; Dakhlaou, Khémiri, Gaha, & Haffani, 2009; Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007), and the perpetrators are mostly young males, single, who lived with the victim, and had history of mental illness, particularly schizophrenic psychosis (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). Matricide is predominantly associated with psychotic disorders, mainly schizophrenia. Patricide is a little less associated with severe mental illness, being almost always an impulsive crime (Almeida, 1999). Fratricide is also a rare crime, in which offenders are most often young adults, male, with a history of alcohol and illicit drugs (Bourget & Gagné, 2006), occurring mostly in degraded areas (Almeida, 1999). In turn, although also infrequent, filicide shows variable rates and, possibly, underestimated throughout the world. In over half the cases it is a criminal act committed by male individuals (Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003), and there is an association with the presence of mental illness, particularly depression and psychotic disorders (Flynn, Shaw, & Abel, 2013; Bourget, Grace, & Whitehurst, 2007; Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).

Aim

The present study was performed with the objective of characterize, in the sociodemographic and clinical perspective, individuals who commit homicide of first-degree relatives, and may the found profile somehow be useful in the prevention of such crimes.

Material and Methods

A retrospective study was conducted based on the review of 3154 forensic psychiatric assessment reports carried out between 1986 and 2011. These assessments were performed at



the Conde Ferreira Hospital, between 1986 and 2001, and at the Magalhães Lemos Hospital, between 2002 and 2011. Thirty-nine cases (1.2%) in which the examinee had been made defendant of homicide of first-degree relative were selected from the total of the 3154 reports, 25 (.8%) in the consummated form and 14 (.4%) in the attempted form.

Results

Concerning the gender of the individuals in the sample ($N = 39$), a predominance of males was found, accounting for 94.9% ($N = 37$) of cases. Regarding the age, the average was 40.6 years old (minimum 18 and maximum 68; $SD = 14.2$) and 30.8% ($N = 12$) of cases were aged between 36 and 45 years. In the remaining age groups 17.9% ($N = 7$) were between 18 and 25 years old; 15.4% ($N = 6$) between 26 and 35 years old; 15.4% ($N = 6$) between 46 and 55 years old; 15.4% ($N = 6$) between 56 and 65 years old; and 5.1% ($N = 2$) over the age of 65. As for marital status, single individuals stood out, corresponding to 74.4% ($N = 29$) of cases. Only 12.8% ($N = 5$) were married or living maritally; 7.7% ($N = 3$) were divorced; and 5.1% ($N = 2$) were widowed. About the professional occupation, 59.0% ($N = 23$) did not have any kind of occupation on the date of the crime, namely 35.9% ($N = 14$) were unemployed and 23.1% ($N = 9$) were retired due to disability; and 41.0% ($N = 16$) were exercising some kind of professional activity. Note that only one of the subjects had a profession that required university academic training. The distribution of the sample according to the described sociodemographic data is presented in Table 1.

Table 1

Distribution of the sample according age group, marital status, and professional occupation by type of crime and gender

Case	Year	Age (years)	Educational Level	Professional Status	Marital Status	Family	Financial Difficulties
A	2004	29	5 th grade	Cleaning worker Former Prostitute	Single	Partner and 1 son	Yes
B	2006	25	9 th grade	Temporary Employment	Married	Husband, 1 son an father in law	Yes
C	2007	24	University	Human Resources Manager	Single	Partner	Yes
D	2008	24	12 th grade	Paid Trainig (educational auxiliary)	Single	Father, Sister and Brother	Yes
E	2008	43	4 th grade	Unemployed	Widow	Partner and 2 daughters	Yes

Regarding the type of committed crime, in 33.3% ($N = 13$) of cases the occurrence of patricide, in 33.3% ($N = 13$) of matricide, in 20.5% ($N = 8$) of fratricide, and in 12.8% ($N = 5$) of filicide was observed. Crossing the variables type of crime and gender we found for



patricide, matricide and fratricide the totality of perpetrators was of the male gender. The 2 cases in which the crime was committed by females were related to filicide.

Considering the psychiatric pathologies present in individuals from the sample, we found psychotic disorders in 76.9% ($N = 30$) of cases, including schizophrenia, accounting for 64.1% ($N = 25$) of the diagnosis. Other conditions were: alcohol and illicit drugs related disorders in 28.2% ($N = 11$) of cases, mental retardation in 17.9% ($N = 7$), depressive disorders in 7.7% ($N = 3$), personality disorders in 5.1% ($N = 2$), and dementia in 2.6% ($N = 1$). In 1 case (2.6%) it was not found any psychiatric disorder. Note the existence of cases presenting two or more comorbid psychiatric disorders.

Analyzing the distribution of psychiatric disorders by type of crime and gender (Table 2), it was observed that for patricides ($N = 13$), totally perpetrated by males, several types of disorders were present, the most prevalent being psychotic disorders ($N = 8$), mainly schizophrenia ($N = 6$), alcohol and illicit drugs related disorders ($N = 5$), and mental retardation ($N = 4$). Concerning the matricides perpetrators ($N = 13$) identified in the sample, all of them were males and presented diagnosis of psychotic disorder, mostly schizophrenia ($N = 10$). As for fratricides ($N = 8$), they were fully perpetrated by schizophrenic males. Finally, filicide perpetrators ($N = 5$) were distributed between genders, male ($N = 3$) and female ($N = 2$), and among different pathologies.

Regarding the accountability to the crime, 84.6% ($N = 33$) were deemed unaccountable (no imputable) and 15.4% ($N = 6$) imputable.

Table 2

Distribution of psychiatric disorders by type of crime and gender

Case	Motive(s)	Methods	Behavior after the crime
A	Unwanted Pregnancy. Financial difficulties. Difficulty in communicating with the partner.	Asphyxiation by Drowning.	Placed the corpse in a plastic bag inside the closet and then in the garbage container. Went to the hospital for emergent health care, having confessed the crime.
B	Unwanted Pregnancy. Fear of losing the husband and daughter.	Severe traumatic head lesions. Scathing trauma.	Information not available.
C	Unwanted Pregnancy. Fear of the partner's reaction. Financial difficulties.	Asphyxiation by Suffocation.	Suspected still birth. Placed the corpse in a plastic bag and hid it in the closet. Went to the hospital for emergent health care, having confessed the crime. The corpse was discovered by the partner.
D	Unwanted Pregnancy. Fear of the father's reaction (wrath/abandonment). Fear of social criticism. Young age. Unstable employment status.	Asphyxiation by Strangulation.	Placed the corpse in a plastic bag inside the closet for a month (fear of being seen discarding it in the trash). Maintained regular daily activities. Corpse found by the sister.



E	Unknown.	Decapitation.	Hid the head of the baby in a plastic bag and placed it inside a press. Washed the blood soaked towels. Went to the hospital for emergent health care. Continued to deny the crime.
---	----------	---------------	---

Discussion

The number of existing studies on the subject is extremely limited and fragmented in the several of crime. It was not found in the literature any publication specifically related to homicides of first-degree relatives. Some studies related to parricide (patricide and matricide), matricide, fratricide and filicide were found, but great part of those have very small samples, which does not allow data statistical analysis. In general, the results found in this study were consistent with those found in other studies.

The notable predominance (94.9%, $N = 37$) of male perpetrators found in the sample had already been described by several authors in studies on patricide, matricide and fratricide. A study conducted in Portugal found 6 male offenders in 7 cases of parricide (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). Bourget and colleagues found that 92.8% of parricides and 90.0% of fratricides were committed by males (Bourget, Gagné, & Labelle, 2007; Bourget & Gagné, 2006). Matricide is described as a typically male crime (Ogunwale & Abayomi, 2012; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010). Concerning filicide, there is some contradiction regarding to the perpetrator's gender, although in recent years several authors have pointed to a slight predominance of males (Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).



Regarding the age of the murderers of first-degree relatives, in the present study a mean age of 40.6 years old was found and most of individuals (30.8%, $N = 12$) were aged between 36 and 45 years. Literature review describes mean ages relatively lower. Averages of 29.0 and 31.4 years old were found in parricide, of 32.5 years old in fratricide and of 27.0 and 33.1 years old in filicide.

Single perpetrators (74.4%, $N = 29$) stood out when compared to married ones, or those living maritally, divorced and widowed. The predominance of this marital status was also observed in studies on patricide, matricide and fratricide (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010; Bourget & Gagné, 2006). Data on filicide are scarce and inconclusive. In the present study two of the five filicide perpetrators were married, two were widowed and one was single. Of the two mothers who committed filicide, one was married and the other one was single.

Concerning professional situation, slightly more than half of offenders (59.0%, $N = 23$) were without occupation, that is, unemployed ($N = 14$) or retired due to a mental illness ($N = 9$). As many of the individuals of the sample suffered from psychotic disorder, the occupational dysfunction found can be interpreted in this way. However, the rate of individuals exercising some kind of profession (41.0%, $N = 16$) was high. Literature review is not enough to make comparisons. Unemployment was quoted as one of the prototypical characteristics of the parricide perpetrator's profile (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga, 2008). Filicide perpetrators were also indicated as unemployed (West, 2007; Freire & Figueiredo, 2006).



In the present study, parricide represented two-thirds ($N = 26$) of the homicides, one-third ($N = 13$) related to patricide and one-third ($N = 13$) related to matricide. The other third of the sample was distributed between fratricide (20.5%, $N = 8$) and filicide (12.8%, $N = 5$). A study conducted in Portugal found 1 case of patricide, 3 cases of matricide, and 2 cases of fratricide in a serial of 53 murderers. It was not found any case of filicide (Almeida, 1999). The existing literature does not provide other results that might be compared.

With regard to psychiatric disorders in the sample, psychotic disorders (76.9%, $N = 30$) were undoubtedly the most common, mainly schizophrenia (64.1%, $N = 25$), followed by alcohol and illicit drugs related disorders (28.2%, $N = 11$) and mental retardation (17.9%, $N = 7$). Depressive disorders were less frequent (7.7%, $N = 3$). However, it is important to note that these were present in 2 of the 5 cases of filicide. The association between homicides of first-degree relatives and mental illness has been described by several authors. Mental illness, particularly schizophrenia, followed by depressive disorders, and alcohol and other substances abuse are risk factors for parricide (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014; Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga 2008). In a comparative study on patricide and matricide, Bourget and colleagues found that psychotic disorders were present in 46.0% of patricides and 54.2% of matricides, and depressive disorders in 5.6% of patricides and 16.7% of matricides (Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). Matricide is considered a typically a schizophrenic crime (Ogunwale & Abayomi, 2012; Dreyer, Picon, & Falceto, 2010; Almeida, 1999), although other psychiatric disorders, such as depression and substance abuse, have been found on the perpetrators of this crime (Ogunwale & Abayomi, 2012; Bourget, Gagné, & Labelle, 2007). In a publication referring to fratricide, 2 out of 10 offenders had a diagnosis



of psychotic disorder, 1 had a depressive disorder, and 6 were under the influence of alcohol at the time of the crime (Bourget & Gagné, 2006). Regarding filicide, there is an important relationship with mental illness, most prominent in cases perpetrated by females, especially with affective and psychotic disorders (Pae, 2014; Flynn, Shaw, & Abel, 2013; Bourget, Grace, & Whitehurst, 2007; West, 2007; Freire & Figueiredo, 2006; Farooque & Ernest, 2003).

Most of the individuals in the sample (84.6%, $N = 33$) were deemed unaccountable, meaning, at the moment of the crime, they had no critical and judgment capacity before the committed crime or to determine themselves. This high rate can be interpreted as associated to high prevalence of severe psychiatric illness in the sample, especially psychotic disorders, in which the critical judgment and insight are usually affected. Most studies do not mention criminal responsibility. Dantas and colleagues found only one case of unaccountability between the 10 parricides and would be consistent with the only case of psychotic disorder (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). The defense often claims mental insanity, and may even persuade the judge and the jury since it is a relatively unimaginable crime (Hillbrand & Cipriano, 2007).

According to literature review, the prevention of these serious intra-family crimes is a difficult task and shall consider the presence of multiple factors. A careful evaluation of risk factors for each of these crimes seems to be the key in prevention. In cases of parricide, psychotic decompensations, including those motivated by discontinuation of medication, poor social network support, substance use, and unemployment are important factors to value (Galleguillos, Leslie, Tapia, & Aliaga 2008). The intervention of health professionals through educational strategies, as well of social workers to support problematic families and to



promote social reintegration are important preventive measures (Dantas, Santos, Dias, Dinis-Oliveira, & Magalhães, 2014). Based on the clear association between homicides of first degree-relatives and mental illness, early identification and treatment are a key point.

Withdrawal programs may also be considered, mainly in fratricide crimes, given their relation with substance use (Bourget & Gagné, 2006). As for filicide, the range of risk factors is even more extensive than for the other types of homicide, including unwanted motherhood, economic difficulties and history of violence, so prevention can involve legal issues of paternal custody (West, 2007).

This study found some limitations. For starters, it is a retrospective study and the characteristics discussed were restricted to those contained in forensic psychiatric reports. In addition, these reports are limited to a restricted geographical area, namely the North of Portugal. Finally, it is important to remember that the data from the literature on the subject are scarce, associated with many limitations, and often do not allow fully valid comparisons and conclusions.

Conclusion

Based on presented results, it was concluded that homicides of first-degree relatives are mainly committed by males, between 36 and 45 years old, single, with no labor occupation, who murder father or mother, evidence psychotic psychiatric disorder, particularly schizophrenia, and are considered unaccountable. Fortunately, these are infrequent crimes and, though often underestimated, constitute a minority of all homicides. They are clearly associated with presence of severe psychiatric illness, in which the critical and judgment capacity before the committed crime or of determination are affected, although it is not always observed. Psychotic disorders, particularly schizophrenia, represent the most



diagnosis of perpetrators. However, alcohol and other substances related disorders, mental retardation, and depressive disorders also assume an important association with these crimes.

Knowing the murderer of first-degree relatives' profile, as well as the risk factors associated with these crimes are crucial data to consider in prevention. The approach and the implementation of intervention strategies on individuals who represent the greatest risk are also important preventive measures. However, more research is needed on the subject, particularly studies with larger samples for better characterization of perpetrators.



References

- Almeida, F. (1999). *Homicidas em Portugal*. Maia: Instituto Superior da Maia.
- Bourget, D., & Gagné, P. (2006). Fratricide: A Forensic Psychiatric Perspective. *J Am Acad Psychiatry Law*, 34, 529-533.
- Bourget, D., Grace, J., & Whitehurst, L. (2007). A Review of Maternal and Paternal Filicide. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 74-82.
- Bourget, D., Gagné, P., & Labelle, M. (2007). Parricide: A Comparative Study of Matricide Versus Patricide. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 306-312.
- Brito, S. (2007). *Homicídio em Família: uma Análise dos Indícios nos Discursos das Testemunhas nos Processos Judiciais*. (Dissertação de Mestrado não publicada. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo). Acedido a partir do endereço: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp146524.pdf> em Novembro de 2014.
- Dakhlaou, O., Khémiri, O., Gaha, N., & Haffani, F. (2009). Psychotic Parricide: Clinical and Analytic Study About 16 Cases. *La tunisie Medicale*, 87, 824-828.
- Dantas, S., Santos, A., Dias, I., Dinis-Oliveira, R., & Magalhães, T. (2014). Parricide: A forensic approach. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 22, 1-6.
- Dreyer, J., Picon, F., & Falceto, O. (2010). Matricídio: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 12(2-3), 174-183.
- Farooque, R., & Ernest, F. (2003). Filicide: A Review Of Eight Years Of Clinical Experience. *Journal of The National Medical Association*, 95(1), 90-94.



- Flynn, S., Shaw, J., & Abel, K. (2013). Filicide: Mental Illness in Those Who Kill Their Children. *PLOS ONE*, 8(4), e58981.
- Freire, A., & Figueiredo, B. (2006). Filicídio: Incidência e factores associados. *Análise Psicológica*, 4(XXIV), 437-446.
- Galleguillos, T., Leslie, A., Tapia, J., & Aliaga, A. (2008). Caracterización psiquiátrica del delito de parricidio. *Rev Chil Neuro-Psiquiat*, 46(3), 216-223.
- Hillbrand, M., & Cipriano, T. (2007). Commentary: Parricides – Unanswered Questions, Methodological Obstacles, and Legal Considerations. *J Am Acad Psychiatry Law*, 35, 313-316.
- Launer, J. (2004). Fathers and sons. *QJMed* 97, 635-636.
- Ogunwale, A., & Abayomi, O. (2012). Matricide and schizophrenia in the 21st century: a review and illustrative cases. *Afr J Psychiatry*, 15, 55-57.
- Pae, C. (2014). Filicide: Needing Psychiatrists' Attention. *Psychiatric Investig*, 11(2), 214-215.
- Sistema de Segurança Interna (2013). Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2013. Acedido a partir do endereço: <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf> em Novembro de 2014.
- West, S. (2007). An Overview of Filicide. *Psychiatry*, 4 (2) 48-57.



A Construção dos Sentimentos de Insegurança em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal

Verónica Pinto, Olga Cruz, e Helena Grangeia

Instituto Universitário da Maia

Notas de Autor

Verónica Pinto, Olga Cruz, e Helena Grangeia, Instituto Universitário da Maia.

Autor de correspondência: Helena Grangeia: ISMAI – Instituto Universitário da Maia,
Av. Carlos Oliveira Campos, Castelo da Maia, 4475-690 Maia, telefone: 22 986 6000/22 982
5319, fax: 22 982 5331, hgrangeia@docentes.ismai.pt



Resumo

Por ser um tema pouco estudado, sobretudo em Portugal, nesta investigação explorou-se a construção dos sentimentos de insegurança entre mulheres vítimas de violência conjugal, com o intuito de compreender o eventual contributo destas experiências de vitimação para a construção dos sentimentos de (in)segurança. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas, a nove mulheres vítimas de violência conjugal, e analisados qualitativamente através da técnica da análise temática. Em termos de resultados, salienta-se que as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam níveis superiores de insegurança quando comparadas, por elas próprias, com as mulheres em geral. Os sentimentos de insegurança entre as participantes são construídos exclusivamente a partir da sua experiência de vitimação conjugal, surgindo o ex-cônjuge/ex-companheiro como a principal figura de insegurança. Realça-se, ainda, que as participantes evidenciam uma descredibilização quanto à atuação das autoridades policiais e judiciárias. Face ao exposto, consideramos necessário um maior investimento ao nível da investigação e do desenvolvimento de boas práticas relativamente a este fenómeno.

Palavras-chave: violência conjugal, sentimentos de insegurança, crime, mulheres vítimas, autoridades policiais e judiciárias



Introdução

É amplamente reconhecido nos dias de hoje que a violência no seio familiar é uma realidade que afeta muitas pessoas, sobretudo grupos mais vulneráveis, como as crianças e as mulheres, entre outros (Dias & Machado, 2008; Giddens, 2009; Quaresma, 2012). De entre tais experiências, destaca-se a violência conjugal¹ por ser considerada uma das formas mais comuns de violência interpessoal em todo o mundo (Almeida & Soeiro, 2010; Matos & Machado, 1999; Rocha, 2011).

Reconhece-se igualmente que a violência é um fenómeno que perturba a vivência da comunidade e que, para além de outras consequências, pode gerar sentimentos de insegurança. De acordo com a literatura, entre a população portuguesa o sentimento de insegurança é um fenómeno significativo (APAV, 2002; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2004; Machado & Manita, 2000) e as mulheres surgem como mais inseguras do que os homens (e.g., Almeida & Soeiro, 2010; Frias, 2004). Esta maior insegurança das mulheres pode ser compreendida pela sua maior vulnerabilidade física, mas também pelo facto de estas tenderem a assumir com maior naturalidade os seus medos.

O objetivo deste estudo foi explorar de que modo as mulheres vítimas de violência conjugal constroem os seus sentimentos de insegurança, a partir das suas próprias perspetivas. Concretamente, pretendeu-se identificar quais os elementos que concorrem para a construção destes sentimentos e compreender se e como as experiências de vitimação poderão contribuir para tal construção.

¹ A violência conjugal, também conhecida como violência na intimidade, respeita a qualquer tipo de violência perpetrada por um homem ou uma mulher contra o/a outro/a com quem tem ou teve um relacionamento íntimo (Baldry, 2003, como citado por Almeida & Soeiro, 2010).



A construção dos sentimentos de insegurança

O sentimento de insegurança pode ser concetualizado como “um dado posicionamento interpretativo face à realidade criminal, discurso produtor de significados sobre o crime e a desordem” (Machado, 2004, p. 129). Apesar de Portugal apresentar uma baixa criminalidade, assiste-se a um aumento gradual dos sentimentos de insegurança (e.g., Fernandes & Rêgo, 2011). Ao nível internacional, várias investigações indicam que entre 40 a 50% da população expressa sentimentos de insegurança (cf. Lab, 2013). De acordo com os dados do estudo do Eurobarómetro – Public Opinion in the European Union (2013) o crime/insegurança surge em quinto lugar na média das principais preocupações dos cidadãos europeus.

Tais sentimentos tendem a manifestar-se através de um conjunto de inquietações, ameaças, desconfianças, angústias, ou medo cristalizado sobre o crime numa determinada realidade (Dias, 2001, 2010; Lourenço & Lisboa, 1996). Como refere Ferraro (1995, como citado por Lab, 2013) os sentimentos de insegurança englobam uma resposta emocional de temor e ansiedade face ao crime ou a um símbolo a ele associado. De destacar que tais sentimentos são consensualmente descritos como um prejuízo para a qualidade de vida dos sujeitos, traduzindo-se, entre outros, em atitudes de desconfiança e em condutas defensivas (Heitor, 2007). É amplamente reconhecido que os sentimentos de insegurança resultam em grande medida de uma construção social, com origem sobretudo na mediatização do crime pelo discurso político e pelos meios de comunicação social (Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2000; MAI, 2012).



Embora se reconheça que os sentimentos de insegurança estão diretamente associados à criminalidade (e.g., Oliveira, 2006; Rêgo & Fernandes, 2012), não se considera que seja esta a sua única causa (Frias, 2004).

Segundo Machado (2004), a insegurança está associada com o crescimento do medo e do crime (especialmente o violento), mas também com o estabelecimento de uma relação de causalidade entre a insegurança e criminalidade (pelo que quanto maior o receio de ser vítima de um crime maior o sentimento de insegurança). A estes elementos, Roché (1991, como citado por Lourenço & Lisboa, 1996) acrescenta a presença de outros, nomeadamente a associação do aumento da criminalidade a um processo de seleção e construção social do crime como risco.

Em Portugal, o inquérito de vitimação realizado na área metropolitana de Lisboa, em 1992, permitiu concluir que 46% dos indivíduos relatavam sentimentos de insegurança ao andarem a pé nos seus bairros à noite (Machado, 2004). Nesta mesma localização geográfica, o inquérito de vitimação conduzido pela APAV (2002) mostrou que a criminalidade, a droga e a insegurança são os problemas considerados mais graves pela maioria dos/as participantes. Já na área metropolitana do Porto, o estudo realizado por Machado e Manita (2000) concluiu que a população vive a insegurança de forma intensa e generalizada, sugerindo proporções mais graves do que o próprio crime.

Portugal, à semelhança dos restantes países europeus, tem demonstrado uma elevada preocupação com os problemas sociais da violência, da criminalidade e da insegurança (Frias, 2004; Lourenço & Lisboa, 1996). Neste sentido, o estado português tem vindo a ativar diversos mecanismos no âmbito da segurança interna para potenciar o exercício de uma plena



cidadania (MAI, 2015). Por um lado, houve um investimento no policiamento de proximidade, sobretudo com o intuito de promover uma melhor relação entre os cidadãos e as forças de segurança e uma maior segurança à população (e.g., MAI, 2015). A importância destas iniciativas é reforçada pela constatação de que as vítimas nem sempre denunciam as suas experiências de vitimação às autoridades competentes. A título ilustrativo, Almeida e Alão (1995) encontraram esta realidade em cerca de 72% da população portuguesa, o que os sujeitos justificavam pelo facto de considerarem que a polícia nada iria fazer ou que não se iria interessar. Num trabalho mais recente, Fernandes e Rêgo (2011) indicam que apenas cerca de 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade são denunciados aos órgãos de polícia criminal. Por outro lado, assistiu-se também a uma intensificação do controlo das principais fontes de perigo, privilegiando-se a prevenção dos diversos comportamentos que colocam em risco a segurança das comunidades (MAI, 2012).

Sentimentos de insegurança e mulheres vítimas de violência conjugal

No que concerne aos sentimentos de insegurança em mulheres vítimas de violência conjugal é de realçar a escassez de literatura. Reconhece-se, todavia, que o sexo é o fator preditor mais empiricamente comprovado ao nível do sentimento de insegurança (e.g., Hale, 1996). Em concreto, comparativamente com os homens, vários estudos têm demonstrado que as mulheres apresentam maiores sentimentos de insegurança (e.g. Machado, 2004; Reid & Konrod, 2004), antecipam maiores níveis de vitimação e adotam mais comportamentos de evitamento e cautela face aos homens (LaGrande & Ferraro, 1987).

É também amplamente reconhecido que a experiência de uma relação conjugal violenta é muito debilitante para a vítima, podendo afetar seriamente o seu funcionamento psicológico (Sani, 2008). Entende-se, no entanto, que tal impacto depende da experiência e



percepção específicas da própria vítima, sendo que para muitas delas as consequências psicológicas são mais danosas do que a própria agressão física (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014). O impacto da violência ocorre a vários níveis e manifesta-se a curto, médio e longo prazo. De entre os indicadores mais frequentemente identificados na literatura da área destacam-se os distúrbios cognitivos e de memória, como a confusão mental e as memórias recorrentes do trauma (Matos, 2011). Igualmente comuns são os comportamentos depressivos e/ou de evitamento, que se caracterizam, entre outros, por um maior isolamento e por uma menor autoestima e autoconfiança, assim como os distúrbios de ansiedade, que se traduzem em hipervigilância, ataques de pânico e percepção de vulnerabilidade (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014; Matos, 2003, 2011). Segundo Levendosky e Graham-Berman (2001, como citados por Sani, 2008) as mulheres que experienciam violência conjugal apresentam, de facto, níveis de stresse superiores às que não vivenciam esta situação.

Nesta ótica, Grabosk (1995) salienta que a violência conjugal, atendendo ao seu cariz doméstico e ao facto de tendencialmente ocorrer no espaço privado, apresenta maior suscetibilidade de incrementar o medo do crime por parte das mulheres. Tal sentimento de medo, vivenciado pelas mulheres em virtude de serem vítimas de violência conjugal, pode inclusive ser encarado como uma resposta racional a um conjunto de situações experienciadas ou que, no seu quotidiano, as amedrontam (Lupton & Tulloch, 1999).

A par de todo o impacto já destacado, Quaresma (2012) aponta ainda para o facto de as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, seja física, sexual, ou emocional, necessitarem entre quatro a cinco vezes mais de cuidados psiquiátricos e de tendencialmente tentarem o suicídio mais cinco vezes do que as mulheres em geral.



De acordo com a literatura, nacional e internacional, o fenómeno da violência conjugal constitui um importante fator explicativo da insegurança feminina, “quer pela sua real e ignorada dimensão, quer por constituírem um pano de fundo violento do que é a existência quotidiana de muitas mulheres” (Machado & Manita, 2000, p. 9). Num estudo desenvolvido pela APAV (2002), concluiu-se que este tipo de criminalidade, associada à vitimação pessoal através de violência física ou psicológica, gera nas pessoas um elevado nível de medo e de insegurança. Ainda a este propósito, Frias (2004) concluiu que as vítimas de crime adotam mais comportamentos de cuidado ou proteção comparativamente aos sujeitos que não o foram. De acordo com o MAI (2015), o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo, continua a apresentar um elevado número de participações traduzido no terceiro crime mais participado no ano de 2014. Realce-se que, em 2013 registaram-se 40 homicídios conjugais/passionais (MAI, 2014).

Atendendo à dimensão do problema da violência conjugal na sociedade portuguesa e ao potencial impacto que esta experiência de vitimação pode ter em termos da construção dos sentimentos de insegurança, o objetivo geral da presente investigação foi explorar de que modo as mulheres vítimas de violência conjugal constroem os seus sentimentos de insegurança. Em concreto, procurou-se identificar quais os elementos que concorrem para a construção destes sentimentos e compreender se e como as experiências de vitimação poderão contribuir para tal construção.

Método

Dado o nosso intuito de compreender o fenómeno em estudo a partir da perspetiva das pessoas que o experienciam, acedendo à forma como estas atribuem significado às suas



experiências, optou-se pela realização de uma investigação qualitativa (Marks & Yardley, 2004).

Participantes

Atendendo aos nossos objetivos, os dados foram recolhidos junto de nove mulheres vítimas de violência conjugal, sem patologia psíquica e acompanhadas por um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica do norte de Portugal.

A idade média das participantes foi de 45 anos, com um mínimo de 23 e um máximo de 64 anos. À data das entrevistas, embora não tendo sido um critério de inclusão na amostra, todas as participantes já tinham terminado a relação conjugal violenta.

Em média, a duração das relações amorosas violentas foi de 19 anos e a duração da rutura foi de cerca de dois anos e seis meses.

Tabela 1

Caracterização das participantes

<i>Participante</i>	Idade (anos)	Duração da relação (anos)	Duração da rutura (meses)	Habilitações literárias	Enquadramento socioprofissional
A	56	21	96	3º Ciclo	Desempregada
B	44	20	24	2º Ciclo	Desempregada
C	64	45	48	1º Ciclo	Doméstica



D	45	7	4	2º Ciclo	Desempregada
E	28	4	36	Ensino secundário	Estudante
F	23	2	1	3º Ciclo	Empregada de Balcão
G	48	24	7	2º Ciclo	Doméstica
H	54	28	36	1º Ciclo	Doméstica
I	41	23	24	Ensino Secundário	Empregada de Escritório

Instrumento

Os dados foram recolhidos através de entrevistas qualitativas em profundidade, conduzidas a partir de um guião semiestruturado elaborado propositadamente para este estudo (Pinto, Cruz, & Grangeia, 2014). Tal guião, composto por questões de resposta aberta e de resposta fechada, foi desenvolvido exclusivamente em função das questões que se pretendia explorar com a investigação, em concreto: conceito de insegurança; figuras de (in)segurança para as mulheres; contextos de (in)segurança para as mulheres; e situações de (in)segurança para as mulheres.

Em termos de organização, o guião contempla uma primeira parte de recolha de informação sociodemográfica, prosseguindo para a exploração das perceções acerca do sentimento de insegurança. Nesta segunda parte, começa-se por abordar a insegurança nas mulheres em geral, solicitando-se a descrição de contextos, pessoas e situações que consideram contribuir para a construção dos seus sentimentos de insegurança (e.g., na sua opinião o que é que contribui para as mulheres em geral se sentirem inseguras?). De seguida,



analisa-se o sentimento de insegurança relativo às vivências individuais das próprias participantes (e.g., o que pode contribuir para se sentir mais segura? E mais insegura?).

Procedimento

Inicialmente foi solicitada a colaboração de um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica do norte de Portugal, a fim de sinalizar mulheres vítimas de violência conjugal que pudessem estar interessadas em colaborar no estudo. Após o contacto inicial e a apresentação dos objetivos e procedimentos da investigação, foram agendadas as entrevistas individuais de acordo com a disponibilidade de cada participante. Todas as entrevistas foram realizadas e gravadas em áudio mediante o consentimento informado e por escrito das participantes, tendo sido garantido o seu anonimato. As entrevistas, cuja duração variou entre 40 minutos e 1 hora e 15 minutos, foram realizadas entre 19 de março e 14 de abril de 2014. Importa referir que, aquando da realização das entrevistas, as participantes encontravam-se em diferentes fases de acompanhamento psicológico por parte do aludido gabinete de apoio e informação a vítimas. Acrescente-se que tal acompanhamento se manteve após a recolha dos dados de forma a atenuar a eventual reação emocional despoletada pela entrevista.

Análise dos Dados

Para o tratamento dos dados recorreu-se à análise temática, que pode ser definida como uma forma de reconhecimento de padrões repetitivos nos dados, onde os temas emergentes se tornam as categorias de análise (Fereday & Muir-Cochrane, 2006).

Em concreto, seguiu-se a proposta de Braun e Clarke (2006), iniciando-se o processo de análise pela leitura e releitura integral da transcrição de cada entrevista, de modo a identificar significados e padrões nos dados e começar a desenvolver códigos iniciais. De seguida, explorou-se as relações entre os vários códigos iniciais, de modo a identificar,



nomear e organizar potenciais temas. Seguiu-se um processo de revisão e reorganização dos temas de modo a garantir que os temas identificados eram relevantes e formavam um padrão coerente.

Importa notar que o tratamento dos dados foi orientado pelos seguintes eixos de análise, previamente definidos a partir dos objetivos da investigação: conceito de insegurança; figuras de insegurança para as mulheres; contextos de insegurança para as mulheres; e situações de insegurança para as mulheres.

Resultados

A apresentação dos resultados foi organizada em função dos quatro eixos de análise definidos, desenvolvendo-se os temas que surgiram em cada um.

Conceito de insegurança

O conceito de insegurança foi descrito por todas as participantes (n= 9) como um sentimento de mal-estar associado à sua experiência de relação conjugal violenta e foi entendido como um malefício intrínseco a estas suas vivências (e.g., *“a insegurança é ter medo é não estar segura é eu estar na mesma cidade e não estar segura, eu ter medo dele”* - F). Este sentimento emergiu essencialmente veiculado ao medo e controlo constante (n= 7) e à falta de liberdade resultante do controlo persistente de que foram alvo (n= 2) (e.g., *“insegurança para mim é uma pessoa não ter liberdade, estar sempre a ser controlada em qualquer momento e por qualquer motivo”* – D).

Para melhor se compreender os sentimentos de insegurança, foi solicitado às participantes que atribuíssem níveis de insegurança (desde zero, como muito inseguro, a cinco, como totalmente seguro) relativamente às mulheres em geral e a si mesmas. No que concerne à perceção de (in)segurança das mulheres em geral, três participantes consideraram

as mulheres como seguras, atribuindo-lhes o nível máximo de segurança. Pelo contrário, quando confrontadas com o seu próprio nível de (in)segurança a maioria das participantes (n=6) posicionou-se no zero, referindo sentir-se muito inseguras (cf. Figura 1).

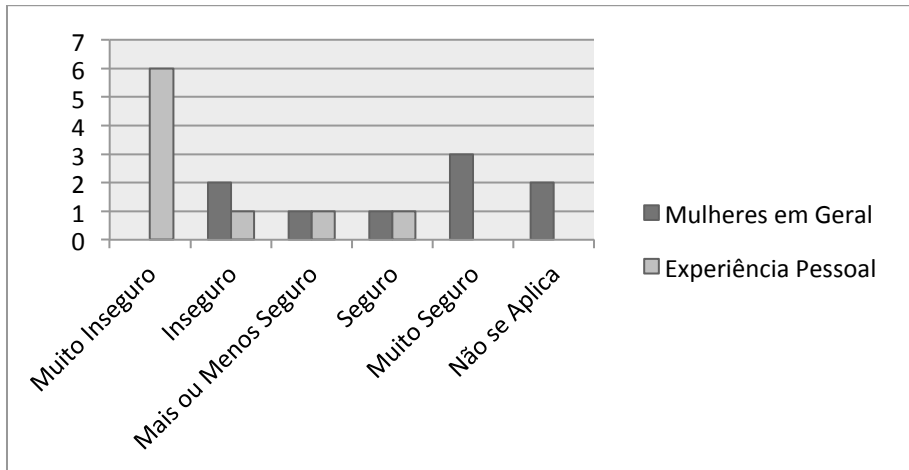


Figura 1. Atribuição de níveis de (in)segurança por parte das participantes

Foi consensual entre as participantes que a comunicação social influencia a forma como cada sujeito se sente seguro ou inseguro na comunidade (n = 9), podendo por vezes ter um papel negativo (n = 6) (e.g., “*a comunicação social ao mesmo tempo também nos aterroriza*” - A). Realce-se que todas as participantes (n = 9) chegaram mesmo a projetar-se nos acontecimentos noticiados (e.g., “*a gente ouve e consoante acontece às outras mulheres também me pode acontecer a mim*” – C).

Figuras de insegurança

Na tabela 2 identificam-se os temas obtidos relativamente às figuras que contribuem para o aumento do sentimento de insegurança, quer para as mulheres em geral, quer na experiência das próprias participantes.



Tabela 2

Figuras associadas ao sentimento de insegurança

Figuras	Mulheres em geral (n)	Experiência pessoal (n)
Homens/maridos/Companheiros	n=9	n=9
Familiares	n=5	n=7
Desconhecidos	n=5	n=7
Colegas de Trabalho	n=4	n=3



Toxicodependentes	n=4	n=2
Todas as pessoas	n=4	-
Vizinhos	n=3	n=2
Amigos/as	n=2	-

Nota. Destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

Foi consensual a identificação do homem como principal elemento associado à insegurança, quer para as mulheres em geral, quer para si mesmas (e.g., “*Os homens, os maridos*” – G). Quanto à sua experiência pessoal, as participantes (n= 9) destacaram em concreto os ex-cônjuges/ex-companheiros como figuras de insegurança (e.g., “*o perigo muitas vezes está à porta de casa, está dentro das portas*” – I). Tal foi justificado pelos comportamentos de perseguição (e.g., “*mesmo depois do divórcio... perseguia-me por todo o lado*” – A) e de ameaças diretas que estes adotavam para com elas (e.g., “*Deus me livre de eu*”).



te ver na rua com alguém ou falar com alguém... não és livre, és mãe dos meus filhos” – B).

Realce-se que a maioria das entrevistadas (n = 6) associou a morte do ex-cônjuge/ex-companheiro ao final da insegurança, considerando-a um fator promotor de segurança e conforto.

Os/as familiares foram igualmente percecionados/as como figuras de insegurança, sobretudo no que respeita à experiência pessoal das participantes (n = 7), mas também relativamente às mulheres em geral (n = 5). No que concerne às suas próprias vivências, as participantes explicaram tal perceção pelo facto de os familiares as ameaçarem (n = 9), de não as apoiarem (n = 7), de não serem confiáveis relativamente à experiência de vitimação conjugal (n = 7) e de estarem distantes (n = 2).

Também os desconhecidos foram identificados como elementos de insegurança e geradores de mal-estar, quer quanto à vivência das mulheres em geral (n = 5), quer quanto à experiência pessoal das participantes (n = 7). Referindo-se à sua própria vivência, as entrevistadas justificaram tal perceção pelo receio de agressão (n = 7) (e.g., *“vem um mandamos um spray mete-nos dentro de um carro e nós lá vamos e deixam-nos nos montes” – A*). Outras duas explicações prenderam-se com o medo de rapto dos filhos (e.g., *“basta um simples descuido nosso que uma pessoa olha para o lado e eles já não estão ao nosso lado” – E*) (n = 1) e com o medo de vingança (e.g., *“ele lá dentro da prisão que arranja pessoas, amigos que saíam primeiro do que ele que depois tenta mandá-los fazer-me mal” – G*) (n = 1).

Contextos de insegurança



Na tabela 3 apresentam-se os temas obtidos relativamente aos contextos que as participantes mais associam à insegurança, quer para as mulheres em geral, quer para si mesmas.

Tabela 3

Contextos associados ao sentimento de insegurança

Contextos	Mulheres em geral (n)	Experiência pessoal (n)
Espaço casa	n=9	n=9
Saídas noturnas	n=9	n=7
Cafés, bares, discotecas	n=7	n=4



Ruas/espços públicos	n=5	n=6
Local de trabalho	n=4	n=5
Supermercados	-	n=4

Nota. Destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

A casa destacou-se como o contexto mais associado à insegurança, sendo consensualmente identificado, quer no que respeita às experiências das mulheres em geral, quer em termos das vivências das próprias participantes (n = 9) (e.g., “*sinto-me muito insegura mesmo dentro de casa*” – A).

Foi igualmente consensual que o sentimento de insegurança das mulheres em geral aumenta no período noturno (n = 9) (e.g., “*a noite ajuda muito aos bandidos, ladrões*” – H), o que as levava a não sair por medo (e.g., “*acho que muitas não saem à rua com medo*” – G).

(Des)credibilização das autoridades policiais e judiciárias



O papel das autoridades policiais foi descredibilizado pela maioria (n = 6) das entrevistadas (e.g., *“uma pessoa liga a pedir auxílio e eles chegam lá quando uma pessoa quase está morta”* – E). Cinco participantes consideraram, inclusive, que as autoridades policiais potenciam o sentimento de insegurança na população (e.g., *“chamar a guarda...eles aparecem lá, querem lá bem saber!... eu chamei a guarda: venham a minha casa que o meu ex-marido está a invadir a minha propriedade, eu não sei se ele está armado, ele fugiu, venham cá num instante...passaram cinco anos”* – A). Note-se que a maioria das entrevistadas (n = 8) admitiu já ter tido, pelo menos, um contacto direto com as autoridades policiais. Realça-se ainda a necessidade que as participantes identificaram de se aumentar o número de efetivos no policiamento de proximidade e de se apostar numa melhor formação dos mesmos, de modo a incrementar a segurança e proteção na comunidade.

Quanto à atuação das entidades judiciais a maioria das participantes (n = 8) também a descredibilizou, considerando que garantem uma insuficiente proteção às vítimas (e.g., *“o Ministério Público e o Tribunal haviam de ter mais atenção às vítimas”* – G). As seis mulheres que contactaram diretamente com os Serviços do Ministério Público demonstraram uma manifesta descrença (e.g., *“dei treze queixas na polícia e não fizeram nada, o Tribunal não fez nada”* – G). Aliás, foi consensualmente referida a necessidade de melhorar os serviços prestados pela justiça (e.g., *“acho que os Tribunais já nos deviam ter protegido há muito”* – A).

Discussão

Os dados obtidos permitem concluir que a vivência de uma relação conjugal violenta contribui amplamente para o sentimento de insegurança das mulheres, sendo sobretudo a



partir dessa experiência que as participantes constroem tal sentimento. Tal é corroborado pela literatura que descreve a violência conjugal como um importante fator explicativo da insegurança feminina (e.g., Machado & Manita, 2000). De facto, o conceito de insegurança é frequentemente entendido como estando interligado com a realidade criminal, manifestando-se através de um conjunto de inquietações e angústias (Dias, 2010; Oliveira, 2006). Note-se que, neste estudo, as participantes estavam tão focadas na sua experiência de vitimação que foi notória a sua dificuldade em se distanciar das próprias vivências e em se posicionar no papel das mulheres em geral.

A insegurança, intimamente associada ao medo, foi também encarada por estas mulheres como um fator negativo que as impede de desfrutar livremente as suas vidas. Do nosso ponto de vista, tais perceções justificam a urgência de uma intervenção estatal destinada a implementar estratégias capazes de promover uma proteção mais adequada, consistente e célere destas mulheres vítimas. Destaque-se, aliás, que a segurança surge como uma das preocupações e prioridades de atuação por parte do Estado (MAI, 2015).

De forma congruente, os homens e sobretudo os companheiros/ex-companheiros são claramente identificados como as principais figuras de insegurança, quer para a generalidade das mulheres, quer em termos de experiência pessoal das participantes. Além disso, a maioria das entrevistadas equipara a morte do ex-companheiro ao final da insegurança, o que nos parece poder ser compreendido pelo facto de a violência conjugal assumir em geral um carácter reiterado com inúmeros prejuízos. Não obstante, este é um resultado preocupante e que deve suscitar a procura de estratégias eficazes por parte das entidades responsáveis de modo a reduzir o risco, inclusive de homicídio por parte da vítima para com o agressor.



Note-se que as participantes posicionaram-se num patamar de insegurança superior quando comparadas, por elas próprias, com as mulheres em geral. Além disso, atribuíram um maior sentimento de insegurança às mulheres que experienciam relacionamentos conjugais violentos quando comparadas com as que vivenciam relacionamentos saudáveis, o que é consistente com a literatura (e.g., Almeida & Soeiro, 2010). Igualmente congruente com a literatura (e.g., Giddens, 2009) é o facto de a casa surgir como o principal contexto de insegurança, quer para as mulheres em geral, quer nas experiências das participantes.

Os dados obtidos confirmam que a noite é um elemento causador de medo e insegurança, o que vai ao encontro de estudos anteriores (e.g., Machado, 2004). Segundo as participantes este sentimento é tão elevado que consegue inibir a sua socialização e saídas durante este período.

Um dado relevante deste estudo é o facto de as participantes descredibilizarem a atuação das forças policiais, considerando-a inclusive promotora de insegurança. Tais resultados, congruentes com os de outros trabalhos (e.g., Frias, 2004), apontam, na nossa perspetiva, para a importância de se promover uma atuação mais concertada e eficaz a este nível. Em concreto, consideramos relevante investir no desenvolvimento de mais equipas qualificadas e especializadas no âmbito da violência conjugal, de forma a apoiar estas vítimas e a minimizar a possibilidade de vitimação secundária. Em Portugal, as forças de segurança possuem equipas dirigidas para estes casos, mas dado o grande volume processual e os poucos recursos humanos e materiais, as respostas não são céleres, equitativas e eficazes em todas as situações. Acresce que muitos concelhos, tal como aquele onde foi realizado este estudo, não dispõem de uma estrutura policial local especializada, o que poderá conduzir a um foco nos



processos mais graves, descurando-se casos aparentemente de menor gravidade e risco. A este nível, destaca-se que nenhuma participante foi encaminhada ou teve contacto com uma equipa policial especializada em violência doméstica, apesar de os seus casos serem graves.

As entrevistadas descredibilizam também a atuação das entidades judiciais, destacando a necessidade de uma maior proteção das vítimas de violência conjugal, o que é consistente com trabalhos anteriores (e.g., Andrade, 2012). Aliás, as participantes que tiveram contacto com estas entidades admitiram que não confiam nelas e que estas veiculam estereótipos relativos às mulheres. Na nossa perspetiva este resultado é preocupante, nomeadamente por potenciar a vitimação secundária destas mulheres, o que exige uma melhoria de atitudes e práticas. Em concreto, consideramos que um avanço neste domínio implica um trabalho em parceria dentro do próprio sistema judicial, inclusive para evitar acórdãos contraditórios de diferentes instâncias.

Para terminar e também à semelhança do que é referido na literatura (e.g., Fernandes & Rêgo, 2011; MAI, 2012), neste estudo foi atribuído um papel muito significativo aos meios de comunicação social na construção dos sentimentos de insegurança, sobretudo pela mediatização do crime. As participantes consideram que tal mediatização ocorre sobretudo quanto a crimes violentos, como os homicídios conjugais, o que contribui para uma ainda maior perceção de vulnerabilidade destas vítimas, pelo que do seu ponto de vista, as notícias podem surtir efeitos ao nível da aprendizagem de comportamentos, colocando-as em maior situação de risco.

Considerações Finais

Retomando os objetivos desta investigação pode concluir-se que, para as mulheres entrevistadas, as experiências de vitimação conjugal contribuem indubitavelmente para a



construção dos seus sentimentos de insegurança. De facto, tais sentimentos são construídos sobretudo a partir desta vivência, da figura do companheiro/ex-companheiro e da casa de ambos. Acresce que tal sentimento persiste mesmo após a rutura da relação violenta, como referem as entrevistadas, continuando a prejudicar as suas vidas, nomeadamente potenciando a adoção de uma postura de evitamento enquanto estratégia de enfrentamento face ao risco percebido.

Atendendo à dimensão deste problema e aos diversos prejuízos que acarreta, nomeadamente o homicídio, urge promover a formação e a adoção de boas práticas nas várias entidades responsáveis por intervir sobre o mesmo. Tais práticas devem, acima de tudo, promover a segurança e proteção das vítimas, o que implica desde logo que estas entidades não sejam responsáveis por processos de vitimação secundária.

Acrescente-se que, do nosso ponto de vista, o facto de todas as participantes deste estudo terem tido contacto com as autoridades policiais e a maioria com as autoridades judiciais poderá ter sido potenciado pelo facto de estas serem acompanhadas num gabinete de apoio à vítima de violência doméstica. Tal acompanhamento poderá ter atuado como um fator protetor, potenciando as denúncias e o término das relações de intimidade violentas, inclusive ao disponibilizar informação e suporte especializado às mulheres com esta vivência. O acompanhamento psicoterapêutico poderá operar, assim, como uma mais-valia neste tipo de problemática social. Nesse sentido, consideramos essencial que se continue a investir neste e noutros tipos de estruturas de apoio a vítimas de violência conjugal. De facto, em Portugal, não obstante as diversas conquistas e evoluções inclusive ao nível social e legislativo, há ainda um longo caminho a percorrer para que o problema da violência conjugal seja resolvido.





Referências

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). Avaliação do Risco de Violência Conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica, 1*, 179-192.
- Almeida, M., & Alão, A. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Andrade, A. (2012). *Violência doméstica: estudo da participação e opinião dos magistrados do departamento de investigação e ação penal do Porto* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Associação Portuguesa Apoio à Vítima (2002). *Projeto Cibele: estudos sobre prevenção de crime e vitimação urbana*. Lisboa: Autor.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*, 77-101.
- Dias, A., & Machado, C. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica, 4*, 571-586.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, 20*, 245-262.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- European Commission (2013). *Public Opinion in the European Union – First Results* (Standard Eurobarometer 79 - Spring 2013). Retirado de European Commission website: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_first_en.pdf.
- European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Violence against women: an EU-wide*



- survey – Results at a glance*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating rigor using thematic analysis: A hybrid approach of inductive and deductive coding and theme development. *International Journal of Qualitative Methods*, 5, 1-11.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15, 167-181.
- Frias, G. (2004, Setembro). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na atualidade*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/gracafrias.pdf>.
- Grabosky, P. (1995). Fear of crime, and fear reduction strategies. *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, 44, 1-6.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature, *International Review of Victimology*, 4, 79-150.
- Heitor, T. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Análise Psicológica*, 21, 31-44.
- Lab, S. (2013). *Crime prevention: Approaches, practices and evaluations* (8th ed.). New Providence, NJ: LexisNexis.
- LaGrange, R. & Ferraro, K. (1987). The measurement of fear of crime. *Sociological Inquiry*, 57(1), 70-97.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, criminalidade e sentimentos de insegurança. *Revista Pretextos*, 2, 45-64.
- Lupton, D. & Tulloch, J. (1999). Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition.



British Journal of Sociology, 50(3), 507-523.

Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do “outro”*. Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto (Dissertação de Doutoramento publicada). Universidade do Minho, Braga.

Machado, C. & Manita, C. (2000). *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto. Relatório de Investigação 1997-1999*. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64460/2/11049.pdf>.

Machado, C. (2004). *Crime e insegurança – discursos do medo imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.

Marks, D., & Yardley, L. (2004). *Research methods for clinical and health psychology*. London: Sage Publications.

Matos, M. (2011). Avaliação psicológica de vítimas de violência doméstica. In R. Gonçalves, C. Machado & M. Matos (Coords.), *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 175-202). Braga: Psiquilibrios edições.

Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 373-388.

Ministério da Administração Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Ministério da Administração Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>

Ministério da Administração Interna (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/RASI_2014.pdf



- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência de um policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna, Direção Geral de Administração Interna.
- Retirado de http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD_dez_2012%20v1.pdf.
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo convergências entre as cidades do porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 78, 51-65.
- Reid, L. W. & Konrad, M. (2004). The gender gap in fear of crime: assessing the interactive effects of gender and perceived risk on fear of crime. *Sociological Spectrum*, 24, 399- 425.
- Rocha, H. (2011). Violência Doméstica – A actuação da Polícia de Segurança Pública na prevenção da revitimação. In E. Chambel, M. Valente, & P. Espírito-Santo (Coords.). *Ciências policiais: Estado, segurança e sociedade* (pp. 53-79). Coimbra: Almedina.
- Sani, A. (2008). Mãe e mulher no contexto de violência doméstica. *Ex aquo*, 18, 123-133.



The Construction of Insecurity Feelings in Battered Women

Verónica Pinto, Olga Cruz, and Helena Grangeia

Instituto Universitário da Maia

Author Note

Verónica Pinto, Olga Cruz, and Helena Grangeia, Instituto Universitário da Maia.

Corresponding Author: Helena Grangeia: ISMAI – Instituto Universitário da Maia,
Av. Carlos Oliveira Campos, Castelo da Maia, 4475-690 Maia, telephone: 22 986 6000/22 982
5319, fax: 22 982 5331, hgrangeia@docentes.ismai.pt



Abstract

As there have been very few studies on this subject, mainly in Portugal, our research explored the construction of insecurity feelings among women victims of domestic violence, aiming to understand the likely contribution of these types of experience of victimisation for the construction of (in)security feelings. Data were obtained from interviews with nine women victims of domestic violence, and analysed qualitatively using the thematic analysis method. The results highlight the fact that women victims of domestic violence reveal higher levels of insecurity when they compare themselves with women in general. Insecurity feelings among the participants are exclusively constructed from their experience of domestic victimisation, their ex-spouse or ex-partner being the main insecurity figure. Also to be highlighted is the fact that the participants reflect the discredibility of the action of the police and judicial authorities. In view of the above, we believe a greater investment is necessary in the investigation and development of good practices related to this phenomenon.

Keywords: domestic violence, insecurity feelings, crime, battered women, police and judicial authorities



Introduction

It is widely accepted that, currently, violence in the household is a reality affecting large numbers of people, especially more vulnerable groups, such as women and children, among others (Dias & Machado, 2008; Giddens, 2009; Quaresma, 2012). Domestic violence² stands out from those types of experience, as it is considered one of the most common forms of interpersonal violence in the whole world (Almeida & Soeiro, 2010; Matos & Machado, 1999; Rocha, 2011).

It is also acknowledged that violence is a phenomenon affecting the living experience of the community and that, besides other consequences, it can generate feelings of insecurity. In accordance with the literature, the feeling of insecurity is a significant phenomenon among the Portuguese (APAV, 2002; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2004; Machado & Manita, 2000) and women appear to be more insecure than men (e.g., Almeida & Soeiro, 2010; Frias, 2004). This greater insecurity among women can be understood on the basis of their physical vulnerability, but also because they tend to assume their fears in a more natural way.

The purpose of this study was to explore the ways women victims of domestic violence create their feelings of insecurity from their own perspectives. In particular, we aimed to identify those features that contribute to constructing those feelings and understand whether and how victimisation experiences may contribute to that construction.

Constructing feelings of insecurity

² Domestic violence, also known as intimate violence, refers to any form of violence committed by a man or a woman against the other person with whom he/she has or has had an intimate relationship (Baldry, 2003, as cited in Almeida & Soeiro, 2010).



The feeling of insecurity can be conceptualised as “a given interpretive position in the face of the crime reality, a discourse generating meanings about crime and disorder” (Machado, 2004, p. 129). Although criminality is low in Portugal, there has been a steady increase in the feelings of insecurity (e.g., Fernandes & Rêgo, 2011). On the international level, various studies have shown that between 40 and 50% of the population express feelings of insecurity (cf. Lab, 2013). In accordance with the data in the Eurobarometer survey – Public Opinion in the European Union (2013), crime/insecurity comes fifth on average among the main concerns of European citizens.

Such feelings tend to manifest themselves through a number of concerns, threats, distrust, anxiety, or crystallised fear about crime in a given reality (Dias, 2001, 2010; Lourenço & Lisboa, 1996). As referred by Ferraro (1995, as cited in Lab, 2013) insecurity feelings include an emotional response of fear and anxiety towards crime or to a symbol it is associated with. It must be noted that there is consensus in describing those feelings as harmful to the subjects’ quality of life, translated into attitudes of distrust and defensive behaviour, among others (Heitor, 2007). It is widely recognised that feelings of insecurity largely derive from a social construct, with its origins in the mediatisation of crime by the political discourse and by the mass media (Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2000; MAI, 2012).

Despite the recognition that feelings of insecurity are directly associated with criminality (e.g., Oliveira, 2006; Rêgo & Fernandes, 2012), crime is not considered its only cause (Frias, 2004).



According to Machado (2004), insecurity is associated with an increase in fear and crime (particularly of a violent form), but also with the creation of a causal relationship between insecurity and criminality (thus, the higher the fear of becoming a victim of crime, the higher the feeling of insecurity). To these factors, Roché (1991, as cited in Lourenço & Lisboa, 1996) adds the existence of others, namely the association of an increase in crime with a process of selection and social construction of crime as risk.

In Portugal, the victimisation survey carried out in the Lisbon Metropolitan Area, in 1992, allowed the conclusion that 46% of the subjects reported feelings of insecurity as they walked around their neighbourhoods at night (Machado, 2004). In the same geographical area, the victimisation survey carried out by the Portuguese Victim Support Association (APAV, 2002) revealed that crime, drugs and insecurity are considered to be the most serious problems by most participants. On the other hand, in the Oporto Metropolitan area, the study by Machado and Manita (2000) concluded that people's experience of insecurity is intense and widespread, which suggests more serious proportions than crime itself.

Similarly to the other European countries, Portugal has shown a high concern for social problems related to violence, crime and insecurity (Frias, 2004; Lourenço & Lisboa, 1996). To this effect, Portugal has been activating various mechanisms concerning its internal security in order to enhance the exercise of full citizenship (MAI, 2015). On the one hand, there has been an investment in community policing, above all aiming to promote a better liaison between people and the security bodies as well as a greater security for the people (e.g., MAI, 2015). The importance of these initiatives is strengthened by evidence showing that victims do not always report their victimisation experiences to the competent bodies. As



an illustration, Almeida & Alão (1995) found this reality in about 72% of the Portuguese people, which was justified by the subjects' belief that the police would not do anything or would not be interested. In a more recent study, Fernandes and Rêgo (2011) state that only about 40% of criminal offences against people and 33% of offences against property are reported to the criminal police. On the other hand, the control of the main sources of danger has been strengthened, with priority given to preventing the various forms of behaviour that put the security of the communities at risk (MAI, 2012).

Insecurity feelings and women victims of domestic violence

With regard to insecurity feelings in women victims of domestic violence, we should emphasise the scarcity of literature. However, it is accepted that gender is the predictive factor most empirically proven regarding the feeling of insecurity (e.g., Hale, 1996). In particular, various studies have shown that, when compared with men, women present higher feelings of insecurity (e.g. Machado, 2004; Reid & Konrod, 2004), anticipate higher levels of victimisation and adopt more avoidance and caution behaviours in the presence of men (LaGrande & Ferraro, 1987).

It is also widely acknowledged that experiencing a violent marital relationship further debilitates the victim, and may seriously affect his/her psychological functioning (Sani, 2008). However, it is acknowledged that such impact depends on the victim's specific experience and perception, it being the case that for many of them the psychological consequences are more damaging than the physical assault itself (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014).

The impact of violence occurs at various levels and can be seen in the short, medium and long term. The indicators most frequently identified in the literature highlight cognitive



and memory disorders like mental confusion and the recurring memories of trauma (Matos, 2011). Equally common are depression and/or avoidance behaviours, which can be characterised, among other, by greater isolation and lower self-esteem and self-confidence, as well as anxiety disorders, which are expressed in over vigilance, panic attacks and perception of vulnerability (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014; Matos, 2003, 2011). According to Levendosky and Graham-Berman (2001, as cited in Sani, 2008) women who experience domestic violence actually report higher stress levels than those who do not experience it.

In this perspective, Grabosk (1995) underlines that domestic violence, given its domestic nature and the fact that it tends to occur in a private space, is more likely to increase the fear of crime by women. Such feeling of fear, experienced by women victims of domestic violence, can even be seen as a rational response to a set of experienced situations or situations that frighten them in their everyday life (Lupton & Tulloch, 1999).

In addition to the impact already referred to, Quaresma (2012) also addresses the fact that women victims of any type of violence, be it physical, be it sexual, or emotional, may require between four to five times more psychiatric care and may be inclined to attempt suicide five times more often than women in general.

According to national and international literature, the phenomenon of domestic violence is an important explanatory factor behind female insecurity, “either for its real and ignored dimension or as it constitutes a violent background for the daily existence of many women” (Machado & Manita, 2000, p. 9). A study carried out by APAV (2002) concluded that this type of criminality, associated with personal victimisation through physical or psychological violence, generates an elevated level of fear and insecurity in people. Also in



this respect, Frias (2004) concluded that crime victims adopt more cautious and protective behaviours as compared with those subjects who were not victims. According to the MAI - Ministry of Internal Administration (2015), the crime of domestic violence against a spouse or equivalent, still shows a great number of reported crimes corresponding to the third mostly reported crime in 2014. To be highlighted is the fact that, in 2013, 40 marital/passion homicides were reported (MAI 2014).

Bearing in mind the size of the problem of domestic violence in the Portuguese society and the potential impact this victimisation experience may have in terms of the construction of feelings of insecurity, the main goal of this research was to explore how women victims of domestic violence create their feelings of insecurity. In particular, the study sought to identify which features contribute to the construction of those feelings and to understand whether and how victimisation experiences may contribute to such constructions.

Method

Bearing in mind our intention to understand the phenomenon under study from the perspectives of the people who experience it, by accessing the ways in which they attribute meaning to their experience, we opted for a qualitative study (Marks & Yardley, 2004).

Participants

Data were collected from nine women victims of domestic violence, without any psychological disorders and assisted by an office for the support to women victims of domestic violence in the north of Portugal.

The average age of the participants was 45 years, with a minimum of 23 and a maximum of 64 years. At the time of the interviews, though that was not a criterion to be



included in the sample, all the participants had already finished their violent domestic relationship.

On average, the violent love relationships lasted for 19 years and the breaking lasted for two and a half years.

Table 1

Participant characterisation

<i>Participant</i>	Age (years)	Length of relationship (years)	Length of breaking (months)	Qualifications	Activity status
A	56	21	96	3 rd Cycle	Unemployed
B	44	20	24	2 nd Cycle	Unemployed
C	64	45	48	1 st Cycle	Housewife
D	45	7	4	2 nd Cycle	Unemployed
E	28	4	36	Secondary Education	Student
F	23	2	1	3 rd Cycle	Shop assistant
G	48	24	7	2 nd Cycle	Housewife
H	54	28	36	1 st Cycle	Housewife
I	41	23	24	Secondary	Office clerk

Instrument

Data were collected through in-depth qualitative interviews, conducted from a semi-structured script developed specifically for this study (Pinto, Cruz, & Grangeia, 2014). The script, composed of closed and open-ended questions, was created solely based on the themes the research aimed to explore, specifically: concept of insecurity; figures of (in)security for women; contexts of (in)security for women; and situations of (in)security for women.

As to its internal organisation, the first part of the script aims to collect sociodemographic information; then it goes on to explore the perceptions of the feeling of insecurity. This second part starts by addressing insecurity among women, in general, and requires the description of contexts, people and situations which they think can contribute to creating their feelings of insecurity (e.g., in your opinion what makes women, in general, feel insecure?) Then, the insecurity feeling is analysed regarding the individual experiences of the participants themselves (e.g., what can contribute to make you feel more secure? And more insecure?).

Procedure

Firstly, we sought the collaboration of a support office for victims of domestic violence in the north of Portugal, so as to be able to identify women victims of domestic violence who might be interested in taking part in the study. After the initial contact and the presentation of the research objectives and procedures, the individual interviews were scheduled depending on each participant's availability. All the interviews were carried out and recorded in audio format after obtaining the participants' written informed consent, their



anonymity having been ensured. The interviews, the length of which varied between 40 and 75 minutes, were conducted between March 19 and April 14, 2014. It should be noted that, when the interviews were made, the participants were going through different stages of psychological counselling provided by the above-mentioned information and support office for victims. Furthermore, counselling continued after the data were collected in order to mitigate any emotional response triggered by the interview.

Data analysis

For data analysis we used thematic analysis, which can be defined as a form of detection of recurring patterns in the data, where the emerging themes become the analysis categories (Fereday & Muir-Cochrane, 2006).

In particular, we followed the proposal by Braun and Clarke (2006), in which the analysis process starts with the complete reading and re-reading of the transcription of each interview, in order to identify meanings and patterns in the data and to start developing initial codes. Then, we explored the relationships among the initial codes, in order to identify, name and organise potential themes. This was followed by reviewing and reorganising the themes so as to ensure the identified themes were relevant and formed a coherent pattern.

It should be noted that data analysis was based on the following analysis axes previously defined from the research objectives: concept of insecurity; figures of insecurity for women; contexts of insecurity for women; situations of insecurity for women.

Results

The presentation of results was done according to the four predefined analysis axes, with the themes collated in each.

Concept of insecurity

All the participants (n= 9) described the concept of insecurity as a feeling of discomfort associated with their experience of a violent marital relationship and was understood as a form of harm intrinsic to these experiences (e.g., “*to be insecure is to feel fear, it is not to be secure, it is living in the same town and not being secure, it is me being afraid of him*” – F). This feeling emerged mostly carried by fear and constant control (n=7) and by the lack of freedom brought about by the persistent control they were targeted with (n=2) (e.g., “*to me insecurity is a person who is not free and is always being controlled at any moment and for any reason*” – D).

So as to better understand their feelings of insecurity, the participants were asked to award insecurity grades (from zero, as very insecure, to five, meaning totally secure) to women in general and to themselves. Regarding the perception of (in)security among women in general, three of the participants viewed women as secure, and awarded them with the highest security grade. On the contrary, when confronted with their own (in)security rate, most of the participants (n=6) placed themselves in the zero category, and said they were very insecure (cf. Figure 1).

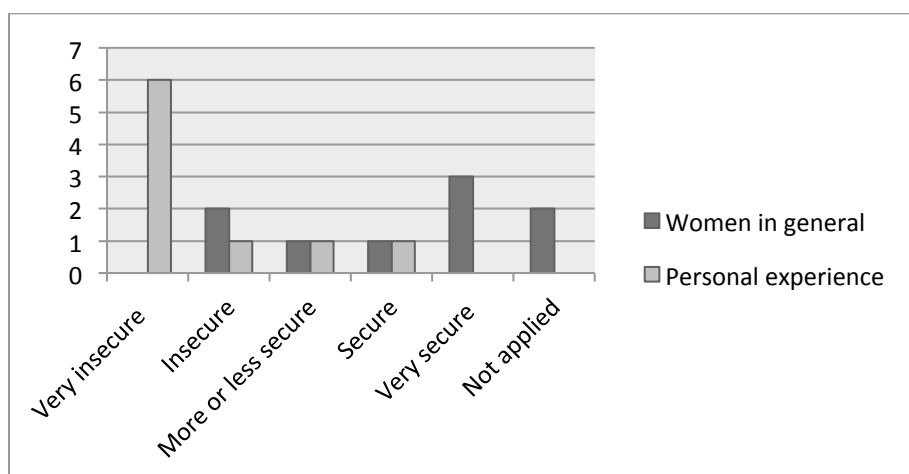




Figure 1. (In)security grades attributed by the participants

There was consensus among the participants that the mass media influence the way each person feels secure or insecure within the community (n= 9), and that they can play a negative role at times (n=6) (e.g., “*at the same time the mass media scare us as well*” – A). It should be emphasised that all the participants (n= 9) ultimately project themselves into the news stories (e.g., “*we folks hear and if things can happen to other women they can happen to me*” – C).

Figures of insecurity

Table 2 identifies the themes obtained pertaining the figures that contribute to an increase in the feeling of insecurity, either for women in general, or in the participants’ own experience.

Table 2

Figures associated with the feeling of insecurity

Figures	Women in general (n)	Personal experience (n)
Men/husbands/Partners	n=9	n=9



Relatives	n=5	n=7
Strangers	n=5	n=7
Workmates	n=4	n=3
Drug addicts	n=4	n=2
All the people	n=4	-
Neighbours	n=3	n=2
Friends	n=2	-



Note. The themes referred to by at least five participants are highlighted in bold.

There was consensus as to the identification of man as the main element associated with insecurity, either for women in general or for themselves (e.g., “*Men, husbands*” – G). As to their individual experience, the participants (n= 9) highlighted in particular their ex-spouses/ex-partners as figures of insecurity (e.g., “*danger is often at the door, it is inside the house*” – I). It was justified by the stalking behaviours (e.g., “*even after divorce ...he stalked me everywhere*” – A) and the direct threats they made to them (e.g., “*God forbid I ever see you on the street with anyone or talking to anyone ... you are not free, you are my children’s mother*” – B). It should be emphasised that most of the interviewees (n = 6) associated the death of their ex-spouse/ex-partner with the end of insecurity, seeing it as a factor promoting security and comfort.

Equally, relatives were perceived as figures of insecurity, especially regarding the participants’ personal experience (n=7), but also regarding women in general (n=5). With regard to their own experiences, the participants justified that perception by saying their relatives threatened them (n=9), did not support them (n=7), were not reliable regarding their experience of marital victimisation (n=7) and were distant with them (n=2).

Strangers were also identified as figures of insecurity and a cause of malaise, either regarding the experience of women in general (n=5), or regarding the participants’ own experience (n=7). When they referred to their own experience, the interviewees justified such a perception with the fear of assault (n=7) (e.g., “*there comes one, sprays us and pushes us into a car, and there we go and they abandon us on the hills*” – A). Two other explanations



related to the fear of their children being abducted (e.g., “it takes one simple distraction and when you look around they are not there by your side” – E) (n = 1) and to the fear of revenge (e.g., “he is there in jail, he gets to know guys, friends who come out first and then he has them do us harm” – G) (n = 1).

Insecurity contexts

Table 3 displays the themes which were obtained with regard to the contexts the participants mostly linked with insecurity, either for women in general or for themselves.

Table 3

Contexts associated with the feeling of insecurity

Contexts	Women in general (n)	Personal experience (n)
Household	n=9	n=9
Night outs	n=9	n=7
Coffee shops, bars,	n=7	n=4



discos

**Streets/ public open
areas**

n=5

n=6

Workplace

n=4

n=5

Supermarkets

-

n=4

Note. The themes referred to by at least five participants are highlighted in bold

The household stood out as the context mostly linked with insecurity, with consensus around its identification, either with regards to women's experience in general or in terms of the experiences of the participants themselves (n = 9) (e.g., "*I feel very insecure even at home*" – A).

There was also consensus that the feeling of insecurity of women in general increases at night (n = 9) (e.g., "*night is a great help for bandits, thieves*" – H), which stopped them from going out, out of fear (e.g., "*I reckon lots do not go out, out of fear*" – G).



(Loss of)credibility of the police and judicial authorities

The role of the police forces was discredited by most of the interviewees (n=6) (e.g., “one rings up to ask for help and they get there when one is almost dead” – E). Furthermore, five of the respondents think the police authorities add to the population’s feelings of insecurity. (e.g., “call the police...they turn up, and do they care? ... I called the police: come to my place because my ex-husband is trespassing my property, I do not know whether he is armed, he is run away, come quickly ... five years have gone by!” – A). It should be noted that most of the interviewees (n=8) admitted to having had at least one direct contact with the police authorities. Besides that, the participants stressed the need to increase the number of officers in neighbourhood policing teams and to provide them with better training, in order to improve the community’s security and protection.

Regarding the work of the judicial authorities, most of the respondents (n=8) discredited them as well, since they ensure insufficient protection to the victims (e.g., “the Public Prosecutor and the Courts should care more for the victims” – G). The six women who had been in direct contact with the Public Prosecution Services showed a clear disbelief (e.g., “I made thirteen complaints to the police and they did nothing, the Court did nothing” – G). In fact, there was consensus around the need to improve the service provided by the judicial system (e.g., “I am afraid the Courts should have protected us long ago” – A).

Discussion

The data obtained allow the conclusion that experiencing a violent marital relationship greatly contributes to women’s feelings of insecurity, it being the case that it is from that experience that the participants develop that feeling. This is confirmed by the literature that



describes marital violence as an important factor in explaining female insecurity (e.g., Machado & Manita, 2000). Actually, the concept of insecurity is often understood as being interconnected with the criminal reality, and expressed through a set of concerns and anxieties (e.g., Dias, 2010; Oliveira, 2006). It must be noted that, in this study, the participants were so focused on their experience of victimisation that one could feel their difficulty in distancing themselves from their own life experience and in placing themselves in the role of women in general.

Insecurity, closely associated with fear, was also faced by these women as a negative factor preventing them from fully enjoying their lives. From our point of view, such perceptions justify the urgency for state intervention aiming to implement strategies capable of promoting a more adequate, consistent and immediate protection of these women victims. Actually, it should be stressed that security emerges as one of the concerns and priorities for State action (MAI, 2015).

Accordingly, men and especially partners/ex-partners are clearly seen as the main figures of insecurity, either for women in general or in terms of the participants' personal experience. Moreover, most interviewees equate their ex-partner's death with the end of insecurity, which may be understood, in our opinion, with the fact that domestic violence assumes in general a repetitive character with plenty of damage. Nevertheless, this is a worrying result that should urge the competent authorities to raise the search for efficient strategies in order to reduce the risks, including that of murder of the offender committed by the victim.

It should be noted that the participants positioned themselves at a higher level of insecurity as they compared themselves with women in general. Besides that, they attribute a



greater feeling of insecurity to women who experience violent marital relationships as compared with those who experience healthy relationships, which is consistent with literature (e.g., Almeida & Soeiro, 2010). Equally congruent with literature (e.g., Giddens, 2009) is the fact that the household emerges as the main context of insecurity, either in relation to women in general or concerning the participants' own experience.

The data obtained confirm that the night causes fear and insecurity, which is in line with previous studies (e.g., Machado, 2004). According to the participants, this feeling is so strong that it can prevent their socialisation and outings during that period.

A relevant point of this study is the fact that the participants discredit the action of the police forces, seeing it, in fact, as a promoter of insecurity. Such results, in line with those of other studies (e.g., Frias, 2004), underline, in our view, the importance of developing a more concerted and efficient action at this level. In particular, we think it is relevant to invest in the development of more qualified and specialised teams in dealing with domestic violence, in order to support these victims and to reduce the possibility of secondary victimisation. In Portugal, the security forces have teams addressing these cases, but given the voluminous processes and the paucity of human and material resources, their answers are not rapid, fair and efficient in all situations. In addition, many local councils, such as the one where this study was carried out, do not have a local specialist police body, which may lead to their focusing on more serious cases, thus neglecting others apparently less serious and of a lower risk. In this respect, it should be noted that none of the participants was presented to or had contacts with a police team specialised in domestic violence, though their cases were serious.

The interviewees also discredit the action of the judicial entities, emphasising the need for better protection of the victims of marital violence, which goes along with previous



studies (e.g., Andrade, 2012). In fact, the participants who were in contact with these entities admitted they did not trust them and that they transmit women-related stereotypes. In our perspective, this result is worrying, namely as it may trigger the secondary victimisation of these women, which requires an improvement in attitudes and practices. In particular, we believe a step forward in this respect implies partnership work within the judicial system itself, including action to prevent contradictory rulings from different entities.

To conclude and also similarly to what is referred in the literature (e.g., Fernandes & Rêgo, 2011; MAI, 2012), in this study a very significant role was attributed to the mass media in the construction of feelings of insecurity, above all through the mediatisation of crime. The participants believe such mediatisation occurs mainly in relation to violent crime, such as marital homicides, which leads to an even greater perception of vulnerability of these victims, so from their point of view, the news can have an effect in terms of behaviour acquisition, thus placing them at greater risk.

Final Considerations

Recalling the objectives of this research, it can be concluded that, for the interviewees, experiences of marital victimisation undoubtedly contribute for the construction of their feelings of insecurity. Actually, such feelings are built mainly from this life experience, from the figure of their partner/ex-partner and from their household. In addition, such feelings remain even after breaking their violent relationship, as referred by the interviewees, and continue harming their lives, mainly by facilitating the adoption of an avoidance attitude as a coping strategy against the perceived risk.

Considering the scale of this problem and the various forms of harm it entails, namely murder, it is urgent to promote the development and adoption of good practices all across the



entities responsible for intervention on the problem. Such practices must, above all, promote victim security and protection, which obviously implies that these entities ought not to be responsible for processes of secondary victimisation.

Additionally, from our point of view, the fact that all the participants of this study have been in contact with the police and the majority with the judicial authorities may have been helped by the fact they were getting counselling from a support office for victims of domestic violence. Such counselling may have worked as a protective factor, thus facilitating complaints and the end of violent intimate relationships, actually by providing information and support from experts to women with this experience. Psychotherapeutic counselling may provide added value in this type of social problem. For that reason, we think it is essential to continue investing in this type as well as in other types of structures of support for victims of domestic violence. Actually, in Portugal, in spite of the various achievements and advances, including at the social and legislative level, there is still a long way to go before the problem can be resolved.



References

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). Avaliação do Risco de Violência Conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica, 1*, 179-192.
- Almeida, M., & Alão, A. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Andrade, A. (2012). *Violência doméstica: estudo da participação e opinião dos magistrados do departamento de investigação e ação penal do Porto* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Associação Portuguesa Apoio à Vítima (2002). *Projeto Cibele: estudos sobre prevenção de crime e vitimação urbana*. Lisboa: Autor.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*, 77-101.
- Dias, A., & Machado, C. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica, 4*, 571-586.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, 20*, 245-262.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- European Commission (2013). *Public Opinion in the European Union – First Results* (Standard Eurobarometer 79 - Spring 2013). Taken from the European Commission website: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_first_en.pdf.



- European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Violence against women: an EU-wide survey – Results at a glance*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating rigor using thematic analysis: A hybrid approach of inductive and deductive coding and theme development. *International Journal of Qualitative Methods*, 5, 1-11.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15, 167-181.
- Frias, G. (2004, Setembro). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na atualidade*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/gracafrias.pdf>.
- Grabosky, P. (1995). Fear of crime, and fear reduction strategies. *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, 44, 1-6.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature, *International Review of Victimology*, 4, 79-150.
- Heitor, T. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Análise Psicológica*, 21, 31-44.
- Lab, S. (2013). *Crime prevention: Approaches, practices and evaluations* (8th ed.). New Providence, NJ: LexisNexis.
- LaGrange, R. & Ferraro, K. (1987). The measurement of fear of crime. *Sociological Inquiry*, 57(1), 70-97.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, criminalidade e sentimentos de insegurança. *Revista*



Pretextos, 2, 45-64.

Lupton, D. & Tulloch, J. (1999). Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition.

British Journal of Sociology, 50(3), 507-523.

Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do "outro". Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto* (Dissertação de Doutoramento publicada). Universidade do Minho, Braga.

Machado, C. & Manita, C. (2000). *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto. Relatório de Investigação 1997-1999*. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64460/2/11049.pdf>.

Machado, C. (2004). *Crime e insegurança – discursos do medo imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.

Marks, D., & Yardley, L. (2004). *Research methods for clinical and health psychology*. London: Sage Publications.

Matos, M. (2011). Avaliação psicológica de vítimas de violência doméstica. In R. Gonçalves, C. Machado & M. Matos (Coords.), *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 175-202). Braga: Psiquilibrios edições.

Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 373-388.

Ministério da Administração Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Ministério da Administração Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>



- Ministério da Administração Interna (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa:
Autor. Retirado de http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/RASI_2014.pdf
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência de um policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna, Direção Geral de Administração Interna.
Retirado de http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD_dez_2012%20v1.pdf
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo convergências entre as cidades do porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 78, 51-65.
- Reid, L. W. & Konrad, M. (2004). The gender gap in fear of crime: assessing the interactive effects of gender and perceived risk on fear of crime. *Sociological Spectrum*, 24, 399- 425.
- Rocha, H. (2011). Violência Doméstica – A actuação da Polícia de Segurança Pública na prevenção da revitimação. In E. Chambel, M. Valente, & P. Espírito-Santo (Coords.). *Ciências policiais: Estado, segurança e sociedade* (pp. 53-79). Coimbra: Almedina.
- Sani, A. (2008). Mãe e mulher no contexto de violência doméstica. *Ex aquo*, 18, 123-133.



A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade

Vera Duarte¹ e Sílvia Gomes^{1,2}

¹Instituto Universitário da Maia

²Universidade do Minho

Notas de Autor

Vera Duarte, Professora Auxiliar no Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Investigadora no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC ISMAI). Sílvia Gomes, Bolseira de Pós-doutoramento na Universidade do Minho. Professora Auxiliar convidada no Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Investigadora no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC ISMAI).

Autor de Correspondência: Vera Duarte, Instituto Universitário da Maia, Av. Carlos Oliveira Campos - Castelo da Maia, 4475-690 Avioso S. Pedro. Tel: +351 +351 229866000. Email: vduarte@docentes.ismai.pt



Resumo

Este artigo parte das investigações desenvolvidas pelas autoras, com diferentes grupos sociais no sistema de justiça, não para descrever os resultados da pesquisa, mas para propor um exercício analítico de questionamento da história única que se tem construindo sobre a relação entre crime e as categorias socioculturais de género, classe, etnia e nacionalidade. Esta reflexão estrutura-se em torno de duas linhas orientadoras: (i) a história das (in)visibilidades sociais dos/as atores/as do crime, que se foram construindo no campo científico ao longo dos tempos, e (ii) a história da construção das “figuras da ameaça”, (re)construída e consolidada nos campos mediático, político e estatístico. Conclui-se alertando para a multiplicidade de histórias que enformam o fenómeno criminal, chamando a atenção para os efeitos da classificação e da estereotipagem social na construção de uma história única sobre delinquência, crime e os seus atores sociais.

Palavras-chave: história única, crime, figuras da ameaça, invisibilidade social



1. Introdução

Durante séculos tem sido construída uma história única sobre a relação entre crime e as categorias socioculturais de género, classe, etnia e nacionalidade: a história da sobrerrepresentação, no crime, da figura masculina, pobre, residente em guetos ou bairros de realojamento social e pertencente a grupos étnicos minoritários (Carvalho, 2010; Duarte, 2012; Gomes, 2014). Uma história solidificada pelos discursos públicos e políticos mediatizados pela comunicação social, reiterada nas estatísticas oficiais e alicerçada na própria investigação científica.

Esta ideia de história única, que será utilizada como base para a reflexão encetada neste artigo, é desenvolvida por Chimamanda Adichie (2009), uma romancista nigeriana, que fala sobre o “perigo da história única”, demonstrando a forma como as sociedade e as suas elites de poder constroem um conjunto de histórias e narrativas sociais, marcadas por estereótipos e ideologias, que são criadoras de uma hegemonia cultural. Se ouvirmos apenas uma história sobre uma pessoa, um país ou um fenómeno arriscamos desenvolver um entendimento pouco crítico sobre essa pessoa, esse país ou esse fenómeno. Isto porque a história única cria estereótipos, e o problema dos estereótipos é que eles são incompletos, fazendo uma história tornar-se a única história, e esquecendo que a vida e as identidades são compostas de múltiplas histórias que se sobrepõem (Adichie, 2009).

O exercício que se propõe neste artigo é analítico e surge como resultado das reflexões feitas nas investigações que têm sido desenvolvidas pelas autoras, uma sobre as trajetórias delinquentes juvenis femininas (Carvalho & Duarte, 2013; Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015), outra sobre as



representações mediáticas e as trajetórias criminais e de criminalização de indivíduos com diferentes pertenças de género, nacionalidade e etnia (Gomes, 2013a, 2013b, 2014; Gomes & Granja, 2015; Gomes & Machado, 2011; Gomes & Silva, 2014). Ambas as investigações, no que concerne às trajetórias delinquentes e criminais, desenvolvem-se no âmbito do sistema de justiça (juvenil e penal) ; e a leitura e discussão dos dados são feitas nas interfaces do interacionismo simbólico, das teorias da ação estruturada e de perspetivas críticas, em particular as perspetivas feministas e a perspetiva feminista interseccional, respetivamente.

Os seus percursos de investigação têm alertado para os perigos de se desenvolver investigação que não questione a “natureza fluida” (Fernandes & Carvalho, 2000) e a tendência para a naturalização de certos objetos sociais, que encerram uma multiplicidade de expressões e de leituras complexas, como é o estudo do crime e da delinquência . Objetos que se vulgarizaram no debate público e no discurso mediático e que têm reunido, dentro de etiquetas, uma variedade de atores e de situações, construindo estereótipos legitimadores de processos de estigmatização social. Um questionamento que deve ser feito para que se evitem raciocínios apressados e para que se reconheçam as contradições, os paradoxos e a pluralidade de zonas cinzentas intrínsecas à realidade social (Duarte, 2012).

Neste exercício, “estranhar o familiar” (Velho, 1981) é o grande desafio. Fazê-lo através do quadro analítico da história única permitirá confrontar a familiaridade desta relação entre crime e género, classe, etnia e nacionalidade, e construir pontes entre duas modalidades de pensamento a que Fernandes (2011) chamou de “pensamento coisista do senso-comum e o pensamento construtivista” (p. 18). Ambas são formas de olhar e dizer o real. A primeira considera que o mundo social é constituído por coisas, naturalmente captadas pelos sentidos, que criam uma espécie de verdade, e que são veiculadas através do estereótipo, da



categorização social e da crença. A segunda modalidade de pensamento, decorrente de uma abordagem sociológica da construção social da realidade, é uma “consequência da introspeção que o cientista social realiza sobre os seus métodos, os seus modos de abordagem do real e as suas técnicas de pensamento” (ibidem). Aqui, expresso nas investigações qualitativas desenvolvidas pelas autoras, palcos onde estes dois tipos de pensamento se confrontam com regularidade – e que não têm de ser vistos, necessariamente, como antagónicos -, e que dão oportunidade a este artigo.

Com este propósito, a reflexão será estruturada em torno de duas grandes linhas orientadoras. A primeira pretende discernir sobre as histórias das (in)visibilidades sociais que se foram construindo ao longo dos tempos, especificamente no campo científico; a segunda procura trazer histórias que constroem as “figuras da ameaça”, designadamente as histórias veiculadas pelos media, partidos políticos e estatísticas oficiais. Em jeito de conclusão, reflete-se sobre as histórias plurais no envolvimento criminal, mostrando como há toda uma multiplicidade de histórias e complexidade analítica no estudo do fenómeno em apreço.

2. Histórias de (in)visibilidade

Se queres desapropriar um povo, a forma mais simples de o fazer é contar a sua história, e começar com "Em segundo lugar". Começa a história com as setas dos Nativos Americanos, e não com a chegada dos Britânicos, e terás uma história completamente diferente (Adichie, 2009).

Científica e academicamente, os estudos sobre o crime e a delinquência têm conferido, ao longo dos tempos, (in)visibilidades várias em torno dos seus atores o que tem tido consequências no campo conceptual, na intervenção social, e na aplicação dos procedimentos judiciais, com impacto na manutenção de situações de discriminação (Brown, 2011; Burgess-



Proctor, 2006; Diaz-Cotto, 2002; Holsinger, 2000; Moore e Padavic, 2010; Spohn & Brennan, 2011).

Apesar de sabermos que o género é uma das dimensões de diferenciação mais consistentes nos estudos do crime, isso tem significado estudar predominantemente os mundos masculinos, reservando pouco atenção à etiologia, ao processamento judicial e à intervenção com mulheres ofensoras (Chesney-Lind, 1997; Cunha, 2002; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015; Zahn, 2009). Este “não-fenómeno” (Bertrand, 1979), que foi a ausência das mulheres na cena da criminalidade oficial e os seus significados, construiu uma história única sobre a ofensora feminina: a história da invisibilidade, onde a imagem da figura feminina surge “submergida” nas explicações da criminalidade masculina (Chesney-Lind, 1997); ou do retrato da criminalidade feminina reduzida a imagens estereotipadas relacionadas com a sexualização, a patologização e a masculinização dos seus comportamentos, o que as tornaria vítimas passivas do próprio risco (Belknap, 2000; Duarte, 2012; Holsinger, 2000; Matos, 2008).

A construção desta história única não deixou de ter um profundo impacto sobre a forma como a figura feminina tem sido processada nos sistemas de justiça juvenil e criminal, ligada aos efeitos da estratificação de género e do patriarcado nas suas trajetórias de vida (Chesney-Lind, 1997). Um sistema que continua a sobrerrepresentar a mulher/rapariga pobre e pertencente a grupos étnicos minoritários (Bloom & McDiarmid, 2000; Diaz-Cotto, 2002; Duarte, 2012; Girschick, 1997; Gomes & Granja, 2015; Holsinger, 2000; Moore & Padavic, 2010;), a manter atitudes paternalistas e protecionistas em torno das ditas “necessidades femininas” (Belknap, 2000); a punir mais mulheres/ raparigas por crimes menos graves (Belknap & Holsinger, 2006); ou onde as respostas sociais e institucionais surgem de forma



mais tardia e tendem a estar acopladas a conceitos, definições e categorias de delinquência masculina (Chesney-Lind, Morash & Stevens, 2008; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015; Zahn, 2009).

Uma literatura mais sensível ao género começa a emergir a partir década de 70, primeiro concentrada nas mulheres e só depois, já na década de 80, nas raparigas (Campbell, 1981; Holsinger, 2000; Zahn, 2009). O surgimento desta literatura tem sido importante na construção de uma nova conceptualização do agir delinvente, onde a variável género passa a ser, efetivamente, um eixo de análise. Em Portugal, os estudos sobre a presença feminina no crime começa a desocultar-se no decorrer da década de 80, consolidando-se, desde então, trabalhos sobre mulheres e lei (Beleza, 1993), mulheres nas prisões (Carmo & Fráguas, 1982; Cunha, 2002, 2010; Granja, Cunha & Machado, 2013; Matos, 2008;), trajetórias criminais de mulheres estrangeiras e ciganas (Gomes, 2014; Matos, 2014), violências e delinquências juvenis femininas (Duarte-Fonseca, 2000; Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014).

Outras dimensões de diferenciação significativas na análise do crime são a etnicidade e/ou a nacionalidade. A tentativa de vincular estas dimensões ao crime tem sido, em regra, ideologicamente orientada, rotulando determinados grupos como inerentemente e intrinsecamente mais criminosos do que outros (Carvalho, 2007; FitzGerald, 1997; Mason, 2009; Wacquant, 2000), provocando uma história única, simples e linear, como mostra Marshall (1997), na relação entre crime, imigrantes e grupos étnicos: “eles causam problemas, problemas e mais problemas” (p. 239). Esta era uma crença popular há 100 anos nos EUA, e continua a ser a convicção de muitos europeus e norte-americanos hoje em dia. Ainda assim, quando revisitamos os diferentes contributos teóricos que se foram construindo ao longo dos



tempos, na tentativa de explicar a relação entre crime e categorias como etnia, raça, imigrantes e estrangeiros, vemos que esta associação é mitigada e até problematizada, por vezes, pela inserção das desigualdades e exclusões sociais nesta associação.

Se a teorização clássica avança com explicações relacionadas com privação económica destes grupos (DuBois, 1899), com as desvantagens socioeconómicas, o fraco poder político, ou as situações de subemprego e subeducação (Bonger, 1943; Sellin, 1928; Sutherland, 1934), e com a privação relativa e oportunidades diferenciadas (Wolfgang & Cohen, 1970); mais recentemente, Wacquant (2000, 2008, 2010), Tonry (2011), Pettit e Western (2004), entre outros, referem a composição de classe e a estabilidade socioeconómica como sendo central, quer para o maior cometimento dos crimes - já que os negros estão sobrerrepresentados nas classes mais baixas da sociedade americana - quer para a perseguição pelos agentes do sistema de justiça criminal desses indivíduos. A resposta penal do Estado americano, como mostra Western (2006), acaba por hipotecar a vida de segmentos inteiros da população americana – os negros, jovens, pobres, com baixas qualificações – contribuindo assim a prisão para ser mais um elemento de desigualdade social e de estratificação social.

Na Europa, à semelhança dos autores clássicos, os estudos apontam para as teorias da privação e do controlo social como centrais. Os/as investigadores/as mostram o peso dos fatores socioeconómicos para o cometimento do crime por parte das populações estrangeiras (Esteves & Malheiros, 2001; Gomes, 2014; Fitzgerald, 1997; Rocha, 2001; Seabra & Santos, 2005) e dos grupos étnicos (Barberet & García-España, 1997; Gomes, 2014). Mostram ainda como as condições económicas e as expectativas frustradas de ascensão social por parte dos/as filhos/s dos/as imigrantes potenciam a criminalidade (Bowling & Phillips, 2002).



Os/as investigadores/as têm percorrido um longo caminho, mostrando como a etnia ou a nacionalidade não pode ser desassociada dos efeitos dos fatores socioeconómicos, assim como da possibilidade de discriminação e rotulagem por parte do sistema de justiça. Dessa forma, procuram desconstruir a história única existente de que a criminalidade nestes grupos está diretamente relacionada com as suas características étnico-culturais. Mas, mesmo aqui, há o perigo da criminalização da pobreza, pois há a reprodução de uma imagem do crime associada aos espaços e a pessoas que geralmente já são tornadas visíveis, noutras esferas, como sendo marginais.

A acrescer a esta problematização das (in)visibilidades, o facto de grande parte da literatura e dos estudos que circulam sobre a relação do crime com as dimensões do género, classe social, etnia e nacionalidade ter sido desenvolvida maioritariamente em países de influência anglo-saxónica, pode pôr em causa a sua transposição acrítica a outras geografias e culturas (Cunha, 2002; Duarte, 2012; Wong, Slotboom & Bijleveld, 2010), limitando as opções analíticas e a compreensão de realidades que são, por vezes, particulares.

“Ver ou não ver, eis a questão! (...). Será que aquilo que a gente vê é mesmo aquilo que a gente vê? Ou a gente vê não o que olha mas a relação com aquilo que olha?” (Soares, Bill & Athayde, 2005, p.172). É neste contexto que as experiências de (in)visibilidade social aqui retratadas são ambas experiência de exclusão. Se não ser visto significa não participar, não fazer parte e tornar-se estranho, ser olhado nem sempre significa ser visto, porque ver é relacionar-se.

3. Histórias que constroem a “figura da ameaça”



É impossível falar sobre a história única sem falar do poder. (...) O poder é a capacidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva dessa pessoa (Adichie, 2009).

Os campos mediático, político e estatístico têm sido espaços de poder onde estas histórias únicas se (re)constróem, projetam e consolidam, criando as representações que temos sobre a criminalidade, a delinquência e as “figuras da ameaça” (Fernandes & Pinto, 2008; Rêgo & Fernandes, 2012). Fenómenos iminentemente urbanos que refletem a bipolarização da cidade, que ligam a criminalidade ao “bairro étnico”, ao “gang juvenil”, e à “pobreza”, e que justificam a construção de uma sociedade mais punitiva, a que Wacquant (2000) chamou de “Estado Penal”, que se organiza em torno da reação e do controlo social formal a esta ameaça crescente (Fernandes & Pinto, 2008).

Refletindo em torno da realidade portuguesa, e a partir das investigações realizadas pelas autoras, conseguimos perceber como os campos mediático, político e estatístico dialogam entre si, de forma cúmplice, o que lhes dá mais força e reforça as histórias contadas. Analisemos cada uma destas esferas.

O primeiro ponto a ser abordado é o da importância dos media na construção e reprodução do imaginário em torno da criminalidade quando associada a categorias como género, idade, classe social, imigração ou etnicidade. As notícias sobre episódios criminais são das mais populares e constantes no total das notícias veiculadas pelos meios de comunicação social (Machado & Santos, 2008; Penedo, 2007). Segundo McCombs (2002), para além da cobertura exagerada das notícias do crime pelos meios de comunicação em geral, acresce a isto a forma como estes relatam as histórias dos alegados criminosos e das respetivas vítimas. Como refere Fernandes (2011), “a modalidade predominante desta



mediatização escolheria para a sua narrativa os sujeitos de maior potencial filmico” (p. 21).

Ora, o problema das notícias criminais não está no facto de serem noticiadas, mas na frequência com que são noticiadas, empolando exageradamente a importância do crime na vida das pessoas, no que noticiam e na forma como o noticiam, provocando, não raras vezes, alarme social, alimentando estereótipos e mitos urbanos sobre o crime (Gomes, 2013b; McCombs, 2002).

Vejamos, por exemplo, a mediatização de alguns casos de jovens envolvidos em práticas de atos delinquentes graves, que tem resultado, quer nacional quer internacionalmente, num endurecimento das atitudes públicas e judiciais relativamente a crianças e jovens envolvidos em delinquência (Carvalho, 2010; Duarte-Fonseca, 2015). Em Portugal, casos desta natureza têm trazido a atenção dos media e desenvolvido, na opinião pública, uma inquietação associada à ideia de se estar perante o agravamento da delinquência juvenil, em determinados segmentos populacionais - pobres, residentes em bairros de realojamento social e estrangeiros (Carvalho & Duarte, 2013). A questão é que esta perceção não tem sido corroborada, nem pelos dados oficiais da delinquência juvenil registada ao longo do tempo pelas autoridades policiais a nível nacional, que não fornecem evidências que confirmem a tendência de agravamento das práticas delinquentes por crianças e jovens (Carvalho, 2013; Duarte-Fonseca, 2015); nem pelos últimos estudos de delinquência autorrevelada realizados no país, com jovens estudantes e não estudantes entre 12 e 21 anos (Agra & Castro, 2010; Braga & Gonçalves, 2013; Mendes et al., 2010), que mostram como estas práticas são transversais a todos os grupos sociais. Desta forma, questionam os próprios dados estatísticos oficiais das polícias e dos tribunais onde surgem sobrerrepresentados jovens de bairros de realojamento social, rapazes e estrangeiros (Duarte & Carvalho, no prelo).



Ora é esta última imagem que é mediatizada quando se procura fazer o retrato da violência, do crime e da insegurança no país, não se sublinhando, consistentemente, o facto de este retrato assentar numa base que é parcial - a da criminalidade oficial registada (Fernandes & Rêgo, 2011). Em torno deste retrato reforçam-se estratégias políticas e partidárias, que têm reduzido o fenómeno da delinquência juvenil a casos de polícia e de tribunal (Duarte & Carvalho, no prelo). A este respeito, em Portugal, além das propostas de abaixamento da idade da imputabilidade, têm surgido outros sinais de endurecimento do sistema de justiça, como são exemplo as propostas de aumento da coercividade e das restrições à liberdade através da alteração do tipo ou das modalidades de execução das medidas; a fusão da Direção-Geral de Reinserção Social com a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, num único organismo - a Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais - que, segundo Duarte-Fonseca (2015), “comportará muito mais do que uma mera medida de poupança de despesa pública (...), ela arrasta o previsível efeito do peso do rótulo que comporta” (p. 35); ou a menor aposta na criação de um Plano Nacional para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Santos et al., 2010).

Outro exemplo prende-se com a forma como também a imigração e a etnicidade aparecem recorrentemente associadas à criminalidade na imprensa diária (Cunha, 2014; Gomes, 2013b; Gomes & Machado, 2011). O estudo de Gomes (2013a, 2013b) sublinha, entre outros aspetos, como a imprensa nacional portuguesa propaga a caracterização-tipo do agressor e dos crimes que lhe estão associados, mostrando africanos, imigrantes de leste e indivíduos de etnia cigana como sendo, geralmente, transgressores, jovens e do sexo masculino. Cada um dos grupos está associado a uma prática criminal. Os ciganos são associados à prática de crimes contra o património com o uso de violência, os africanos



associados a crimes relacionados com drogas, e os imigrantes de leste a crimes contra valores e interesses da vida em sociedade. Independentemente desta associação, o crime mais noticiado tende a ser o crime contra as pessoas, especialmente o crime violento, apesar de o principal crime nas estatísticas oficiais ser o crime contra o património. Para além da tipificação dos grupos criminais, as narrativas mediáticas são legitimadas pelas fontes referenciadas - polícia e atores do sistema judicial - e potenciadas na sua emotividade e dramatização através da voz dos cidadãos, principalmente quando os cidadãos são, eles mesmos, testemunhas ou vítimas da situação descrita.

A distorção e desinformação evidenciadas no estudo de Gomes (2013a, 2013b), produtoras de uma realidade parcial dos eventos narrados, podem afetar as perceções que os cidadãos produzem sobre o crime e os criminosos, desenvolvendo sentimentos de insegurança, ao mesmo tempo que promovem o controlo e consenso sociais perante determinados grupos sociais. Uma categorização pejorativa destes grupos aprofunda o fosso entre o “Nós” e os “Outros, estes últimos percecionados como inimigos (Gomes, 2013a), e aumenta o desconhecimento face às verdadeiras causas que presidem às consequências, confundidas como causas.

A imprensa aparece como uma montra das violências perpetradas por estes grupos sociais. Só que, esta montra, homogeneizadora, produz uma história única e redutora, que, à semelhança do que refletimos no exemplo anterior, é potenciadora de posições e decisões, não raras vezes, penalizadoras dos grupos que são apontados como figuras de ameaça na esfera pública. Sublinham-se os discursos dos partidos políticos à direita que defendem, em diferentes momentos e espaços da sua história recente, a regulamentação apertada da entrada de imigrantes em território nacional, alegadamente em favor de uma maior qualidade de vida



dos nacionais; assim como a identificação destes mesmos indivíduos como potenciais ameaças à ordem social vigente, através da associação da figura do/a imigrante ao crime, designadamente ao crime internacional (Gomes, 2013a). Mais, assiste-se a uma fixação de metas para a remoção de prisioneiros estrangeiros, e a crença de que a deportação é uma maneira razoável e adequada de garantir a segurança pública contra um inimigo estrangeiro tem crescido consideravelmente (Fekete & Webber, 2010). Nas palavras de Duarte-Fonseca (2015): “cada época parece reconduzir os mesmos estereótipos e os mesmos discursos decadentistas sobre o aumento e agravamento do fenómeno, ao que corresponde uma dramatização e um pânico moral, desproporcionados face à realidade” (p.32).

Não menos importante é o campo das estatísticas criminais, que nos apresentam a criminalidade que é registada/ denunciada às entidades do sistema de justiça, e não a criminalidade real (Carvalho, 2010; Gomes, 2013a; Seabra & Santos, 2005).

As estatísticas oficiais do crime em Portugal são ainda pouco estudadas e oferecem pouco potencial para a análise, quando comparado com a realidade de outros países anglo-saxónicos (Gomes, 2013a; Braga & Gonçalves, 2013). As principais razões apontadas são: a ausência de um modelo sistémico de recolha de informação da base ao topo da pirâmide da intervenção social e judicial no país, que turva a visão global sobre este problema social (Carvalho, 2013), situação que conduz a dificuldades no cruzamento dos dados de diferentes organismos (Seabra & Santos, 2005), e não permite uma análise concertada das estatísticas; a parca produção estatística sistemática e rigorosa, acessível à investigação (Duarte-Fonseca, 2015) e de divulgação pública atempada (Carvalho, 2013); as alterações nos instrumentos de notação estatística e de procedimentos de recolha de dados; e a insuficiente monitorização dos



indicadores autorrelatados da delinquência, através de inquéritos de delinquência autorrevelada (Braga & Gonçalves, 2013).

Quanto mais fina for a análise, na tentativa de captar e cruzar as dimensões analisadas neste texto, mais difícil se torna fazer o retrato e perceber a evolução das trajetórias criminais. Um dos exemplos paradigmáticos é o que se refere às pertenças étnicas dos indivíduos. As estatísticas criminais portuguesas trabalham apenas com nacionalidades e não com etnicidade ou com fenótipo, o que faz com que a existência de grupos étnicos não seja formalmente reconhecida pelo Estado. O registo direto ou indireto por parte do Estado de dados relativos à etnicidade é impedido por lei, de forma a não reforçar estereótipos ou a racialização da sociedade (Cabecinhas, 2007, Cunha, 2010), como previsto no Decreto-Lei 28/94, de 29 de Agosto, atualizado pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro. Além de não reconhecer etnias, as estatísticas relativas à criminalidade só têm a categoria genérica de estrangeiros, sem distinguir entre residentes – quer documentados, quer não documentados – ou visitantes. A utilização de variáveis tão latas como “português” e “estrangeiro” não permite fazer análises estatísticas mais completas. Assim, as estatísticas nacionais contam muito pouco, e contam ainda menos no que a este fenómeno diz respeito. Isto faz com que, como mostram Cunha (2014) e Moreira (2014) se tenha de olhar com cautelas o conceito unificador de estrangeiro, quer no que diz respeito ao estudo da problemática do crime, quer no que se refere a programas de intervenção, particularmente os prisionais.

Ainda que as etnias sejam invisíveis nas estatísticas, elas não são invisíveis dentro dos estabelecimentos prisionais portugueses (Gomes, 2013a, 2014; Moreira, 1999, 2014). O fracasso na recolha de determinado tipo de dados resulta, efetivamente, no silenciamento e na invisibilidade de certas evidências sociais, ocultando desse modo possíveis problemas



estruturantes na sociedade, como a questão das desigualdades e exclusões sociais associadas a determinados grupos sociais. Como refere Carvalho (2013), uma coisa é conhecer a delinquência e a criminalidade a partir da informação recenseada nos sistemas oficiais de justiça e das forças de segurança; outra coisa é conhecê-la a partir dos contextos sociais onde se produz, dos atores sociais, agressores e vítimas nela envolvidos. No entanto, mesmo que as estatísticas criminais apenas reflitam a atividade das agências de controlo social, e não o real envolvimento criminal dos indivíduos, não devem ser descuradas, uma vez que contam parte da história. Uma história que tem interesse em ser estudada e que pode, se usada no máximo das suas potencialidades, desconstruir alguns preconceitos e estereótipos e evidenciar processos de marginalização social.

4. Da *história única* aos desafios das histórias plurais: notas finais

Mas há outras histórias que não são sobre catástrofe. E é muito importante, é igualmente importante falar sobre elas (Adichie, 2009).

Vimos, ao longo deste texto, como a investigação científica pode desconstruir e desocultar formas comuns de pensamento, chamando a atenção para os efeitos da classificação e da estereotipagem social na construção de uma história única e unívoca sobre delinquência, crime e os seus atores sociais. Homem/ rapaz, pobre, residente em bairros de realojamento social e pertencente a grupos étnicos minoritários tem constituído o imaginário do crime e, a partir dele emergiram estereótipos, mantidos, como vimos ao longo do texto, pelo “labor discursivo dos dispositivos de controlo e dos meios de comunicação social” (Fernandes, 2011, p. 29).

No exercício analítico que aqui foi proposto, pretendeu-se sublinhar as distâncias e as aproximações entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento construído pela



ciência sobre a relação entre crime e as categorias de género, classe, etnia e nacionalidade. Questionou-se a experiência da (in)visibilidade social e a forma como cada sociedade constrói as “figuras de ameaça” que povoam o imaginário coletivo sobre a delinquência e o crime, sublinhando, na linha de Soares, Bill & Athayde (2005) que “quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte mas furta a presença (...). Tudo aparece apenas à visão, não ao toque ou à troca: o mundo da vida social fecha-se à participação” (p. 167). As investigações das autoras contribuem para este exercício, pois encontram histórias plurais que expressam a heterogeneidade das trajetórias delinquentes e criminais e relevam a complexidade analítica em torno da compreensão destes fenómenos.

Duarte (2012), ao descrever os diferentes tipos de discursos e percursos das jovens nas suas trajetórias transgressivas, visibiliza a figura feminina na delinquência, sublinha a heterogeneidade dessas trajetórias e mostra que as jovens não estão passivas e procuram conquistar o espaço que se abriu para elas. Diferentes feminilidades são assumidas, emergindo o risco e a experimentação como eixos estruturantes de muitas das ações delinquentes relatadas. Este aparente novo protagonismo das raparigas chama a atenção para a sua agencialidade na delinquência, mas espelha também as dinâmicas sociais em que muitas delas continuam a ser vítimas (Duarte & Carvalho, 2013). Também Gomes (2013a, 2014), debruçando-se sobre as trajetórias criminais e de criminalização que levaram homens e mulheres, estrangeiros e ciganos, aos estabelecimentos prisionais portugueses, mostra a existência de histórias plurais. Mesmo havendo a partilha de percursos marcados por exclusões e desigualdades várias por parte destes grupos sociais, as trajetórias são alternadas e possuem especificidades consoante o rótulo e tratamento específico que é dado ao indivíduo enquanto imigrante, estrangeiro ou cigano.



As investigações aqui retratadas juntam-se a este trabalho de construção imagética, que confronta as imagens mediáticas, políticas e as representações estatísticas veiculadas sobre estes grupos, com as histórias plurais que a análise sociológica permite. A categorização surge, então, como um mediador entre estes dois modos de pensamento; por um lado, porque ao simplificar a realidade, tende a ocultar mecanismos de fundo que vulnerabilizam certos grupos sociais, fazendo perder de vista as idiossincrasias e trajetórias únicas que os caracterizam e, por outro lado, porque oculta o trabalho simbólico que está presente no ato de categorizar (Fernandes & Pinto, 2008, p. 218), que pode reificar as histórias únicas se não for problematizado.



Referências

- Adichie, C. (2009). *O Perigo da História Única*. Nova York e Vancouver: TEDGlobal. Retrieved from :
- http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html.
- Agra, C., & Castro, J. (2010). *Relatório Final do Observatório da Delinquência Juvenil* (não publicado). Porto: Escola de Criminologia/FDUP- MAI.
- Barberet, R., & García-España, E. (1997). Minorities, Crime, and Criminal Justice in Spain. In I. H. Marshall (Ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States* (pp. 175-197). London: Sage Publications.
- Beleza, T. P. (1993). *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.
- Belknap, J. (1996). *The invisible woman: Gender, crime, and justice*. Belmont: Wadsworth.
- Belknap, J., & Holsinger, K. (2006). The gendered nature of risk factors for delinquency. *Feminist Criminology, 1*, 48-71.
- Bertrand, M. (1979). *La femme et le crime*. Montréal: Les Éditions de l'Aurore.
- Bloom, B., & McDiarmid, A. (2000). Gender-Responsive Supervision and Programming for Women Offenders in the Community. In *Topics in Community Corrections Annual Issue 2000: Responding to Women in the Community* (pp. 11-18). Washington DC: U.S. Department of Justice.
- Bonger, W. A. (1943). *Race and Crime*. New York: Columbia University Press.



- Bowling, B., & Phillips, C. (2002). *Racism, crime, and justice*. London: Longman.
- Braga, T., & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4(1), 95-116.
- Brown, G. (2011). *Ain't I A Victim: Race, Class and Gender in the Courtroom*, Midwest Clinical Law Conference. Wisconsin: University of Wisconsin Law School.
- Burgess-Proctor, A. (2006). Intersections of Race, Class, Gender, and Crime: Future Directions for Feminist Criminology. *Feminist Criminology*, 1(1), 27-47.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Campbell, A. (1981). *Girl Delinquents*. Nova York: St. Martin's Press.
- Carmo, I., & Fráguas, F. (2002). *Putas de prisão*. Lisboa: D. Quixote.
- Carvalho, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa: Uma análise comparativa de dois jornais diários* (Tese de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Carvalho, M., & Duarte, V. (2013). Crianças, Jovens e a Cidade: riscos, violências e a delinquência em Portugal. *Revista Latitude*, 7(2), 133- 166.
- Carvalho, M. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M. (2013). *Delinquência infantil e juvenil e justiça em Portugal: uma questão de olhar(es)?*. Observatório Permanente de Justiça. Retrieved from <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/marco-2013>
- Chesney-Lind, M. (1997). *The Female Offender*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.



- Chesney-Lind, M., Morash, M., & Stevens, T. (2008). Girls' troubles, girls' delinquency and gender responsive programming: a review. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 41(1), 162-189.
- Cunha, M. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século.
- Cunha, M. (2010). Race, Crime and Criminal Justice in Portugal. In A. Kalunta-Crumpton (Ed.), *Race, Crime And Criminal Justice: Internacional Perspectives* (pp. 144-161). New York: Palgrave MacMillan.
- Cunha, M. (2014). Categorias de diferença, crime e reclusão : glossários, estatísticas e experiências. In R. Matos (Coord.), *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal* (pp. 161-180). Porto: Universidade Católica Editora.
- Diaz-Cotto, J. (2002). Race, Ethnicity, and Gender in Studies of Incarceration. In J. James (Ed.), *States of Confinement: Policing, Detention, and Prisons* (pp. 123-131). New York: Palgrave.
- Duarte-Fonseca, A. (2000). *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Duarte-Fonseca, A. (2015). Entre a nuvem e Juno: novas questões sobre velhas respostas. In V. Duarte, M. Santos, O. Cruz, & H. Grangeia (org.), *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações* (pp. 27- 44). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. Famalicão: Edições Húmus.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2013). (Entre) Olhares sobre delinquência no feminino. *Revista Ex-Aequo*, 28, 31-44.



- Duarte, V., & Carvalho, M. (no prelo). Da delinquência juvenil: Contributos para a problematização de um conceito. In M. I. Cunha (Org.), *Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Duarte, V., & Cunha, M. (Orgs.) (2014). *Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Género e (in)visibilidades sociais*. Famalicão, Edições Húmus.
- Duarte, V., & Vieites-Rodrigues, L. (2015). Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In S. Gomes e R. Granja (Ed.), *Mulheres e Crime – perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* (pp. 15-30). Famalicão: Editora Húmus.
- DuBois, W. (1899). *The Philadelphia Negro: A Social Study*. New York: Benjamim Blom.
- Esteves, A., & Malheiros, J. (2001). Os Cidadãos Estrangeiros nas Prisões Portuguesas: Sobrerepresentação ou ilusão?. In M. Pinheiro, L. Baptista, & M. J. Vaz (Ed.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades* (pp. 95-114). Oeiras: Celta Editora.
- Fekete, L., & Webber, F. (2010). Foreign nationals, enemy penology and the criminal justice system. *Race & Class*, 51(4), 1-25.
- Fernandes, L. (2011). Do estereótipo à visão fenomenológica: análises sobre o “agarrado”. *Revista Toxicodependências*, 17(1), 17-31.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.
- Fernandes, L., & Pinto, M. (2008). Juventude urbana pobre e cidade predatória. O gunga como figura de ameaça. In Manuela Ivone Cunha (Org.), *Aquém e Além da prisão. Cruzamentos e perspectivas* (pp. 177-222). Lisboa: 90ª Editora.



- FitzGerald, M. (1997). Minorities, Crime, and Criminal Justice in Britain. In I. H. Marshall (Ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States* (pp. 36-61). London: Sage Publications.
- Girschick, L. (1997). The Importance of Using a Gendered Analysis To Understand Women in Prison. *Journal of the Oklahoma Criminal Justice Research Consortium*, 4. Retirado de: http://www.doc.state.ok.us/offenders/ocjrc/97_98.htm.
- Gomes, S. (2013a). *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano* (Dissertação de Doutoramento). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Gomes, S. (2013b). A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Revista Latitudes*, 7(2), 187-217.
- Gomes, S. (2014). *Caminhos para a Prisão – uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Famalicão: Editora Húmus.
- Gomes, S., & Granja, R. (Eds.) (2015). *Mulheres e Crime – perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Famalicão: Editora Húmus.
- Gomes, S., & Machado, H. (2011). Media's made criminality: the construction of moral panic over gypsies and immigrants. In Srdjan Jovanović Maldoran (Ed.), *Citizenship, Inclusion or Exclusion?*, E-Book: Inter-disciplinary Press. Retrieved from <https://www.interdisciplinarypress.net/online-store/ebooks/diversity-and-recognition/citizenship-inclusion-or-exclusion>.
- Gomes, S., & Silva, M. (2014). Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana. *Revista de Sociologia, número temático Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais*, 77-95.



- Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2013). Formas alternativas do exercício da parentalidade: paternidade e maternidade em contexto prisional. *Ex Aequo*, 28, 73-86.
- Holsinger, K. (2000). Feminist perspectives on female offending: examine real girls' lives. *Women & Criminal Justice*, 12(1), 23-51.
- Machado, H., & Santos, F. (2008). Crime, drama e entretenimento. O caso Maddie e a meta-justiça popular na imprensa portuguesa. *Oficina do CES*, 310, 1-32.
- Marshall, I. (Ed.) (1997). *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States*. London: Sage Publications.
- Mason, P. (2009). Crime, Media and The State. In R. Coleman, J. Sim, S. Tombs, & D. Whyte (Ed.), *State, Power, Crime* (pp. 185-199). London: Sage Publications.
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Matos, R. (Coord.) (2014). *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora.
- McCombs, M. (2002). *The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. Comunicação apresentada na Conferência Mass Media Economics, London School of Economics*. Retrieved from <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>.
- Mendes, S. et al. (2010). "Portugal". In J. Junger-tas, I. Marshall, D. Enzmann, M. Killias, M. Steketee, & B. Gruszczynska (Eds.), *Juvenile delinquency in Europe and beyond: Results of the Second International Self-report Delinquency Study* (pp. 205-212). New York, Springer. doi: 10.1007/978-0-387-95982-5.
- Moore, L., & Padavic, I. (2010). Racial and ethnic disparities in girls' sentencing in the juvenile justice system. *Feminist Criminology*, 5, 263-285. doi:10.1177/1557085110380583



- Moreira, J. (1999). Ciganos na Prisão: Um universo diferente?. *Temas Penitenciários*, 2(2), 5-18.
- Moreira, J. (2014). Aritmética breve em torno dos reclusos estrangeiros em Portugal. In R. Matos (Coord.), *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal* (pp. 181-208). Porto: Universidade Católica Editora.
- Penedo, C. C. (2007). *O Crime nos media: o que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pettit, B., & Western, B. (2004). Mass imprisonment and the life course. Race and Class Inequality in US - Incarceration. *American Sociological Review*, 69(2), 151-169.
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo: convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 51-65.
- Rocha, J. (2001). *Reclusos Estrangeiros: Um estudo exploratório*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B., Gomes, C., Fernando, P., Soares, C., Trincão, C., Sousa, F., ... & Reis, J. (2010). *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Seabra, H., & Santos, T (2005). *A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Sellin, T. (1928). The Negro Criminal: A Statistical Note. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 140, 52-64.
- Soares, L., Bill, M., & Atayde, C. (2005). *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Spohn, C., & Brennan, P. (2011). The Joint Effects of Offender Race/Ethnicity and Gender on Substantial Assistance Departures in Federal Courts. *Race and Justice*, 1(1), 49-78.
- Sutherland, E. (1934). *Principles of Criminology*. Chicago: Lippincott.
- Tonry, M. (2011). *Punishing Race. A Continuing American Dilemma*. Oxford: Oxford Press.



- Velho, G. (1981). Observando o familiar. In G. Velho. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta Editora.
- Wacquant, L. (2008). O grande salto atrás penal. O encarceramento nos Estados Unidos de Nixon a Clinton. In M. Ivone Cunha (Ed.), *Aquém e Além da Prisão. Cruzamentos e Perspetivas* (pp. 33-78). Lisboa: 90º Editora.
- Wacquant, L. (2010). Class, race & hyperincarceration in revanchist America. *Daedalus*, 140, 74-90.
- Western, B. (2006). *Punishment and Inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation Publications.
- Wolfgang, M., & Cohen, B. (1970). *Crime and Race: Conceptions and Misconceptions*. New York: Institute of Human Relations Press.
- Wong, T., Slotboom, A., & Bijleveld, C. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266-284.
- Zahn, M. (2009) (Ed.). *The delinquent girl*. Filadélfia: Temple University Press.



The (de)construction of a single story: Crossing crime, gender, social class, ethnicity, and
nationality

Vera Duarte¹ and Sílvia Gomes^{1,2}

¹Maia University Institute

²University of Minho

Author Note

Vera Duarte, Assistant professor at the Maia University Institute (ISMAI); Researcher at the Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA UM), and at the Research Unit in Criminology and Behavioral Sciences (UICCC ISMAI). Sílvia Gomes, Postdoctoral grantee at the University of Minho; Invited Assistant Professor at the Maia University Institute (ISMAI); Researcher at the Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA UM), and at the Research Unit in Criminology and Behavioral Sciences (UICCC ISMAI).

Corresponding Author: Vera Duarte, Instituto Universitário da Maia, Av. Carlos Oliveira Campos - Castelo da Maia, 4475-690 Avioso S. Pedro. Tel: +351 229866000. Email: vduarte@docentes.ismai.pt



Abstract

This article stems from the research developed by the authors, with different social groups in the justice system, not to describe the results of the research, but rather to propose an analytical exercise of questioning the single story that has been built about the relationship between crime and the sociocultural categories of gender, class, ethnicity and nationality. This reflection is structured around two guidelines: (i) the story of the social (in)visibilities of the actors of the crime, which have been built in the scientific field over time, and (ii) the story of the construction of the “figures of threat”, (re)constructed and consolidated in the media, political and statistical fields. We conclude alerting to the multitude of stories that shape the criminal phenomenon, drawing attention to the effects of classification and social stereotyping in the construction of a single story about delinquency, crime and its social actors.

Keywords: single story, crime, figures of threat, social invisibility



1. Introduction

For centuries a single story has been built about the relationship between crime and the sociocultural categories of gender, class, ethnicity and nationality: the story of the overrepresentation, in crime, of the male figure, who is poor, living in ghettos or social rehousing neighborhoods and belongs to ethnic minority groups (Carvalho, 2010; Duarte, 2012; Gomes, 2014). A story solidified by public and political discourse covered by mass media, reiterated in official statistics and supported by scientific research itself.

This idea of a single story, which will be used as a basis for the reflection initiated in this article, is developed by Chimamanda Adichie (2009), a Nigerian novelist who talks about the “danger of a single story”, demonstrating the way societies and their power elites construct a set of stories and social narratives, marked by stereotypes and ideologies, which are creators of a cultural hegemony. If we listen to only one story about a person, country or phenomenon, we risk developing a weak critical understanding of that person, that country or that phenomenon. This is because the single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is that they are incomplete, making a story become the single story, and forgetting that life and identities are composed of multiple stories that overlap (Adichie, 2009).

The exercise that is proposed in this article is analytical and results from the reflections made within the studies that have been developed by the authors, one on female juvenile delinquent trajectories (Carvalho & Duarte, 2013; Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015), another on media representation and the criminal and criminalization trajectories of individuals with different memberships of gender, nationality and ethnicity (Gomes, 2013a, 2013b, 2014; Gomes & Granja, 2015; Gomes & Machado, 2011; Gomes & Silva, 2014). Both studies, with respect to



delinquent and criminal trajectories, are developed within the justice system (juvenile and criminal) ; and the interpretation and discussion of the data are made at the interfaces of symbolic interactionism, of theories of structured action and critical perspectives, in particular, feminist perspectives and the intersectional feminist perspective, respectively.

Their research paths have alerted to the dangers of developing research that does not question the “fluid nature” (Fernandes & Carvalho, 2000) and the trend toward the naturalization of certain social objects, which contain a multitude of expressions and complex interpretations, as is the study of crime and delinquency . Objects that were vulgarized in public debate and media discourse and that have gathered, within labels, a variety of actors and situations, building stereotypes that legitimate processes of social stigmatization. A questioning that should be made in order to avoid hasty reasoning and to acknowledge the contradictions, paradoxes and the plurality of grey areas intrinsic to social reality (Duarte, 2012).

In this exercise, “finding the strange in the familiar” (Velho, 1981) is the great challenge. To do it through the analytical framework of the single story will allow to confront the familiarity of this relationship between crime and gender, class, ethnicity and nationality, and build bridges between two modes of thought that Fernandes (2011) called “the thingist thought of common sense and the constructivist thought” (p. 18). Both are ways of seeing and telling reality. The first considers that the social world consists of things, naturally captured by the senses, which create some sort of truth, and are conveyed through stereotypes, social categorization and belief. The second mode of thought, stemming from a sociological approach to the social construction of reality, is a “consequence of the introspection that the social scientist conducts on his/her methods, his/her modes of approaching reality and his/her



thinking techniques” (ibid). Here, expressed in the qualitative research developed by the authors, a stage where these two types of thinking are confronted regularly – and do not have to be seen necessarily as antagonistic -, and that provide opportunity for this article.

For this purpose, the reflection will be structured around two main guidelines. The first aims to discern the stories of social (in)visibilities that have been built over time, specifically in the scientific field; the second seeks to bring stories that build the “figures of threat”, namely the stories conveyed by the media, political parties and official statistics. In conclusion, we reflect on the plural stories of criminal involvement, demonstrating that there is a multitude of stories and analytical complexity in the study of the phenomenon in question.

2. Stories of (in)visibility

If you want to dispossess a people, the simplest way to do it is to tell their story, and to start with “Secondly”. Start the story with the arrows of the Native Americans, and not with the arrival of the British, and you will have an entirely different story (Adichie, 2009).

Scientifically and academically, studies on crime and delinquency have granted, over time, various (in)visibilities surrounding its actors, which has had consequences for the conceptual field, social intervention, and the application of judicial proceedings, with impact in the perpetuation of discrimination situations (Brown, 2011; Burgess-Proctor, 2006; Diaz-Cotto, 2002; Holsinger, 2000; Moore e Padavic, 2010; Spohn & Brennan, 2011).

While we know that gender is one of the most consistent differentiation dimensions in studies of crime, this has meant predominantly studying male worlds, reserving little attention to the etiology, prosecution and intervention with women offenders (Chesney-Lind, 1997; Cunha, 2002; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015; Zahn, 2009). This “non-phenomenon” (Bertrand, 1979), which was the absence of women in the official crime scene and its



meanings, built a single story about the female offender: the story of invisibility, where the image of the female figure appears “submerged” in the explanations of male crime (Chesney-Lind, 1997); or the portrait of female crime reduced to stereotyped images related to the sexualization, pathologization and masculinization of their behaviors, which would make them passive victims of risk itself (Belknap, 2000; Duarte, 2012; Holsinger, 2000; Matos, 2008).

The construction of this single story did not fail to have a profound impact on how the female figure has been processed in the juvenile and criminal justice systems, linked to the effects of gender stratification and patriarchy in their life trajectories (Chesney-Lind, 1997). A system that continues to overrepresent women/girls who are poor and belong to ethnic minority groups (Bloom & McDiarmid, 2000; Diaz-Cotto, 2002; Duarte, 2012; Girschick, 1997; Gomes & Granja, 2015; Holsinger, 2000; Moore & Padavic, 2010;), maintain paternalistic and protectionist attitudes around the so-called “female needs” (Belknap, 2000); punish more women/ girls for less severe crimes (Belknap & Holsinger, 2006); or where social and institutional responses emerge later and tend to be attached to concepts, definitions and categories of male delinquency (Chesney-Lind, Morash & Stevens, 2008; Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015; Zahn, 2009).

Literature that is more sensible to gender begins to emerge in the seventies, first focused on women and only later, already in the eighties, on girls (Campbell, 1981; Holsinger, 2000; Zahn, 2009). The emergence of this literature has been important in building a new conceptualization of the delinquent act, where the gender variable becomes, effectively, an analysis axis. In Portugal, studies on the presence of women in crime begin to unveil themselves during the course of the eighties, consolidating, since then, work on women and



law (Beleza, 1993), women in prison (Carmo & Fráguas, 1982; Cunha, 2002, 2010; Granja, Cunha & Machado, 2013; Matos, 2008;), criminal trajectories of foreign and Roma women (Gomes, 2014; Matos, 2014), female juvenile violence and delinquency (Duarte-Fonseca, 2000; Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014).

Other differentiation dimensions significant in the analysis of crime are ethnicity and/or nationality. The attempt to link these dimensions to crime has been, as a rule, ideologically driven, labelling certain groups as inherently and intrinsically more criminal than others (Carvalho, 2007; FitzGerald, 1997; Mason, 2009; Wacquant, 2000), causing a single story, simple and linear, as shown by Marshall (1997), in the relationships between crime, immigrants and ethnic groups: “they cause problems, problems and more problems” (p. 239). This was a popular belief 100 years ago in the USA, and remains the conviction of many Europeans and Americans today. Still, when we revisit the different theoretical contributions that have been built over time, as an attempt to explain the relationship between crime and categories such as ethnicity, race, immigrants and foreigners, we see that this association is mitigated and even problematized, sometimes, by the inclusion of inequality and social exclusion in this association.

If classical theory comes forward with explanations related to the economic deprivation of these groups (DuBois, 1899), with socio-economic disadvantages, weak political power, or situations of underemployment and undereducation (Bonger, 1943; Sellin, 1928; Sutherland, 1934), and with relative deprivation and differentiated opportunities (Wolfgang & Cohen, 1970); more recently, Wacquant (2000, 2008, 2010), Tonry (2011), Pettit and Western (2004), among others, refer to class composition and socio-economic stability as central to both the higher commission of crimes – since blacks are overrepresented



in the lower classes of American society – and the persecution by agents from the criminal justice system of those individuals. The criminal response of the American State, as shown by Western (2006), ends up mortgaging the life of entire segments of the American population – young, poor, blacks with low qualification – thus contributing toward prison being another element of social inequality and social stratification.

In Europe, similarly to the classic authors, the studies point to the theories of deprivation and social control as being central. Researchers show the weight of socio-economic factors for the commission of crime by foreign populations (Esteves & Malheiros, 2001; Gomes, 2014; Fitzgerald, 1997; Rocha, 2001; Seabra & Santos, 2005) and ethnic groups (Barberet & García-España, 1997; Gomes, 2014). They also demonstrate how economic conditions and frustrated expectations of social ascension by the children of immigrants potentiate crime (Bowling & Phillips, 2002).

Researchers have come a long way, showing how ethnicity or nationality cannot be disassociated from the effects of socio-economic factors, as well as the possibility of discrimination and labelling by the justice system. Thus, they seek to deconstruct the existing single story that crime in these groups is directly related to their ethnic and cultural characteristics. However, even here, there is the danger of criminalizing poverty, since there is a reproduction of the image of crime associated with places and people who are usually already made visible, in other spheres, as being marginal.

Added to this problematization of (in)visibilities, the fact that much of the literature and studies circulating on the relationship between crime and dimensions of gender, social class, ethnicity and nationality have mostly been developed in countries of Anglo-Saxon influence, may jeopardize its uncritical transposition to other geographies and cultures



(Cunha, 2002; Duarte, 2012; Wong, Slotboom & Bijleveld, 2010), limiting the analytical options and the understanding of realities that are often particular.

“To see or not to see, that is the question! (...). Is what we see truly what we see? Or do we see not what we look at, but the relationship with what we look at?” (Soares, Bill & Athayde, 2005, p.172). It is in this context that the experiences of social (in)visibility here portrayed are both experiences of exclusion. If not being seen means not participating, not being a part of and becoming unfamiliar, being looked at not always means being seen, because seeing is relating.

3. Stories that build the “figure of threat”

It is impossible to talk about the single story without talking about power. (...) Power is the ability not just to tell the story of another person, but to make it the definitive story of that person (Adichie, 2009).

The media, political and statistical fields have been spaces of power where these single stories (re)build, design and consolidate themselves, creating the representations we have about crime, delinquency and the “figures of threat” (Fernandes & Pinto, 2008; Rêgo & Fernandes, 2012). Imminently urban phenomena that reflect the bipolarization of the city, link crime to the “ethnic neighborhood”, to the “juvenile gang”, and to poverty, and justify the construction of a more punitive society, which Wacquant (2000) called “Criminal State”, which is organized surrounding the reaction and formal social control toward this growing threat (Fernandes & Pinto, 2008).

Reflecting on the Portuguese reality, and from the research conducted by the authors, we are able to understand how the media, political and statistical fields interact with each



other, in a collaborative way, which gives them more strength and reinforces the stories told.

Let us analyze each of these spheres.

The first point to be addressed is the importance of the media in the construction and reproduction of the imagination surrounding crime when associated to categories such as gender, age, social class, immigration or ethnicity. News about criminal episodes is the most popular and constant of the total news reports in the media (Machado & Santos, 2008; Penedo, 2007). According to McCombs (2002), in addition to the exaggerated coverage of crime news by the media in general, there is the way they report stories of alleged criminals and their respective victims. As stated by Fernandes (2011), “the predominant mode of this media coverage would choose for its narrative the subjects with the higher cinematic potential” (p. 21). Now, the problem with crime news is not the fact that it is reported, but rather the frequency with which it is reported, overly intensifying the importance of crime in people’s lives, in what they report and how they report it, often triggering social alarm, and feeding stereotypes and urban myths about crime (Gomes, 2013b; McCombs, 2002).

Take, for instance, the media coverage on some cases of young people involved in the practice of severe delinquent acts, which has resulted, both nationally and internationally, in a hardening of public and judicial attitudes toward children and youth involved in delinquency (Carvalho, 2010; Duarte-Fonseca, 2015). In Portugal, such cases have brought the attention of the media and developed, in public opinion, restlessness associated with the idea of there being an aggravation of juvenile delinquency, in certain population segments – poor individuals, living in social rehousing neighborhoods, and foreigners (Carvalho & Duarte, 2013). The point is that this perception has not been confirmed, neither by the official data on juvenile delinquency that has been recorded over time by police authorities on a national



level, which does not provide evidence confirming the tendency for an aggravation of delinquent practices by children and youth (Carvalho, 2013; Duarte-Fonseca, 2015); nor by the latest studies on self-disclosed delinquency conducted in the country, with young students and non-students between 12 and 21 years of age (Agra & Castro, 2010; Braga & Gonçalves, 2013; Mendes et al., 2010), which show how these practices are transverse to all social groups. Thus, they question the official statistics of the police and the courts, where youth from social rehousing neighborhoods, boys and foreigners are overrepresented (Duarte & Carvalho, in press).

Now, it is the latter image that is shown when one seeks to paint the picture of violence, crime and insecurity in the country, without consistently stressing the fact that this picture is based on a foundation that is partial – the recorded official crime (Fernandes & Rêgo, 2011). Around this portrait are reinforced political and partisan strategies, which have reduced the phenomenon of juvenile delinquency to police and court cases (Duarte & Carvalho, in press). In this regard, in Portugal, in addition to the proposals for lowering the age of criminal responsibility, other signs of the hardening of the justice system have emerged, as exemplified by the proposals for the increase of coercivity and restrictions on freedom by changing the type or modes of implementing the measures; the merger of the General Directorate of Social Rehabilitation with the General Directorate of Prison Services, in a single body – the General Directorate of Rehabilitation and Prison Services - which, according to Duarte-Fonseca (2015), “will entail much more than a mere measure of public expenditure saving (...), it drags the predictable effect of the weight of the label it carries” (p. 35); or the reduced commitment to the creation of a National Plan for the Prevention of Juvenile Delinquency (Santos et al., 2010).



Another example relates to how immigration and ethnicity also appear repeatedly associated with crime in the daily press (Cunha, 2014; Gomes, 2013b; Gomes & Machado, 2011). The study by Gomes (2013a, 2013b) emphasizes, among other aspects, how the Portuguese national press spreads the typical characterization of offenders and their associated crimes, showing Africans, eastern immigrants and Roma individuals as generally being young, male offenders. Each group is associated with a criminal practice. Roma are associated with crimes against property through the use of violence, Africans are associated with drug-related crimes, and eastern immigrants with crimes against values and interests of life in society. Regardless of this association, the most reported crime tends to be the crime against people, especially violent crime, although the main crime in the official statistics is crime against property. In addition to the typification of criminal groups, the media narratives are legitimized by the referenced sources – police and actors of the justice system – and enhanced in their emotion and drama through the voices of citizens, especially when the citizens are, themselves, witnesses or victims of the described situation.

The distortion and misinformation evident in the study by Gomes (2013a, 2013b), producing a partial reality of the narrated events, may affect the perceptions that citizens produce about crime and criminals, developing feelings of insecurity, while promoting control and social consensus toward certain social groups. A pejorative categorization of these groups deepens the gap between “Us” and “Them”, the latter perceived as enemies (Gomes, 2013a), and increases the ignorance toward the true causes that govern the consequences, confused as causes.

The press appears as a showcase of the violence perpetrated by these social groups. But, this homogenizing showcase produces a reductive single story, which, similarly to what



was reflected in the previous example, enhances positions and decisions that often penalize the groups that are seen as figures of threat in the public sphere. Emphasis is given to the speeches of right-wing political parties that defend, in different moments and spaces of their recent history, strict regulation on the entry of immigrants into national territory, allegedly in favor of a higher quality of life for nationals; as well as the identification of these same individuals as potential threats to social order, through the association of the figure of the immigrant with crime, particularly international crime (Gomes, 2013a). Additionally, we are witnessing the setting of goals for the removal of foreign prisoners, and the belief that deportation is a reasonable and adequate way to ensure public safety against a foreign enemy has increased considerably (Fekete & Webber, 2010). In the words of Duarte-Fonseca (2015): “each time seems to renew the same stereotypes and the same decadent speeches about the increase and aggravation of the phenomenon, which corresponds to dramatization and moral panic, disproportionate to reality” (p.32).

No less important is the field of crime statistics, which presents the crime that is registered/ reported to the justice system entities, and not real crime (Carvalho, 2010; Gomes, 2013a; Seabra & Santos, 2005).

Official statistics of crime in Portugal are still poorly studied and provide little potential for analysis, when compared to the reality of other Anglo-Saxon countries (Gomes, 2013a; Braga & Gonçalves, 2013). The main reasons given are: the absence of a systemic model for data collection from the base to the top of the pyramid of social and judicial intervention in the country, which blurs the overview of this social problem (Carvalho, 2013), a situation that leads to difficulties in crossing data from different organisms (Seabra & Santos, 2005), and does not allow a concerted analysis of the statistics; the scant systematic



and rigorous statistical production, accessible to research (Duarte-Fonseca, 2015) and of timely public disclosure (Carvalho, 2013); the changes in the instruments for statistical notation and procedures for data collection; and insufficient monitoring of the self-reported indicators of delinquency, through self-disclosure delinquency surveys (Braga & Gonçalves, 2013).

The finer the analysis, in an attempt to capture and cross the dimensions analyzed in this text, the harder it is to paint the picture and understand the evolution of criminal trajectories. One paradigmatic example refers to the ethnic membership of individuals. The Portuguese criminal statistics only work with nationalities rather than ethnicity or phenotype, which leads to ethnic groups not being formally recognized by the State. The direct or indirect registration by the State of data on ethnicity is prevented by law, so as to not reinforce stereotypes or racialization of society (Cabecinhas, 2007, Cunha, 2010), as provided in the Decree Law 28/94, of August 29, updated by Law n.º 67/98, of October 26. In addition to not recognizing ethnicities, the statistics relating to crime only have the generic category of foreigners, without distinguishing between residents – whether documented or undocumented – or visitors. The use of such broad variables as “Portuguese” and “Foreigner” does not allow for more complete statistical analyses. Thus, national statistics count very little, and they count even less when it comes to this phenomenon. This makes it necessary, as shown by Cunha (2014) and Moreira (2014), to cautiously look at the unifying concept of foreigner, concerning both the study of crime as well as intervention programs, particularly prison ones. Although ethnicities are invisible in the statistics, they are not invisible within the Portuguese prisons (Gomes, 2013a, 2014; Moreira, 1999, 2014). Failure in collecting certain type of data results, effectively, in the silencing and invisibility of certain social evidence, thus concealing



possible structural problems in society, such as the issue of inequality and social exclusion associated with certain social groups. As stated by Carvalho (2013), one thing is to know delinquency and crime from the information surveyed in the official justice systems and security forces; another thing is to know it from the social contexts where it is produced, from the social actors, aggressors and victims involved in it. However, even if crime statistics only reflect the activity of agencies of social control, and not the actual criminal involvement of individuals, they should not be neglected, since they tell part of the story. A story that has interest in being studied and that could, if used to its full potential, deconstruct some prejudice and stereotypes and demonstrate processes of social marginalization.

4. From the single story to the challenges of plural stories: final considerations

But there are other stories that are not about catastrophe. And it is very important, it is just as important to talk about them (Adichie, 2009).

We have seen, throughout this text, how scientific research can deconstruct and unveil common forms of thought, drawing attention to the effects of classification and social stereotyping in the construction of an unequivocal single story about delinquency, crime and its social actors. Man/ boy, poor, living in social rehousing neighborhoods and belonging to ethnic minority groups has constituted the imaginary of crime and from it have emerged stereotypes, maintained, as we have seen throughout the text, by the “discursive labor of the control mechanisms and mass media” (Fernandes, 2011, p. 29).

The analytical exercise here proposed intended to emphasize the distances and similarities between knowledge from common sense and knowledge built by science about the relationship between crime and categories of gender, class, ethnicity and nationality. We questioned the experience of social (in)visibility and the way each society builds its “figures



of threat” that populate the collective imagination about delinquency and crime, highlighting, in line with Soares, Bill & Athayde (2005) that “when one is not seen and sees, the world offers the horizon but steals the presence (...). Everything appears only to sight, not to touch or exchange: the world of social life is closed to participation” (p. 167). The studies by the authors contribute to this exercise, since they find plural stories that express the heterogeneity of delinquent and criminal trajectories and reveal the analytical complexity surrounding the understanding of these phenomena.

Duarte (2012), by describing the different types of discourses and paths of young women in their transgressive trajectories, brings visibility to the female figure in delinquency, underlines the heterogeneity of those trajectories and shows that young women are not passive and they seek to conquer the space that has opened to them. Different femininities are assumed, with risk and experimentation emerging as structural axis of the many reported delinquent acts. This apparently new protagonism of girls draws attention to their agency in delinquency, but also reflects the social dynamics in which many of them are still victims (Duarte & Carvalho, 2013). Also Gomes (2013a, 2014), focusing on criminal and criminalization trajectories that led men and women, foreigners and Roma, to the Portuguese prisons, shows the existence of plural stories. Even with the sharing of paths marked by several exclusions and inequality by these social groups, the trajectories are alternate and have specificities depending on the label and specific treatment that is given to the individual as an immigrant, foreigner or Roma.

The research here portrayed joins this work of image construction that confronts the media images, policies and the statistical representations conveyed about these groups, with the plural stories that sociological analysis allows. Categorization thus emerges as a mediator



between these two modes of thought; on the one hand, because by simplifying reality, it tends to conceal background mechanisms that make certain social groups vulnerable, losing sight of idiosyncrasies and unique trajectories that characterize them and, on the other hand, because it conceals the symbolic work that is present in the act of categorizing (Fernandes & Pinto, 2008, p. 218), which can reify the single stories if it is not problematized.



References

- Adichie, C. (2009). *O Perigo da História Única*. Nova York e Vancouver: TEDGlobal. Retrieved from :
- http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html.
- Agra, C., & Castro, J. (2010). *Relatório Final do Observatório da Delinquência Juvenil* (não publicado). Porto: Escola de Criminologia/FDUP- MAI.
- Barberet, R., & García-España, E. (1997). Minorities, Crime, and Criminal Justice in Spain. In I. H. Marshall (Ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States* (pp. 175-197). London: Sage Publications.
- Beleza, T. P. (1993). *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.
- Belknap, J. (1996). *The invisible woman: Gender, crime, and justice*. Belmont: Wadsworth.
- Belknap, J., & Holsinger, K. (2006). The gendered nature of risk factors for delinquency. *Feminist Criminology, 1*, 48-71.
- Bertrand, M. (1979). *La femme et le crime*. Montréal: Les Éditions de l'Aurore.
- Bloom, B., & McDiarmid, A. (2000). Gender-Responsive Supervision and Programming for Women Offenders in the Community. In *Topics in Community Corrections Annual Issue 2000: Responding to Women in the Community* (pp. 11-18). Washington DC: U.S. Department of Justice.
- Bonger, W. A. (1943). *Race and Crime*. New York: Columbia University Press.



- Bowling, B., & Phillips, C. (2002). *Racism, crime, and justice*. London: Longman.
- Braga, T., & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4(1), 95-116.
- Brown, G. (2011). *Ain't I A Victim: Race, Class and Gender in the Courtroom*, Midwest Clinical Law Conference. Wisconsin: University of Wisconsin Law School.
- Burgess-Proctor, A. (2006). Intersections of Race, Class, Gender, and Crime: Future Directions for Feminist Criminology. *Feminist Criminology*, 1(1), 27-47.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Campbell, A. (1981). *Girl Delinquents*. Nova York: St. Martin's Press.
- Carmo, I., & Fráguas, F. (2002). *Putas de prisão*. Lisboa: D. Quixote.
- Carvalho, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa: Uma análise comparativa de dois jornais diários* (Tese de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Carvalho, M., & Duarte, V. (2013). Crianças, Jovens e a Cidade: riscos, violências e a delinquência em Portugal. *Revista Latitude*, 7(2), 133- 166.
- Carvalho, M. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M. (2013). *Delinquência infantil e juvenil e justiça em Portugal: uma questão de olhar(es)?*. Observatório Permanente de Justiça. Retrieved from <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/marco-2013>
- Chesney-Lind, M. (1997). *The Female Offender*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.



- Chesney-Lind, M., Morash, M., & Stevens, T. (2008). Girls' troubles, girls' delinquency and gender responsive programming: a review. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 41(1), 162-189.
- Cunha, M. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século.
- Cunha, M. (2010). Race, Crime and Criminal Justice in Portugal. In A. Kalunta-Crumpton (Ed.), *Race, Crime And Criminal Justice: Internacional Perspectives* (pp. 144-161). New York: Palgrave MacMillan.
- Cunha, M. (2014). Categorias de diferença, crime e reclusão : glossários, estatísticas e experiências. In R. Matos (Coord.), *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal* (pp. 161-180). Porto: Universidade Católica Editora.
- Diaz-Cotto, J. (2002). Race, Ethnicity, and Gender in Studies of Incarceration. In J. James (Ed.), *States of Confinement: Policing, Detention, and Prisons* (pp. 123-131). New York: Palgrave.
- Duarte-Fonseca, A. (2000). *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Duarte-Fonseca, A. (2015). Entre a nuvem e Juno: novas questões sobre velhas respostas. In V. Duarte, M. Santos, O. Cruz, & H. Grangeia (org.), *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações* (pp. 27- 44). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. Famalicão: Edições Húmus.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2013). (Entre) Olhares sobre delinquência no feminino. *Revista Ex-Aequo*, 28, 31-44.



- Duarte, V., & Carvalho, M. (no prelo). Da delinquência juvenil: Contributos para a problematização de um conceito. In M. I. Cunha (Org.), *Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Duarte, V., & Cunha, M. (Orgs.) (2014). *Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Género e (in)visibilidades sociais*. Famalicão, Edições Húmus.
- Duarte, V., & Vieites-Rodrigues, L. (2015). Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In S. Gomes e R. Granja (Ed.), *Mulheres e Crime – perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* (pp. 15-30). Famalicão: Editora Húmus.
- DuBois, W. (1899). *The Philadelphia Negro: A Social Study*. New York: Benjamim Blom.
- Esteves, A., & Malheiros, J. (2001). Os Cidadãos Estrangeiros nas Prisões Portuguesas: Sobrerepresentação ou ilusão?. In M. Pinheiro, L. Baptista, & M. J. Vaz (Ed.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades* (pp. 95-114). Oeiras: Celta Editora.
- Fekete, L., & Webber, F. (2010). Foreign nationals, enemy penology and the criminal justice system. *Race & Class*, 51(4), 1-25.
- Fernandes, L. (2011). Do estereótipo à visão fenomenológica: análises sobre o “agarrado”. *Revista Toxicodependências*, 17(1), 17-31.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.
- Fernandes, L., & Pinto, M. (2008). Juventude urbana pobre e cidade predatória. O gunga como figura de ameaça. In Manuela Ivone Cunha (Org.), *Aquém e Além da prisão. Cruzamentos e perspectivas* (pp. 177-222). Lisboa: 90ª Editora.



- FitzGerald, M. (1997). Minorities, Crime, and Criminal Justice in Britain. In I. H. Marshall (Ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States* (pp. 36-61). London: Sage Publications.
- Girschick, L. (1997). The Importance of Using a Gendered Analysis To Understand Women in Prison. *Journal of the Oklahoma Criminal Justice Research Consortium*, 4. Retirado de: http://www.doc.state.ok.us/offenders/ocjrc/97_98.htm.
- Gomes, S. (2013a). *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano* (Dissertação de Doutoramento). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Gomes, S. (2013b). A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Revista Latitudes*, 7(2), 187-217.
- Gomes, S. (2014). *Caminhos para a Prisão – uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Famalicão: Editora Húmus.
- Gomes, S., & Granja, R. (Eds.) (2015). *Mulheres e Crime – perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Famalicão: Editora Húmus.
- Gomes, S., & Machado, H. (2011). Media's made criminality: the construction of moral panic over gypsies and immigrants. In Srdjan Jovanović Maldoran (Ed.), *Citizenship, Inclusion or Exclusion?*, E-Book: Inter-disciplinary Press. Retrieved from <https://www.interdisciplinarypress.net/online-store/ebooks/diversity-and-recognition/citizenship-inclusion-or-exclusion>.
- Gomes, S., & Silva, M. (2014). Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana. *Revista de Sociologia, número temático Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais*, 77-95.



- Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2013). Formas alternativas do exercício da parentalidade: paternidade e maternidade em contexto prisional. *Ex Aequo*, 28, 73-86.
- Holsinger, K. (2000). Feminist perspectives on female offending: examine real girls' lives. *Women & Criminal Justice*, 12(1), 23-51.
- Machado, H., & Santos, F. (2008). Crime, drama e entretenimento. O caso Maddie e a meta-justiça popular na imprensa portuguesa. *Oficina do CES*, 310, 1-32.
- Marshall, I. (Ed.) (1997). *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity Across Europe and the United States*. London: Sage Publications.
- Mason, P. (2009). Crime, Media and The State. In R. Coleman, J. Sim, S. Tombs, & D. Whyte (Ed.), *State, Power, Crime* (pp. 185-199). London: Sage Publications.
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Matos, R. (Coord.) (2014). *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora.
- McCombs, M. (2002). *The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. Comunicação apresentada na Conferência Mass Media Economics, London School of Economics*. Retrieved from <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>.
- Mendes, S. et al. (2010). "Portugal". In J. Junger-tas, I. Marshall, D. Enzmann, M. Killias, M. Steketee, & B. Gruszczynska (Eds.), *Juvenile delinquency in Europe and beyond: Results of the Second International Self-report Delinquency Study* (pp. 205-212). New York, Springer. doi: 10.1007/978-0-387-95982-5.
- Moore, L., & Padavic, I. (2010). Racial and ethnic disparities in girls' sentencing in the juvenile justice system. *Feminist Criminology*, 5, 263-285. doi:10.1177/1557085110380583



- Moreira, J. (1999). Ciganos na Prisão: Um universo diferente?. *Temas Penitenciários*, 2(2), 5-18.
- Moreira, J. (2014). Aritmética breve em torno dos reclusos estrangeiros em Portugal. In R. Matos (Coord.), *Género, Nacionalidade e Reclusão – Olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal* (pp. 181-208). Porto: Universidade Católica Editora.
- Penedo, C. C. (2007). *O Crime nos media: o que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pettit, B., & Western, B. (2004). Mass imprisonment and the life course. Race and Class Inequality in US - Incarceration. *American Sociological Review*, 69(2), 151-169.
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo: convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 51-65.
- Rocha, J. (2001). *Reclusos Estrangeiros: Um estudo exploratório*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B., Gomes, C., Fernando, P., Soares, C., Trincão, C., Sousa, F., ... & Reis, J. (2010). *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Seabra, H., & Santos, T (2005). *A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Sellin, T. (1928). The Negro Criminal: A Statistical Note. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 140, 52-64.
- Soares, L., Bill, M., & Atayde, C. (2005). *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Spohn, C., & Brennan, P. (2011). The Joint Effects of Offender Race/Ethnicity and Gender on Substantial Assistance Departures in Federal Courts. *Race and Justice*, 1(1), 49-78.
- Sutherland, E. (1934). *Principles of Criminology*. Chicago: Lippincott.
- Tonry, M. (2011). *Punishing Race. A Continuing American Dilemma*. Oxford: Oxford Press.



- Velho, G. (1981). Observando o familiar. In G. Velho. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta Editora.
- Wacquant, L. (2008). O grande salto atrás penal. O encarceramento nos Estados Unidos de Nixon a Clinton. In M. Ivone Cunha (Ed.), *Aquém e Além da Prisão. Cruzamentos e Perspetivas* (pp. 33-78). Lisboa: 90º Editora.
- Wacquant, L. (2010). Class, race & hyperincarceration in revanchist America. *Daedalus*, 140, 74-90.
- Western, B. (2006). *Punishment and Inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation Publications.
- Wolfgang, M., & Cohen, B. (1970). *Crime and Race: Conceptions and Misconceptions*. New York: Institute of Human Relations Press.
- Wong, T., Slotboom, A., & Bijleveld, C. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266-284.
- Zahn, M. (2009) (Ed.). *The delinquent girl*. Filadélfia: Temple University Press.